



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Wasington dos Reis Junior

ENTRE A DESPEDIDA E A PERMANÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE GLÓRIA
MARIA NO OBITUÁRIO DO JORNAL NACIONAL

Representações sociais, raça, reconhecimento institucional e patrimônio simbólico no telejornalismo
brasileiro

MARIANA

2026

Wasington dos Reis Junior

**ENTRE A DESPEDIDA E A PERMANÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE
GLÓRIA MARIA NO OBITUÁRIO DO JORNAL NACIONAL**

Representações Sociais, Raça, Reconhecimento Institucional e Patrimônio Simbólico no
Telejornalismo Brasileiro

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rondon Marques Rosa

Mariana

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R375e Reis, Wasington.

Entre a despedida e a permanência [manuscrito]: a construção da memória de Glória Maria no obituário do Jornal Nacional : representações sociais, raça, reconhecimento institucional e patrimônio simbólico no telejornalismo brasileiro. / Wasington Reis. - 2026.
154 f.

Orientador: Prof. Dr. Rondon Marques Rosa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Conscientização racial. 2. Memória na televisão. 3. Obituários. 4. Representações sociais. 5. Telejornalismo. I. Rosa, Rondon Marques. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 659.3(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
GABINETE DA REITORIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Wasington dos Reis Junior

ENTRE A DESPEDIDA E A PERMANÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE GLÓRIA MARIA NO OBITUÁRIO DO JORNAL NACIONAL
Representações sociais, raça, reconhecimento institucional e patrimônio simbólico no telejornalismo brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 05 de agosto de 2026

Membros da banca

Professor Doutor Rondon Marques Rosa - Orientador (UFOP)
Professor Doutor Evandro José Medeiros Laia - (UFOP)
Professora Doutora Deborah Kelly Nascimento Pessoa - (UFOP)

Professor Doutor Rondon Marques Rosa, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos
de Conclusão de Curso da UFOP em 13/08/2026



Documento assinado eletronicamente por **Rondon Marques Rosa, CHEFE DE GABINETE**, em 13/08/2026, às 13:33, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1152587** e o código CRC **50A63B5C**.

À memória de Glória Maria, a maior jornalista brasileira, cuja trajetória abriu caminhos, rompeu barreiras e transformou para sempre a presença de pessoas negras no telejornalismo. Sua coragem, sua excelência e seu pioneirismo permanecem como inspiração para minha vida, minha formação e minha atuação profissional.

Às minhas mães, Arlinda Cândido e Simone Nepomuceno, meu alicerce, minha força e meu tudo. A vocês, que tornaram possível cada passo desta caminhada, dedico este trabalho, esta pesquisa e todas as conquistas que dela possam nascer.

Aos meus antepassados, que vieram antes de mim e lutaram incansavelmente nesta região, para que hoje eu, um homem preto, pudesse ocupar os espaços que por tanto tempo nos foram negados e concluir uma graduação em uma universidade pública, federal, gratuita e de qualidade.

Este trabalho também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus antepassados, àqueles que vieram antes de mim e que, mesmo diante das violências, das desigualdades e das inúmeras barreiras impostas à população negra, resistiram e lutaram incansavelmente nesta região. Foi por meio da força, da coragem e da resistência de cada um deles que hoje eu, um homem preto, posso ocupar este espaço e concluir uma graduação em uma universidade pública, federal, gratuita e de qualidade. Chegar até aqui não é uma conquista exclusivamente individual. Em cada passo desta caminhada, carrego uma história coletiva, construída por aqueles que sonharam e lutaram para que gerações como a minha pudessem ir além.

Agradeço profundamente a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, desde a pré-escola até a graduação. A educação é uma construção contínua, feita de encontros, ensinamentos, incentivos, desafios e descobertas. Cada profissional que passou por minha formação deixou uma contribuição fundamental para que eu me tornasse quem sou. Sem o trabalho, a dedicação e o compromisso desses educadores, certamente eu não teria chegado até aqui. Esta conquista também pertence a todos aqueles que acreditaram na educação como instrumento de transformação e que, em diferentes momentos da minha vida, contribuíram para a construção do meu conhecimento.

Às minhas mães, Arlinda Cândido e Simone Nepomuceno, ofereço meu agradecimento mais profundo, especial e amoroso. Vocês são meu tudo: meu alicerce, meu porto seguro, minha força e minha maior inspiração. Obrigado por todo amor, cuidado, incentivo, proteção e por cada renúncia feita para que eu pudesse seguir os meus sonhos. Nos momentos de dificuldade, foram vocês que me sustentaram; nos momentos de alegria, foram vocês que celebraram comigo; e, em toda a minha caminhada, foram vocês que nunca deixaram de acreditar em mim. A vocês dedico este trabalho, esta pesquisa e cada conquista que ela representa. Nada disso seria possível sem a presença e o amor de vocês.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, instituição pública que me acolheu e me proporcionou uma formação acadêmica, profissional, humana e política. Estar em uma universidade pública representa, para mim, não apenas a realização de um sonho, mas também a ocupação de um espaço historicamente negado a pessoas negras e vindas das camadas populares. Defender a universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade é

reconhecer sua capacidade de transformar vidas, ampliar horizontes e construir novas possibilidades de futuro.

À minha casa, República Gomorra, agradeço por ter sido abrigo, pertencimento e família quando tantos outros espaços me faltaram. Aos ex-alunos, homenageados, agregados e moradores, minha gratidão por cada encontro, cada conversa, cada aprendizado, cada celebração e cada momento compartilhado. Obrigado por fazerem da Gomorra mais do que um lugar físico: uma casa construída por vínculos, memórias, acolhimento e afeto. Em diferentes momentos desta caminhada, vocês foram companhia, apoio e parte essencial da minha história em Ouro Preto.

Ao meu orientador, Professor Dr. Rondon Marques Rosa, deixo um agradecimento mais que especial. Obrigado por me guiar durante esta etapa final da graduação com competência, generosidade, paciência e compromisso. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e para que eu pudesse compreender com maior profundidade a importância e a responsabilidade desta pesquisa. Mais do que contribuir para a conclusão de uma etapa acadêmica, seus ensinamentos produzirão frutos que levarei por toda a vida, tanto em minha trajetória profissional quanto em minha formação como pesquisador e jornalista.

Agradeço também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram ao meu lado durante esta caminhada. Aos familiares, amigos, colegas de curso, companheiros de trabalho e a todos aqueles que ofereceram uma palavra de incentivo, um gesto de acolhimento ou apoio nos momentos mais difíceis, minha sincera gratidão. Cada presença, mesmo que aparentemente pequena, contribuiu para que esta trajetória pudesse ser concluída.

Por fim, agradeço à memória de Glória Maria, a maior jornalista brasileira e uma das principais inspirações da minha vida. Sua trajetória não apenas transformou a televisão brasileira, mas também abriu caminhos para que outras pessoas negras pudessem se enxergar ocupando espaços de visibilidade, prestígio e poder. Estudar sua história, suas representações e seu legado foi, para mim, mais do que uma tarefa acadêmica: foi um encontro com a ancestralidade, com a representatividade e com as possibilidades de futuro que sua presença ajudou a construir. Sua coragem, seu pioneirismo, sua inteligência e sua excelência continuarão inspirando gerações de jornalistas negros.

Concluir este trabalho significa reconhecer que nenhuma trajetória é construída sozinha. Sou resultado daqueles que vieram antes de mim, daqueles que caminham ao meu lado e daqueles

que acreditaram que eu poderia chegar até aqui. A todos vocês, meu mais profundo e sincero agradecimento.

**“A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.”**

Conceição Evaristo

RESUMO

Esta pesquisa analisa como o *Jornal Nacional* construiu a memória pública e institucional da jornalista Glória Maria por meio do obituário exibido em 2 de fevereiro de 2023. Parte-se da compreensão de que o obituário televisivo ultrapassa a função informativa de comunicar uma morte e atua como dispositivo de produção de sentidos, reconhecimento e permanência simbólica. O objetivo geral consiste em identificar e interpretar as representações sociais produzidas sobre Glória Maria, observando como texto, imagens de arquivo, depoimentos, trilha sonora, enquadramentos, montagem, silêncios e aplausos participam da reorganização narrativa de sua trajetória. A investigação adota abordagem qualitativa, baseada no estudo de caso, e utiliza a análise de conteúdo de Laurence Bardin, complementada pela análise etnográfica de conteúdo de David Altheide, de modo a considerar conjuntamente as dimensões verbal, visual, sonora e institucional do corpus. O referencial teórico articula estudos sobre representação, memória coletiva, poder simbólico, relações raciais, interseccionalidade e pensamento decolonial. Os resultados demonstram que a narrativa se estrutura por movimentos de ruptura do cotidiano, reconstrução biográfica, reconhecimento institucional e patrimonialização da trajetória. Ao selecionar acontecimentos, reiterar atributos como pioneirismo, coragem, excelência profissional e curiosidade, mobilizar vozes autorizadas e encerrar a homenagem com um ritual público de aplausos, o *Jornal Nacional* legitima uma interpretação específica sobre a jornalista e a incorpora ao patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro. A análise também evidencia tensões entre reconhecimento institucional e autodefinição, singularidade e representatividade, ruptura individual e permanência das desigualdades raciais. Conclui-se que o telejornalismo não apenas registra acontecimentos históricos, mas participa ativamente da institucionalização das memórias que permanecerão como referências para a identidade da profissão e para a compreensão social da presença de mulheres negras na televisão brasileira.

Palavras-chave: telejornalismo; obituário televisivo; memória institucional; representações sociais; representação racial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Entre a despedida e a permanência: quando o telejornalismo produz memória.....	13
1 O TELEJORNALISMO COMO PRODUTOR DE MEMÓRIA:.....	16
1.1 Quando o jornalismo deixa de apenas informar.....	17
1.2 Representações Sociais: como o jornalismo produz formas de compreender o mundo.....	21
1.3 Representação, discurso e produção de sentidos: Stuart Hall e a construção simbólica da realidade.....	25
1.4 A televisão como instituição de reconhecimento: poder simbólico, legitimidade e memória...	27
1.5 Memória, narrativa e patrimônio simbólico: quando o jornalismo constrói permanências.....	31
1.6 A disputa pela memória: raça, representação e reconhecimento no telejornalismo brasileiro...	33
1.7 Síntese teórica: o telejornalismo como produtor de memória social.....	41
2 GLÓRIA MARIA E A CONSTRUÇÃO DE UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO.....	45
2.1 Quando uma trajetória deixa de pertencer a uma pessoa e passa a pertencer à história.....	49
2.2 Infância, formação e os primeiros enfrentamentos: a construção de uma trajetória em um Brasil marcado pelas desigualdades raciais.....	52
2.3 A chegada ao telejornalismo: ocupar um espaço historicamente branco.....	57
2.4 Glória Maria como símbolo de transformação no telejornalismo brasileiro.....	62
2.6 Da trajetória vivida à memória narrada: quando uma vida se transforma em patrimônio simbólico.....	67
3 DA TEORIA AO MÉTODO: CONSTRUINDO UM PERCURSO DE ANÁLISE DA MEMÓRIA NO TELEJORNALISMO.....	72
3.1 O desafio metodológico da pesquisa.....	74
3.2 O obituário televisivo como objeto de investigação.....	77
3.3 O Jornal Nacional e o obituário de Glória Maria como estudo de caso.....	81
3.4 Constituição do corpus analítico.....	84
3.5 Da análise de conteúdo à interpretação: o percurso analítico da pesquisa.....	89
3.6 Da categorização aos eixos interpretativos.....	93
3.7 Síntese metodológica: das categorias analíticas ao percurso interpretativo.....	98
4 O OBITUÁRIO TELEVISIVO COMO RITUAL DE MEMÓRIA E RECONHECIMENTO.....	101
4.1 Entre informar e homenagear: o lugar do obituário no telejornalismo.....	102
4.2 O ritual de despedida: contribuições de Arnold van Gennep e Victor Turner para compreender o obituário televisivo.....	106
4.3 A memória institucional e a autoridade simbólica do telejornalismo.....	109
4.4 Do reconhecimento à exemplaridade: quando uma trajetória se torna patrimônio simbólico.	112
5 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO JORNAL NACIONAL: UMA ANÁLISE DO OBITUÁRIO DE GLÓRIA MARIA.....	115
5.1 A autoridade narrativa do Jornal Nacional: quem pode contar a história de Glória Maria?....	117
5.2 O primeiro movimento narrativo: a ruptura do cotidiano e a inauguração do tempo da memória	123
5.3 O segundo movimento narrativo: a reconstrução da trajetória e a produção da representação.....	126
5.4 O terceiro movimento narrativo: o reconhecimento institucional e a legitimação da memória.....	131

5.5 O quarto movimento narrativo: da memória à patrimonialização da trajetória.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152

INTRODUÇÃO

Entre a despedida e a permanência: quando o telejornalismo produz memória

Na noite de 2 de fevereiro de 2023, o Brasil assistiu a um acontecimento que extrapolou os limites da cobertura jornalística cotidiana. Na abertura de sua principal edição, o *Jornal Nacional*¹ anunciou o falecimento da jornalista Glória Maria Matta da Silva, uma das figuras mais emblemáticas da televisão brasileira. A notícia, entretanto, não se restringiu à comunicação de uma morte. Ao longo de vários minutos, o telejornal reorganizou décadas de imagens, reportagens, entrevistas e momentos marcantes da trajetória profissional da jornalista, construindo uma narrativa cuidadosamente estruturada que culminou em um encerramento incomum: o silêncio dos apresentadores foi sucedido por longos aplausos enquanto imagens de Glória Maria ocupavam a tela. A edição terminou sem retornar à dinâmica tradicional do telejornal. A despedida tornou-se o próprio acontecimento.

Sob uma perspectiva estritamente informativa, aquele momento poderia ser interpretado apenas como uma homenagem prestada por uma emissora a uma de suas jornalistas mais reconhecidas. Contudo, quando observado a partir dos estudos da Comunicação, torna-se evidente que o obituário ultrapassa a função de informar sobre a morte de uma personalidade pública. Ao selecionar acontecimentos, organizar temporalidades, recuperar determinadas imagens, privilegiar certos depoimentos e silenciar outras experiências, o jornalismo produz uma interpretação social sobre aquela trajetória. Mais do que recordar uma vida, estabelece uma narrativa sobre aquilo que merece permanecer na memória coletiva.

Este trabalho organiza-se em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos que articulam telejornalismo, representações sociais, memória, raça e decolonialidade. O segundo discute a trajetória de Glória Maria a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo sua atuação como ruptura histórica no campo jornalístico brasileiro. O terceiro descreve o percurso metodológico da pesquisa e justifica a construção das categorias analíticas. O quarto examina o obituário como gênero jornalístico e como dispositivo de produção de memória. O quinto

¹ O *Jornal Nacional* estreou em 1º de setembro de 1969 e consolidou-se como o principal telejornal da TV Globo. Foi o primeiro telejornal brasileiro transmitido em rede nacional, alcançando diferentes regiões do país por meio das emissoras próprias e afiliadas da Rede Globo.

apresenta a análise aprofundada do obituário exibido pelo *Jornal Nacional*, identificando as representações sociais construídas sobre Glória Maria e discutindo seus significados para o telejornalismo brasileiro. As considerações finais retomam a hipótese da pesquisa, apresentam suas principais contribuições para o campo da Comunicação e indicam possibilidades para futuras investigações acerca das relações entre mídia, memória, raça e reconhecimento.

Ao longo da investigação, demonstrar-se-á que as representações sociais construídas sobre Glória Maria não emergem de maneira espontânea nem constituem simples reflexos de sua trajetória profissional. Elas resultam de um processo narrativo cuidadosamente estruturado, no qual diferentes recursos discursivos convergem para produzir determinadas interpretações acerca de sua identidade, de seu legado e de sua importância para o jornalismo brasileiro. A hipótese desenvolvida neste trabalho sustenta, portanto, que a memória pública não é consequência natural da história, mas resultado de processos comunicacionais por meio dos quais determinadas experiências são continuamente narradas, reinterpretadas e compartilhadas pela sociedade. É nesse contexto que a presente pesquisa propõe compreender Glória Maria não apenas como uma jornalista cuja carreira marcou profundamente a televisão brasileira, mas como uma figura cuja memória foi construída por meio das narrativas produzidas pelo próprio telejornalismo. Sua permanência no imaginário coletivo não decorre exclusivamente da dimensão objetiva de sua trajetória, mas também da forma como essa trajetória foi reorganizada, narrada e institucionalizada pelo *Jornal Nacional*. Assim, o obituário analisado deixa de ser entendido apenas como uma despedida e passa a constituir um acontecimento comunicacional capaz de produzir sentidos duradouros acerca da presença de uma mulher negra na história do jornalismo brasileiro.

Dessa forma, esta pesquisa convida o leitor a deslocar seu olhar da notícia para a narrativa, da informação para a representação e da memória individual para os processos coletivos de construção do passado. Ao investigar como o telejornalismo produz memória por meio de seus rituais de despedida, pretende-se contribuir para a ampliação dos estudos sobre comunicação, representações sociais, raça e memória, demonstrando que os obituários televisivos constituem espaços privilegiados para compreender como uma sociedade escolhe aqueles que permanecerão vivos em sua história simbólica. As páginas que seguem procuram demonstrar que a despedida de Glória Maria representou mais do que o encerramento de uma trajetória profissional extraordinária. Representou, sobretudo, um momento em que o telejornalismo brasileiro produziu uma narrativa sobre si mesmo, reafirmando valores,

identidades e referências que considera fundamentais para sua própria história. Compreender esse processo significa compreender, simultaneamente, como a televisão produz memória, como a memória produz reconhecimento e como o reconhecimento transforma determinadas trajetórias individuais em patrimônios simbólicos compartilhados pela sociedade brasileira.

1 O TELEJORNALISMO COMO PRODUTOR DE MEMÓRIA:

A hipótese central deste trabalho, portanto, sustenta que o *Jornal Nacional* não apenas homenageia Glória Maria, mas participa da construção de sua permanência histórica. Ao reorganizar sua trajetória em uma narrativa marcada pelo reconhecimento, pela emoção e pelo simbolismo dos aplausos finais, o telejornal produz uma memória institucionalmente legitimada sobre a jornalista, convertendo sua experiência individual em referência coletiva para o telejornalismo brasileiro. Mais do que registrar uma despedida, o obituário estabelece uma interpretação pública sobre quem Glória Maria foi e, sobretudo, sobre quem ela continuará sendo para a história da comunicação no Brasil.

Ao reconhecer que o jornalismo participa da elaboração da memória coletiva, torna-se necessário compreender que essa memória não é produzida de maneira espontânea. Ela resulta de escolhas editoriais, enquadramentos narrativos, disputas simbólicas e processos de legitimação que definem quais acontecimentos, sujeitos e trajetórias serão preservados no imaginário social. Em outras palavras, recordar é sempre um ato seletivo. O passado que permanece vivo na sociedade não corresponde à totalidade dos acontecimentos vividos, mas àqueles que foram continuamente narrados, reinterpretados e compartilhados por instituições socialmente legitimadas. Entre essas instituições, a mídia ocupa posição privilegiada. Essa posição privilegiada não decorre apenas do alcance da mídia, mas também da autoridade socialmente reconhecida às instituições que produzem e fazem circular suas narrativas. Em Bourdieu, os sistemas simbólicos não se limitam à comunicação de informações: participam da organização do mundo social, estabelecem classificações e contribuem para legitimar determinadas formas de perceber pessoas, acontecimentos e relações sociais. Desse modo, o reconhecimento conferido a Glória Maria pelo *Jornal Nacional* adquire uma eficácia particular porque é produzido por uma instituição dotada de poder simbólico para tornar públicas e legítimas determinadas interpretações de sua trajetória (Bourdieu, 2003, p. 10–15).

A articulação entre representação e memória não é exterior à Teoria das Representações Sociais. Jodelet (2017, p. 28) reconhece a existência de vínculos conceituais e empíricos entre representações e memórias sociais. Isso permite compreender que as formas pelas quais Glória Maria é narrada, classificada e reconhecida no obituário também interferem nos modos pelos quais sua trajetória passa a ser coletivamente lembrada. Essa compreensão aproxima o presente trabalho das reflexões desenvolvidas por Pierre Nora acerca dos lugares de memória. Segundo o autor, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”

(Nora, 1993, p. 7). A formulação refere-se à emergência de suportes, rituais, arquivos e práticas deliberadas de preservação em contextos nos quais a lembrança já não se transmite espontaneamente pela experiência cotidiana. Sob essa perspectiva, o obituário de Glória Maria pode ser interpretado como um dispositivo midiático de memória: uma narrativa institucional que seleciona registros, organiza lembranças e manifesta uma intenção de preservar e transmitir determinados sentidos sobre sua trajetória.

1.1 Quando o jornalismo deixa de apenas informar

Durante grande parte do século XX, consolidou-se a compreensão de que o jornalismo tinha como função primordial registrar acontecimentos considerados socialmente relevantes, tornando-os acessíveis ao público por meio da circulação de informações. Essa perspectiva, embora fundamental para compreender a natureza informativa da atividade jornalística, revela apenas parte da complexidade que caracteriza o papel desempenhado pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Nas últimas décadas, diferentes correntes teóricas passaram a demonstrar que o jornalismo não atua apenas como mediador entre os fatos e seus públicos, mas participa ativamente da produção de significados, da organização das experiências coletivas e da construção das formas pelas quais uma sociedade interpreta seu passado, compreende seu presente e projeta expectativas sobre o futuro.

Essa mudança de perspectiva representa um deslocamento importante na compreensão do próprio conceito de notícia. Se anteriormente predominava uma concepção segundo a qual o jornalismo deveria refletir a realidade objetiva, os estudos desenvolvidos no campo da Comunicação passaram a demonstrar que toda narrativa jornalística constitui uma construção social, elaborada a partir de escolhas, enquadramentos e critérios de relevância que organizam determinadas interpretações acerca do mundo. A notícia deixa, portanto, de ser compreendida como um espelho da realidade para ser entendida como um processo discursivo por meio do qual determinados acontecimentos adquirem significado social.

[...] No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas, pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende

da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre “coisas”, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação” (Hall, 2016, p. 38).

Aplicada ao jornalismo, essa perspectiva permite compreender que as notícias, além de informar sobre os acontecimentos, também produzem interpretações que orientam a forma como esses acontecimentos serão lembrados, discutidos e incorporados ao imaginário coletivo. A formulação proposta por Hall desloca a representação de uma perspectiva meramente reflexiva para uma perspectiva construcionista, segundo a qual os significados não são naturais e nem inerentes aos objetos, e sim produzidos socialmente por meio da linguagem. Essa compreensão constitui o ponto de partida desta pesquisa, que interpreta o obituário de Glória Maria como uma narrativa produtora de sentidos e não como um relato neutro dos acontecimentos. A linguagem constitui o principal sistema através do qual os significados circulam socialmente. Ela não apenas comunica experiências já existentes, mas organiza simbolicamente a maneira como essas experiências passam a ser compreendidas no interior da cultura. É precisamente nesse ponto que o telejornalismo assume papel singular. Diferentemente de outros produtos jornalísticos, a televisão articula simultaneamente linguagem verbal, imagem, sonoridade, enquadramentos, ritmo de edição, expressões corporais, silêncio e emoção. Essa combinação transforma o telejornal em uma narrativa multimodal, cuja força simbólica ultrapassa a dimensão estritamente informativa. O acontecimento televisionado passa a ser experimentado não apenas como informação, mas como experiência compartilhada. Roger Silverstone (2005) observa que a mídia integra a própria experiência cotidiana das sociedades contemporâneas, organizando referências culturais que orientam a percepção do mundo social. Assim, aquilo que é televisionado tende a adquirir maior permanência na memória coletiva, justamente porque é experimentado simultaneamente por milhões de indivíduos.

A memória coletiva não se apresenta de maneira homogênea. Jan Assmann (2016) distingue a memória comunicativa, produzida nas interações cotidianas e sustentada pelas gerações que compartilham determinadas experiências, da memória cultural, organizada por suportes simbólicos e instituições especializadas. “A memória cultural é um tipo de instituição” (Assmann, 2016, p. 118), pois se encontra exteriorizada, objetivada e armazenada

em formas capazes de ultrapassar a situação imediata em que uma lembrança foi produzida. Essa característica torna-se particularmente evidente em acontecimentos de grande impacto simbólico, como cerimônias de Estado, eleições, tragédias nacionais e homenagens públicas. Nessas ocasiões, o telejornalismo deixa de apenas registrar acontecimentos para atuar como organizador da experiência coletiva, oferecendo ao público não somente informações, mas formas específicas de interpretar aquilo que está sendo vivido. A televisão cria rituais de reconhecimento, estabelece personagens centrais, organiza temporalidades e produz narrativas que ultrapassam o instante da transmissão para integrar o patrimônio simbólico de uma sociedade.

Essa dimensão ritualística do telejornalismo permite compreender que determinados produtos jornalísticos possuem funções distintas daquelas tradicionalmente atribuídas à notícia cotidiana. Entre esses produtos destaca-se o obituário, gênero que ocupa posição central nesta pesquisa. Embora frequentemente compreendido como um relato retrospectivo da trajetória de personalidades públicas, o obituário exerce papel muito mais complexo. Ao selecionar acontecimentos considerados representativos de uma vida, estabelecer relações entre diferentes momentos históricos e produzir uma narrativa emocionalmente estruturada, ele participa da elaboração da memória coletiva. Em vez de apenas informar sobre a morte de um indivíduo, organiza simbolicamente a maneira pela qual esse indivíduo será lembrado. Essa distinção é particularmente produtiva para a análise do telejornalismo. Depoimentos, lembranças pessoais e experiências de convivência pertencem inicialmente ao domínio da memória comunicativa. Quando esses conteúdos são selecionados, registrados, editados, integrados a arquivos e transmitidos por uma instituição midiática, passam a adquirir condições de permanência para além daqueles que viveram diretamente os acontecimentos. O telejornal participa, assim, da passagem entre a lembrança partilhada no presente e uma memória cultural institucionalmente preservada. Essa capacidade de organizar a lembrança também depende da autoridade da instituição que produz a narrativa. Os sistemas simbólicos, conforme Bourdieu, não apenas comunicam sentidos, mas participam da classificação e da legitimação do mundo social. Assim, quando instituições jornalísticas reconhecidas selecionam determinados sujeitos e acontecimentos, suas narrativas tendem a adquirir uma força simbólica que ultrapassa o instante da transmissão (Bourdieu, 2003, p. 10–15). Essa dimensão será aprofundada adiante, ao se discutir a televisão como instituição de reconhecimento.

Sob essa perspectiva, torna-se possível compreender que a memória coletiva não constitui um fenômeno espontâneo. Ela resulta de processos contínuos de seleção, organização e circulação de narrativas socialmente legitimadas. O jornalismo desempenha papel fundamental nesse processo porque atua como uma das principais instituições responsáveis pela mediação entre experiência individual e memória pública. Ao transformar acontecimentos particulares em referências coletivas, o telejornalismo produz aquilo que Pierre Nora (1993) denomina lugares de memória: espaços simbólicos nos quais determinadas experiências passam a representar a história compartilhada de uma comunidade. É justamente essa compreensão que orienta o presente trabalho. Parte-se do pressuposto de que o telejornalismo não apenas registra acontecimentos históricos, mas participa da própria produção da história socialmente lembrada. Quando uma narrativa jornalística reorganiza retrospectivamente a trajetória de uma figura pública, selecionando imagens, testemunhos, acontecimentos e emoções, ela produz muito mais do que uma homenagem institucional. Produz memória. Produz reconhecimento. Produz permanência.

[...] Quão longe, então, nós caminhamos em nossa discussão sobre as teorias da representação? Começamos contrastando três diferentes enfoques. A abordagem reflexiva ou mimética, que propõe uma relação direta e transparente de imitação ou reflexão entre as palavras (signos) e as coisas; A teoria intencional, que reduziu a representação às intenções do autor ou sujeito. A teoria construtivista, que propõe uma relação complexa e mediada entre as coisas no mundo, os conceitos em nosso pensamento e a linguagem. (Hall, 2016, p. 42).

Entre as três perspectivas apresentadas por Hall, esta investigação adota a abordagem construcionista, por compreender que os significados atribuídos às figuras públicas resultam de processos históricos e discursivos de produção simbólica. Tal escolha permite analisar o obituário de Glória Maria como uma prática narrativa que organiza sentidos socialmente compartilhados. Essa afirmação constitui o fundamento teórico da investigação desenvolvida nas páginas seguintes. Antes de analisar o obituário de Glória Maria, torna-se necessário compreender por que determinadas narrativas televisivas são capazes de ultrapassar o instante de sua transmissão e permanecer como referências compartilhadas por diferentes gerações. Em outras palavras, é preciso compreender como o telejornalismo deixa de apenas informar para tornar-se uma das principais instituições produtoras de memória da sociedade contemporânea.

1.2 Representações Sociais: como o jornalismo produz formas de compreender o mundo

Compreender a maneira pela qual o telejornalismo constrói narrativas sobre sujeitos históricos exige reconhecer que essas narrativas não produzem apenas informação. Elas organizam interpretações socialmente compartilhadas acerca do mundo, das pessoas e dos acontecimentos. Em outras palavras, quando um telejornal apresenta uma reportagem, seleciona imagens, organiza depoimentos e estabelece determinadas formas de narrar um fato, ele participa da construção de conhecimentos coletivos que orientam a maneira pela qual diferentes grupos sociais passam a compreender aquela realidade. É precisamente nesse contexto que a Teoria das Representações Sociais constitui um dos principais fundamentos desta pesquisa. Para Jodelet, as representações sociais constituem “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22).

[...] As representações como formas de saber prático implicam duplamente uma relação indissociável entre um sujeito, que é sempre social: por sua inscrição social e por sua ligação ao outro, e um objeto que, simbolizado pela representação, é construído e interpretado pelo sujeito ao se referir a ele. Por sua orientação prática, essas formas de saber têm efeitos sobre os comportamentos e ações, o que lhes confere uma eficácia social. (Jodelet, 2017, p. 31).

Desenvolvida inicialmente por Serge Moscovici, na década de 1960, a Teoria das Representações Sociais surge como uma proposta de compreender os processos pelos quais conhecimentos científicos, políticos e culturais são apropriados pelo cotidiano e transformados em formas compartilhadas de interpretação da realidade. Em sua obra seminal *A Psicanálise, sua imagem e seu público*, Moscovici (1978) demonstra que o conhecimento não permanece restrito aos espaços acadêmicos ou institucionais. Ao contrário, circula socialmente, é reinterpretado pelos diferentes grupos e passa a integrar o universo do senso comum, produzindo maneiras específicas de compreender fenômenos sociais. Ancorar é, portanto, classificar e dar nome. Coisas que não têm nome e são desclassificadas são caóticas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras. A principal inovação introduzida por

Moscovici consiste justamente em romper com a ideia de que o senso comum representa um conhecimento inferior ao conhecimento científico. Para o autor, ambos constituem formas distintas de elaboração da realidade, produzidas em contextos diferentes, mas igualmente relevantes para compreender a vida social. Enquanto a ciência organiza conhecimentos segundo critérios metodológicos específicos, o senso comum organiza experiências compartilhadas que permitem aos indivíduos interpretar acontecimentos, orientar comportamentos e estabelecer relações sociais. Dessa forma, as representações sociais constituem verdadeiros sistemas de interpretação que mediam a relação entre sujeito e realidade.

Essa perspectiva representa um deslocamento significativo em relação às abordagens tradicionais da Psicologia Social. Em vez de compreender os indivíduos como receptores passivos das informações produzidas pela sociedade, Moscovici demonstra que os grupos sociais participam ativamente da construção dos significados atribuídos ao mundo. As representações não são simplesmente reproduzidas; elas são continuamente negociadas, reinterpretadas e compartilhadas nas relações sociais. Assim, toda representação corresponde simultaneamente a uma forma de conhecimento e a uma prática cultural. É justamente essa compreensão que torna a teoria das Representações Sociais particularmente relevante para os estudos em Comunicação. O jornalismo, especialmente o telejornalismo, constitui um dos principais espaços contemporâneos de circulação de representações sociais. Ao selecionar acontecimentos considerados relevantes, definir personagens centrais, estabelecer enquadramentos narrativos e organizar interpretações sobre a realidade, os meios de comunicação participam ativamente da elaboração desses conhecimentos compartilhados. A notícia deixa, portanto, de ser compreendida apenas como transmissão de informação para ser entendida como um processo de produção de sentidos socialmente legitimados. A vinculação entre representações sociais e comunicação não é apenas uma aplicação posterior da teoria ao campo midiático. Jodelet observa que as representações circulam nos discursos, são transportadas pelas palavras e veiculadas por mensagens e imagens midiáticas. Dessa maneira, o telejornalismo pode ser compreendido simultaneamente como espaço de circulação e de elaboração de representações sociais sobre sujeitos, acontecimentos e experiências coletivas (Jodelet, 2001).

A incorporação da comunicação midiática aos mundos de vida permite compreender o telejornalismo não apenas como canal pelo qual representações previamente constituídas

circulam, mas também como espaço de elaboração, seleção e atualização dos sentidos socialmente disponíveis. O obituário do Jornal Nacional participa desse movimento ao reorganizar acontecimentos da trajetória de Glória Maria e oferecê-los ao público como referências compartilhadas. Elas implicam também, no plano simbólico, as circulações dos modos de apreensão e de interpretação da realidade e dos acontecimentos que marcam a atualidade, via os diversos tipos de comunicação: interindividuais, comunitários, midiáticos, estéticos, assim como as transmissões sociais entre gerações (Jodelet, 2017, p. 26). É importante observar, contudo, que a teoria desenvolvida por Moscovici foi significativamente ampliada por Denise Jodelet. Ao aprofundar os estudos sobre representações sociais, Jodelet desloca o foco da teoria para a compreensão das práticas cotidianas, das experiências vividas e dos chamados mundos de vida, expressão que se torna particularmente relevante para esta investigação. Em sua perspectiva, as representações sociais constituem formas de conhecimento socialmente elaboradas que permitem aos indivíduos agir sobre a realidade, interpretar experiências e construir referências compartilhadas que orientam sua inserção no mundo. As representações sociais tornam-se, assim, componentes fundamentais dos universos simbólicos compartilhados nos quais os sujeitos constroem suas experiências. O conjunto de situações nas quais estão situados os sujeitos pensante (Jodelet, 2017, p. 26).

[...] Admitir que a experiência vivida é, em grande parte, tributária das representações que a precedem e a moldam não deve nos fazer esquecer que ela própria é produtora de representações. Existe uma circularidade permanente entre representação e experiência. Os mundos de vida constituem o terreno onde essa dinâmica se realiza: as condições materiais, sociais e históricas em que os indivíduos estão imersos impõem limites e oferecem recursos à sua ação. A experiência do dia a dia nutre a representação com novos conteúdos, afetos e desafios práticos, ao mesmo tempo em que a representação social atua como o filtro cognitivo e interpretativo indispensável para que essa mesma experiência faça sentido e guie as condutas no espaço coletivo. (Jodelet, 2017, p. 444)

Essa ampliação teórica promove uma mudança importante. Enquanto Moscovici concentra sua atenção na circulação social dos conhecimentos, Jodelet amplia o horizonte analítico ao demonstrar que as representações sociais constituem elementos estruturantes da própria experiência cotidiana. Não se trata apenas de explicar como determinadas ideias circulam entre diferentes grupos sociais, mas de compreender como essas ideias organizam práticas, identidades, relações de pertencimento e modos de interpretar a realidade. A representação social constitui uma forma de saber prático que relaciona um sujeito a um

objeto e que encontra sua origem nas experiências, nos quadros sociais e nas condições concretas em que os indivíduos e grupos estão inseridos. Seu caráter prático decorre de sua capacidade de orientar ações, relações e modos de interpretar a realidade (Jodelet, 2001). Essa reflexão apresenta enorme potencial para os estudos sobre jornalismo. Quando uma narrativa televisiva organiza a trajetória de uma personalidade pública, ela não apenas informa sobre acontecimentos passados. Ela participa da construção de um mundo compartilhado de significados, oferecendo ao público referências sobre quem essa pessoa foi, quais valores representa e por que sua trajetória merece ser lembrada. Sob essa perspectiva, o obituário deixa de constituir apenas um gênero jornalístico voltado ao registro da morte para transformar-se em um espaço privilegiado de produção de representações sociais.

É precisamente essa compreensão que orienta a análise desenvolvida neste trabalho. Defende-se que o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* sobre Glória Maria organiza um conjunto de representações sociais que ultrapassam a descrição factual de sua carreira. A narrativa produzida pelo telejornal constrói interpretações sobre pioneirismo, excelência profissional, reconhecimento público, pertencimento nacional e permanência histórica. Essas representações não emergem espontaneamente do acontecimento da morte. Elas resultam de escolhas narrativas, enquadramentos audiovisuais, seleções editoriais e estratégias discursivas que organizam coletivamente a memória da jornalista. Ao reconhecer esse processo, torna-se possível compreender que a representação social constitui muito mais do que uma opinião compartilhada sobre determinado indivíduo. Ela corresponde a uma forma de conhecimento socialmente legitimada que orienta a maneira pela qual diferentes grupos interpretaram essa trajetória no futuro. É justamente nesse sentido que Denise Jodelet afirma que as representações participam da construção de uma realidade comum. Essa realidade não existe previamente à narrativa; ela é continuamente produzida pelas práticas sociais, entre as quais o jornalismo ocupa lugar privilegiado.

Assim, ao longo desta pesquisa, a teoria das Representações Sociais não será utilizada apenas como um referencial conceitual. Ela constituirá o principal instrumento interpretativo para compreender como o telejornalismo produz memória, organiza narrativas e estabelece formas coletivas de reconhecimento. A análise do obituário de Glória Maria buscará demonstrar que as representações construídas pelo *Jornal Nacional* descrevem uma trajetória profissional extraordinária, além de produzir uma interpretação socialmente compartilhada acerca de quem Glória Maria representa para a história do jornalismo brasileiro.

1.3 Representação, discurso e produção de sentidos: Stuart Hall e a construção simbólica da realidade

Ao reconhecer que o telejornalismo participa da produção da memória social, torna-se indispensável compreender os mecanismos pelos quais essa memória adquire significado para os sujeitos. Não basta afirmar que a televisão registra acontecimentos ou organiza narrativas sobre figuras públicas; é necessário investigar como essas narrativas produzem interpretações socialmente compartilhadas acerca da realidade. Nesse ponto, as contribuições de Stuart Hall tornam-se fundamentais para esta pesquisa, pois deslocam o conceito de representação da ideia de simples reprodução do mundo para compreendê-lo como um processo ativo de construção de sentidos. Durante longo período, predominou nos estudos sobre comunicação a compreensão de que os meios de comunicação funcionavam como instrumentos capazes de refletir a realidade de maneira relativamente objetiva. Essa perspectiva pressupunha que os acontecimentos possuíam significados próprios e que a função do jornalismo consistia apenas em transmiti-los ao público. Hall rompe com essa tradição ao afirmar que os significados não existem previamente às práticas culturais. Eles são produzidos socialmente por meio de sistemas de linguagem, discursos e representações compartilhadas.

Essa mudança de perspectiva possui profundas implicações para os estudos do jornalismo. Se os significados são produzidos e não simplesmente transmitidos, toda narrativa jornalística deixa de ser entendida como reflexo neutro dos acontecimentos e passa a ser compreendida como uma prática cultural responsável por organizar formas específicas de interpretação da realidade. Em outras palavras, o telejornalismo não apenas mostra o mundo; ele participa da construção dos modos pelos quais esse mundo será percebido, lembrado e compreendido pelos indivíduos. Em *Cultura e Representação*, Hall afirma que a representação constitui um processo central na vida social porque é através dela que indivíduos e grupos atribuem sentido às experiências compartilhadas. A linguagem, as imagens, os símbolos e os discursos não apenas descrevem pessoas ou acontecimentos; eles constroem sistemas de significação que organizam aquilo que uma sociedade reconhece como verdadeiro, importante ou memorável. Essa concepção desloca definitivamente o olhar da realidade objetiva para os processos culturais responsáveis por sua interpretação.

Essa reflexão aproxima-se significativamente da Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Denise Jodelet. Embora partam de tradições teóricas distintas, Hall e Jodelet convergem em um ponto essencial: ambos rejeitam a ideia de que o conhecimento social constitui mero reflexo da realidade. Para Hall, os significados são produzidos pelos sistemas culturais de representação. Para Jodelet, esses significados transformam-se em formas de conhecimento socialmente compartilhadas que orientam práticas, comportamentos e identidades coletivas. Enquanto Hall concentra sua atenção na produção dos sentidos, Jodelet preocupa-se em compreender como esses sentidos passam a integrar o cotidiano dos grupos sociais. A articulação entre ambos permite compreender que o telejornalismo produz narrativas que, posteriormente, tornam-se representações sociais incorporadas pela memória coletiva.

No contexto desta pesquisa, essa aproximação revela-se particularmente relevante. O obituário exibido pelo *Jornal Nacional* não apresenta apenas informações sobre a trajetória de Glória Maria. Ele organiza uma narrativa que atribui significados específicos à sua carreira, selecionando acontecimentos considerados exemplares, valorizando determinados episódios profissionais e produzindo uma interpretação social sobre sua importância para o jornalismo brasileiro. A jornalista não aparece apenas como sujeito biográfico; ela é construída como uma referência simbólica cuja trajetória passa a representar valores compartilhados pela profissão e pela sociedade. Essa construção narrativa evidencia que a representação nunca é neutra. Ao selecionar determinadas imagens, recuperar episódios específicos da carreira de Glória Maria e privilegiar certos depoimentos, o telejornal estabelece uma leitura particular sobre quem ela foi. Outras experiências permanecem ausentes, outras interpretações tornam-se secundárias e determinados sentidos adquirem centralidade. Esse processo não deve ser compreendido como manipulação, mas como característica inerente à própria produção jornalística. Toda narrativa implica escolhas, e toda escolha produz significado.

Hall demonstra que os sistemas de representação também participam da construção das identidades sociais. Os sujeitos passam a ser reconhecidos não apenas por aquilo que realizaram, mas pelas formas como são narrados culturalmente. As identidades constituem processos discursivos continuamente produzidos pelas relações sociais, pelas instituições e pelos meios de comunicação. Nesse sentido, compreender Glória Maria como pioneira, repórter corajosa, jornalista respeitada ou símbolo da televisão brasileira corresponde a diferentes formas de representação que organizam sua identidade pública. Essas categorias

não decorrem exclusivamente de sua trajetória objetiva, mas da maneira como essa trajetória foi continuamente interpretada e compartilhada pela mídia ao longo de décadas. É precisamente nesse ponto que o conceito de discurso assume relevância para esta investigação. O discurso corresponde ao conjunto de práticas responsáveis por produzir conhecimento sobre determinado objeto. Os discursos estabelecem aquilo que pode ser dito, visto e reconhecido em determinado contexto histórico. No campo do jornalismo, isso significa que a narrativa não apenas informa sobre uma personalidade pública; ela delimita os significados socialmente disponíveis para interpretar essa personalidade. Assim, o obituário do *Jornal Nacional* constitui um discurso que organiza uma leitura específica sobre Glória Maria, atribuindo-lhe determinados valores, reconhecimentos e formas de permanência simbólica.

Essa compreensão permite avançar para além da análise da linguagem verbal. No telejornalismo, os sentidos não são produzidos exclusivamente pelas palavras. Imagens de arquivo, enquadramentos, ritmo da montagem, trilha sonora, pausas, expressões faciais dos apresentadores e, sobretudo, o silêncio que antecede os aplausos finais também constituem elementos discursivos. Todos participam da construção da representação social da jornalista. Sob essa perspectiva, a narrativa audiovisual passa a ser compreendida como uma linguagem integrada, na qual diferentes recursos expressivos convergem para produzir um mesmo sistema de significação. Ao articular as contribuições de Stuart Hall com a Teoria das Representações Sociais de Denise Jodelet, esta pesquisa sustenta que o telejornalismo não apenas produz discursos, mas participa da elaboração de conhecimentos compartilhados sobre figuras públicas. As representações construídas pela mídia ultrapassam o momento da transmissão e passam a integrar aquilo que diferentes grupos sociais reconhecem como memória coletiva. O obituário analisado neste trabalho constitui, portanto, um espaço privilegiado para observar esse processo em funcionamento. Mais do que narrar a despedida de uma jornalista, o *Jornal Nacional* produz uma interpretação social sobre quem Glória Maria representa para a história do telejornalismo brasileiro. É essa passagem — da narrativa ao significado, do significado à representação e da representação à memória coletiva — que fundamenta toda a análise desenvolvida nos capítulos seguintes.

1.4 A televisão como instituição de reconhecimento: poder simbólico, legitimidade e memória

Até este ponto, buscou-se demonstrar que o telejornalismo participa da produção de representações sociais capazes de organizar formas coletivas de interpretação da realidade. A articulação entre Stuart Hall e Denise Jodelet permitiu compreender que os significados produzidos pelas narrativas midiáticas ultrapassam a condição de simples informação e transformam-se em conhecimentos socialmente compartilhados. Entretanto, permanece uma questão fundamental para esta pesquisa: por que determinadas narrativas produzidas pela mídia adquirem tamanha capacidade de influenciar a memória coletiva enquanto outras permanecem restritas ao instante de sua circulação? Responder a essa questão exige deslocar o olhar da produção dos significados para os mecanismos responsáveis por sua legitimação social. Em outras palavras, não basta compreender como os sentidos são produzidos; é necessário investigar por que alguns deles alcançam reconhecimento público, tornam-se referências culturais e passam a integrar aquilo que diferentes grupos sociais reconhecem como memória coletiva. É precisamente nesse ponto que as contribuições de Pierre Bourdieu oferecem um fundamento indispensável para esta investigação.

Ao discutir as relações entre comunicação, cultura e poder, Bourdieu demonstra que as instituições sociais exercem diferentes formas de influência sobre a produção da realidade. Entre essas formas destaca-se o poder simbólico, compreendido como a capacidade de produzir classificações socialmente reconhecidas, estabelecer critérios de legitimidade e definir aquilo que será percebido como verdadeiro, relevante ou digno de reconhecimento. Diferentemente da força física ou do poder econômico, o poder simbólico atua por meio do reconhecimento coletivo. Sua eficácia depende justamente do fato de que os sujeitos tendem a perceber determinadas classificações como naturais, quando, na realidade, resultam de processos históricos e sociais de construção da legitimidade. Essa reflexão apresenta enorme potencial para os estudos sobre telejornalismo. Os telejornais ocupam posição privilegiada na esfera pública contemporânea porque são reconhecidos socialmente como instituições autorizadas a narrar acontecimentos de interesse coletivo. Esse reconhecimento confere às narrativas jornalísticas um elevado grau de legitimidade simbólica. Quando um telejornal seleciona determinados acontecimentos para ocupar sua edição principal, estabelece hierarquias de relevância que influenciam a forma como esses acontecimentos serão percebidos pelo público. Da mesma maneira, quando decide dedicar longos minutos à trajetória de uma personalidade pública, organiza simbolicamente o valor atribuído a essa trajetória no interior da memória coletiva.

No caso brasileiro, essa capacidade de legitimação adquire contornos ainda mais expressivos quando exercida pelo *Jornal Nacional*. Desde sua criação, o telejornal consolidou-se como um dos principais espaços de produção de narrativas sobre a vida política, social e cultural do país. Em razão de sua abrangência nacional, de sua audiência historicamente elevada e de sua posição central na programação da televisão aberta, tornou-se uma das instituições de maior autoridade simbólica do campo jornalístico brasileiro. Sua atuação ultrapassa a função de informar acontecimentos cotidianos. O *Jornal Nacional* participa da construção de personagens públicos, da legitimação de acontecimentos históricos e da produção de referências compartilhadas acerca da identidade nacional. A comunicação não atua apenas como canal posterior pelo qual representações já formadas circulam. Para Jodelet (2017), as diferentes modalidades de linguagem e comunicação — interindividual, institucional e midiática — integram as condições sociais de produção, circulação e funcionamento das representações sociais. Sob essa perspectiva, a narrativa do *Jornal Nacional* participa da própria elaboração dos sentidos atribuídos à trajetória de Glória Maria.

É nesse contexto que a homenagem prestada a Glória Maria deve ser compreendida. A relevância da reportagem exibida em fevereiro de 2023 não decorre exclusivamente da trajetória extraordinária da jornalista, mas também da posição ocupada pela instituição responsável por narrar essa trajetória. O reconhecimento produzido pelo *Jornal Nacional* possui peso simbólico particular porque provém de um espaço historicamente legitimado para organizar narrativas sobre aquilo que o país considera relevante. Em outras palavras, não é apenas a biografia de Glória Maria que produz reconhecimento; é igualmente o lugar de onde essa biografia é narrada. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Roger Silverstone acerca da centralidade da mídia na constituição da experiência contemporânea. Os meios de comunicação não podem ser compreendidos apenas como canais de transmissão de mensagens. Eles participam da própria organização da experiência cotidiana, oferecendo referências simbólicas que orientam as formas pelas quais indivíduos e grupos interpretam acontecimentos, constroem identidades e elaboram memórias. A mídia não ocupa posição externa à vida social; ela integra o próprio tecido das relações sociais, tornando-se elemento constitutivo da experiência coletiva.

Ao aproximar Silverstone de Bourdieu, torna-se possível compreender que a legitimidade simbólica dos meios de comunicação decorre simultaneamente de sua posição institucional e de sua presença cotidiana na vida social. Enquanto Bourdieu explica como

determinadas instituições adquirem autoridade para produzir classificações legítimas, Silverstone demonstra como essas classificações passam a integrar a experiência ordinária dos sujeitos. A articulação entre ambos permite compreender que o telejornalismo exerce influência não apenas porque informa acontecimentos, mas porque participa continuamente da construção dos referenciais simbólicos utilizados pela sociedade para interpretar sua própria história. Sob essa perspectiva, a memória coletiva deixa de ser compreendida como simples acumulação de lembranças compartilhadas. Ela passa a ser entendida como resultado de processos contínuos de legitimação simbólica, nos quais diferentes instituições disputam a autoridade para definir quem merece ser lembrado, quais acontecimentos permanecerão vivos e quais narrativas serão incorporadas ao patrimônio cultural de uma sociedade. O telejornalismo constitui uma dessas instituições.

No obituário de Glória Maria, essa operação torna-se particularmente evidente. Ao selecionar imagens emblemáticas, organizar retrospectivamente diferentes momentos da carreira da jornalista, mobilizar depoimentos de colegas e encerrar a narrativa com um prolongado ritual de aplausos, o *Jornal Nacional* realiza uma operação de reconhecimento institucional que ultrapassa a dimensão afetiva da ²homenagem. A reportagem reafirma publicamente que aquela trajetória integra a história do próprio telejornalismo brasileiro. Mais do que recordar uma profissional admirada, a narrativa contribui para estabelecer sua permanência como referência legítima da memória jornalística nacional. É precisamente essa passagem — da legitimidade institucional para a permanência simbólica — que prepara a discussão desenvolvida na próxima seção deste capítulo. Se Bourdieu permite compreender por que determinadas narrativas adquirem autoridade social, torna-se necessário investigar como essa autoridade transforma-se em memória. Para responder a essa questão, a pesquisa recorrerá às contribuições de Paul Ricoeur, Pierre Nora e Jan Assmann, autores que permitem compreender os processos pelos quais narrativas institucionalmente legitimadas convertem-se em referências duradouras da memória coletiva.

² Paul Ricoeur (1913–2005) foi um filósofo francês ligado à tradição hermenêutica, cuja obra discute as relações entre memória, história, narrativa e esquecimento. Em *A memória, a história, o esquecimento*, publicado no Brasil em 2007, o autor demonstra que a memória não constitui uma reprodução neutra e integral do passado, mas um processo seletivo de reconstrução realizado no presente. As narrativas participam desse processo ao selecionar, organizar e atribuir sentidos aos acontecimentos, contribuindo para determinar o que será lembrado, reinterpretado ou esquecido. Nesta pesquisa, essa perspectiva permite compreender o obituário jornalístico como uma narrativa que reorganiza a trajetória de Glória Maria e contribui para sua permanência na memória coletiva e no patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro.

1.5 Memória, narrativa e patrimônio simbólico: quando o jornalismo constrói permanências

Se as representações sociais permitem compreender como determinados significados são produzidos e compartilhados, e se o poder simbólico explica por que alguns desses significados alcançam legitimidade social, permanece ainda uma questão fundamental para esta investigação: **como determinadas narrativas permanecem vivas mesmo após o desaparecimento físico de seus protagonistas?** Em outras palavras, de que maneira uma trajetória individual deixa de pertencer exclusivamente à biografia de um sujeito para integrar a memória coletiva de uma sociedade? A resposta para essa questão exige deslocar o olhar para os estudos da memória, compreendendo-a não como simples recordação do passado, mas como um processo contínuo de reconstrução narrativa.

Durante muito tempo, a memória foi compreendida como capacidade individual de recordar experiências vividas. Essa perspectiva, entretanto, mostrou-se insuficiente para explicar por que determinados acontecimentos permanecem vivos durante gerações enquanto outros desaparecem rapidamente do imaginário social. A partir da segunda metade do século XX, diferentes autores passaram a compreender que a memória constitui um fenômeno essencialmente social, continuamente produzido pelas relações culturais, pelas instituições e pelas narrativas compartilhadas. Recordar deixa de significar recuperar fielmente um acontecimento pretérito para tornar-se um processo de reorganização do passado realizado a partir das necessidades, disputas e interpretações do presente.

Nesse contexto, Paul Ricoeur ocupa posição central ao compreender que memória e narrativa são dimensões inseparáveis da experiência humana. Em *A memória, a história, o esquecimento*, o filósofo demonstra que toda lembrança é mediada por narrativas que organizam temporalmente a experiência. O passado não retorna ao presente de maneira íntegra; ele é constantemente reinterpretado, reorganizado e resignificado pelas histórias que contamos sobre ele. A narrativa, portanto, não apenas comunica a memória: ela participa de sua própria construção.

Essa compreensão apresenta enorme relevância para o campo do Jornalismo. Quando um telejornal organiza retrospectivamente a trajetória de uma personalidade pública, ele não recupera simplesmente acontecimentos já conhecidos pelo público. Ao contrário, reorganiza esses acontecimentos em uma sequência narrativa capaz de atribuir coerência, unidade e

significado a uma vida inteira. O que permanece na memória coletiva não é a totalidade da experiência vivida, mas a narrativa construída sobre essa experiência. É precisamente por esse motivo que diferentes obituários sobre uma mesma pessoa podem produzir interpretações distintas acerca de sua trajetória.

[...] A evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanentes mudanças sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (Nora, 1993, p. 9).

A distinção ajuda a compreender por que o obituário televisivo não constitui mera recuperação documental do passado. As imagens históricas são reinseridas em uma narrativa presente, afetivamente estruturada e orientada para a produção de uma lembrança compartilhada. É precisamente nesse ponto que esta pesquisa propõe compreender o conceito de **patrimônio simbólico**³. Diferentemente do patrimônio material, constituído por edifícios, monumentos ou objetos historicamente preservados, o patrimônio simbólico corresponde ao conjunto de narrativas, valores, referências e personagens que uma sociedade reconhece como parte constitutiva de sua identidade coletiva. Trata-se de um patrimônio continuamente produzido pelas práticas culturais, pelos processos educativos e, especialmente, pelos meios de comunicação. Ao selecionar determinadas figuras como representantes de valores considerados exemplares, o jornalismo participa diretamente da construção desse patrimônio.

No caso do telejornalismo brasileiro, essa operação revela-se particularmente significativa quando realizada pelo *Jornal Nacional*. Ao dedicar uma edição especial à trajetória de Glória Maria, recuperando reportagens históricas, entrevistas emblemáticas, depoimentos de colegas e imagens de diferentes momentos de sua carreira, o telejornal não apenas presta uma homenagem institucional. Produz uma narrativa destinada à permanência. Organiza simbolicamente uma vida para que ela continue fazendo sentido mesmo após a

³ Neste trabalho, a expressão “patrimônio simbólico” refere-se ao conjunto de imagens, narrativas, valores, lembranças e significados socialmente associados a uma pessoa ou acontecimento. Ao selecionar episódios, organizar trajetórias e atribuir sentidos à vida de sujeitos públicos, o jornalismo não apenas registra o passado, mas participa da construção da memória coletiva, contribuindo para que determinadas representações permaneçam socialmente reconhecidas ao longo do tempo.

morte de sua protagonista. É nesse movimento que uma trajetória individual ultrapassa os limites da biografia e passa a integrar o patrimônio simbólico do próprio jornalismo brasileiro.

Entretanto, essa transformação não ocorre de maneira espontânea. Ela depende da articulação entre representação, narrativa, memória e reconhecimento institucional, elementos discutidos nas seções anteriores deste capítulo. A permanência de Glória Maria no imaginário coletivo não decorre exclusivamente da relevância objetiva de sua atuação profissional. Ela resulta igualmente da capacidade que determinadas narrativas possuem de reorganizar sua trajetória segundo valores compartilhados socialmente, convertendo sua experiência individual em referência coletiva para diferentes gerações de jornalistas e telespectadores.

Dessa forma, compreender a memória produzida pelo telejornalismo significa reconhecer que as narrativas midiáticas não apenas registram acontecimentos históricos. Elas participam ativamente da elaboração da história que permanecerá viva. É essa capacidade de transformar acontecimentos em memória, e memória em patrimônio simbólico, que confere ao jornalismo papel central na constituição das referências culturais de uma sociedade. No caso de Glória Maria, compreender sua permanência exige compreender, antes de tudo, os processos narrativos responsáveis por construir essa permanência.

1.6 A disputa pela memória: raça, representação e reconhecimento no telejornalismo brasileiro

“O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” (ALMEIDA, 2019).⁴A memória coletiva costuma ser apresentada como um patrimônio compartilhado por toda a sociedade, resultado da preservação de acontecimentos, personagens e experiências considerados relevantes para determinada comunidade. Entretanto, compreender a memória apenas como um conjunto de lembranças socialmente preservadas significa ignorar que ela constitui também um espaço permanente de disputa simbólica. Assim como diferentes grupos disputam poder político, reconhecimento econômico e legitimidade cultural, disputam

⁴ Ao utilizar o termo “tecnologia”, Almeida (2019) não se refere apenas a instrumentos técnicos, mas ao conjunto de mecanismos, práticas, normas, discursos e estruturas institucionais que possibilitam a reprodução sistemática do racismo. Nessa perspectiva, o racismo organiza **relações** sociais, distribui oportunidades de forma desigual e naturaliza diferentes modalidades de violência e exclusão.

igualmente a possibilidade de permanecer na história. Recordar nunca é um ato neutro. Toda memória implica escolhas; toda escolha produz visibilidades e silenciamentos.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante quando observada a partir das relações raciais que estruturam a sociedade brasileira. Durante séculos, a construção da identidade nacional foi acompanhada pela produção de narrativas que privilegiaram determinados sujeitos como protagonistas da história, enquanto outros permaneceram sistematicamente invisibilizados. O processo de formação da memória nacional reproduziu, em larga medida, as desigualdades produzidas pela escravidão, pelo colonialismo e pelo racismo estrutural, conferindo maior visibilidade às trajetórias socialmente legitimadas e reduzindo a presença de sujeitos negros nos espaços institucionais responsáveis pela produção das narrativas oficiais.

[...] O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2019, p. 33).

Sob essa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido apenas como manifestação individual de preconceito ou discriminação. Como sintetiza Almeida, “o racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (2019, p. 33). Isso significa que as desigualdades raciais não resultam exclusivamente da ação de indivíduos preconceituosos, mas de uma organização social, política e econômica que distribui de maneira desigual as possibilidades de acesso ao poder, à cidadania, à produção do conhecimento e ao reconhecimento público.

A compreensão estrutural do racismo precisa ser articulada à forma particular pela qual as desigualdades raciais foram historicamente interpretadas no Brasil. Munanga (1999) demonstra que a mestiçagem, além de constituir um processo histórico e populacional, foi transformada em fundamento de uma ideologia nacional segundo a qual a convivência entre pessoas brancas, negras e indígenas teria produzido uma sociedade racialmente harmoniosa. Essa interpretação contribuiu para transformar a desigualdade em aparente integração e para reduzir a visibilidade dos conflitos raciais.

[...] O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (Munanga, 1999, p. 80).

A crítica de Munanga não significa negar a existência da miscigenação ou dos intercâmbios culturais que constituíram a sociedade brasileira. O autor problematiza a transformação desses processos em prova de ausência de racismo. Ao apresentar a sociedade como integrada e harmoniosa, o mito da democracia racial⁵ enfraquece a percepção das estruturas que distribuem de forma desigual poder, reconhecimento e oportunidades.

No campo da comunicação, essa contribuição permite observar que a presença de uma profissional negra em posição de destaque pode ser celebrada sem que as estruturas responsáveis pela baixa presença negra sejam necessariamente problematizadas. A trajetória de Glória Maria possui significado histórico incontestável, mas não deve ser convertida em evidência de que o telejornalismo brasileiro tenha superado suas desigualdades raciais.

Ao deslocar essa reflexão para o campo da Comunicação, torna-se evidente que o telejornalismo também participa dessas estruturas. A televisão brasileira consolidou-se historicamente como um espaço de forte concentração de autoridade simbólica, no qual jornalistas, apresentadores e comentaristas ocuparam posições socialmente reconhecidas como representantes legítimos da informação. Durante décadas, entretanto, esses espaços foram ocupados majoritariamente por profissionais brancos, refletindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. A ausência histórica de jornalistas negros em posições centrais do telejornalismo não constitui simples coincidência estatística; corresponde à manifestação, no campo da comunicação, das mesmas estruturas raciais que organizam outras instituições sociais.

⁵ A expressão “mito da democracia racial” não nega a ocorrência histórica da mestiçagem no Brasil. Ela questiona seu uso ideológico como suposta comprovação de convivência racial harmoniosa e de inexistência de desigualdades estruturadas pela raça.

Nesse sentido, compreender a trajetória de Glória Maria exige reconhecer que sua presença no *Jornal Nacional* representou muito mais do que uma conquista profissional individual. Sua atuação rompeu uma lógica histórica de distribuição da visibilidade, tornando possível que uma mulher negra ocupasse um dos espaços de maior legitimidade simbólica da televisão brasileira. Entretanto, reconhecer esse pioneirismo não significa afirmar que as estruturas raciais tenham sido superadas. Ao contrário, sua excepcionalidade evidencia precisamente a persistência das barreiras que limitaram, durante décadas, o acesso da população negra aos espaços de maior reconhecimento institucional.

É nesse ponto que a contribuição de Djamila Ribeiro torna-se particularmente significativa para esta pesquisa. Ao discutir o conceito de lugar de fala, a autora demonstra que determinados sujeitos ocupam posições historicamente privilegiadas na produção dos discursos socialmente legitimados, enquanto outros permanecem sistematicamente excluídos desses espaços de enunciação. Essa exclusão não implica apenas ausência física; ela produz igualmente formas específicas de invisibilidade simbólica, nas quais experiências negras deixam de ser reconhecidas como referências legítimas da história nacional. A presença de Glória Maria no telejornalismo brasileiro tensiona exatamente essa estrutura, ampliando os limites da representação sem, contudo, eliminar as desigualdades que a produziram.

A relação entre conhecimento, representação e poder é aprofundada por Patricia Hill Collins. Ao colocar as experiências e ideias das mulheres negras no centro da análise, Collins (2019) contesta uma tradição na qual grupos dominantes se apresentam como autoridades capazes de interpretar não apenas sua própria realidade, mas também a experiência daqueles que foram historicamente subordinados. A autora propõe reconhecer as mulheres negras como agentes de conhecimento, isto é, como sujeitos capazes de interpretar a própria vida, elaborar explicações sobre o mundo e participar da produção dos saberes socialmente legitimados.

Essa contribuição é particularmente relevante para a análise de Glória Maria. Sua presença no telejornalismo não representou somente a visibilidade de um corpo negro diante das câmeras. Como repórter, ela observava acontecimentos, entrevistava fontes, estabelecia relações entre experiências, formulava perguntas e apresentava interpretações ao público. A jornalista ocupava, portanto, uma posição institucional de produção do conhecimento, historicamente dificultada às mulheres negras.

Collins (2019) também demonstra que a representação constitui uma relação de poder. As imagens de controle⁶ são construções destinadas a definir externamente as mulheres negras, atribuindo-lhes características aparentemente naturais e contribuindo para tornar o racismo, o sexismo e outras formas de desigualdade socialmente aceitáveis. O conceito não se limita à existência de imagens negativas: interessa também observar quem possui autoridade para definir, estabilizar e fazer circular determinada imagem.

[...] A ênfase na autodefinição das mulheres negras reformula todo o diálogo: de um diálogo de protesto contra a precisão técnica de uma imagem [...] para um diálogo que enfatiza a dinâmica de poder subjacente ao próprio processo de definição. Ao enfatizar a autodefinição, as mulheres negras questionam não apenas o que já foi dito sobre as afro-americanas, mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir. Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. (Collins, 2019, p. digital 226⁷).

A autodefinição não significa que somente a própria pessoa possa falar sobre sua trajetória. O conceito chama atenção para a desigualdade existente entre sujeitos que possuem autoridade institucional para definir e sujeitos cuja realidade é definida por terceiros. Aplicado ao obituário, ele permite investigar em que medida Glória Maria participa da interpretação de sua própria memória por meio de entrevistas, declarações e reportagens de arquivo e em que medida os sentidos de sua trajetória são predominantemente estabelecidos pelo Jornal Nacional.

A questão central não consiste, portanto, apenas em verificar se a imagem produzida pela emissora é positiva. É necessário observar quem controla a seleção dos acontecimentos,

⁶ Collins desenvolve o conceito a partir das experiências históricas das mulheres afro-americanas e de estereótipos específicos dos Estados Unidos. Esta pesquisa não transfere automaticamente figuras como *mammy*, matriarca ou *jezebel* para Glória Maria. Mobiliza-se o conceito em sua dimensão geral: a relação de poder envolvida na produção, na circulação e na naturalização de imagens que definem externamente as mulheres negras.

⁷ A paginação indicada corresponde à numeração digital do arquivo consultado. A edição utilizada foi publicada originalmente como recurso eletrônico em formato EPUB, cuja conversão para PDF não reproduz necessariamente a paginação contínua de uma edição impressa.

quais vozes são autorizadas, quais atributos são reiterados e que aspectos da experiência de Glória Maria permanecem fora da narrativa.

A representação também constitui um campo de disputa política e cultural. Ao analisar o pensamento de bell hooks, Bastone (2022) demonstra que as imagens produzidas sobre pessoas negras podem minimizar, apagar e silenciar suas formas de existência. Não basta, portanto, ampliar numericamente a presença negra na mídia; torna-se necessário transformar os significados, os enquadramentos e as posições narrativas atribuídas a esses sujeitos. A disputa pela representação envolve a possibilidade de deixar de ser apenas objeto das imagens dominantes e passar a participar ativamente de sua produção, interpretação e transformação.

Esse argumento aproxima-se diretamente do objeto desta pesquisa. A presença de Glória Maria no telejornalismo possui relevância histórica, mas sua visibilidade, por si só, não determina os sentidos atribuídos à sua imagem. É necessário investigar como a jornalista é representada, quais aspectos de sua trajetória são selecionados, quem possui autoridade para interpretá-la e em que medida ela permanece como sujeito de sua própria narrativa.

[...] Os ensaios críticos reunidos em *Olhares negros: raça e representação* são gestos de desobediência. Eles representam minha luta política para ampliar as fronteiras da imagem, encontrar palavras para expressar o que vejo, em especial quando observo formas que vão contra a corrente, quando estou vendo coisas que a maioria das pessoas simplesmente não quer acreditar que estão ali. Estes ensaios são sobre identidade. Uma vez que a descolonização como um processo político é sempre uma luta para nos definir internamente, e que vai além do ato de resistência à dominação, estamos sempre no processo de recordar o passado, mesmo enquanto criamos novas formas de imaginar e construir o futuro. (hooks, 2019, p. 37 apud⁸ Bastone, 2022, p. 2).

A formulação de hooks evidencia que disputar a representação não significa apenas substituir imagens negativas por imagens positivas. Trata-se de ampliar as possibilidades de existência, interpretação e autodefinição disponíveis para os sujeitos negros. A produção de outras imagens também constitui uma disputa pela memória, porque interfere naquilo que uma sociedade reconhece como parte de seu passado e nas possibilidades que consegue imaginar para o futuro.

⁸ As citações literais de bell hooks extraídas da obra *Olhares negros: raça e representação* foram acessadas, nesta pesquisa, por intermédio do artigo de Bastone (2022). Por essa razão, emprega-se a expressão *apud* nas citações diretas, indicando o uso de uma fonte secundária.

Ao deslocar essa discussão para o pensamento decolonial, torna-se necessário compreender a formação histórica das hierarquias raciais que atravessam a produção do conhecimento e do reconhecimento público. Quijano (2005) compreende a constituição da América como momento decisivo para a formação de um novo padrão mundial de poder. Nesse processo, diferenças entre conquistadores e conquistados foram codificadas por meio da ideia de raça e apresentadas como desigualdades naturais.

[...] Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (Quijano, 2005, p. digital 1).

Para o autor, “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. digital 3). A classificação racial não operou apenas no plano das identidades ou das representações. Ela participou da organização das posições sociais, do trabalho, da autoridade e das possibilidades de reconhecimento, vinculando determinados grupos a lugares de superioridade e outros a posições de inferioridade.

O encerramento formal dos regimes coloniais não eliminou esse padrão de classificação. Quijano (2005) utiliza a noção de colonialidade para designar a permanência e a reorganização dessas hierarquias nas sociedades modernas. A colonialidade não constitui, portanto, apenas uma herança distante do passado, mas uma estrutura que continua interferindo na distribuição do poder, da autoridade e do conhecimento.

Essa dominação alcançou também a subjetividade e os modos de produzir conhecimento. Quijano observa que a Europa concentrou sob sua hegemonia o controle da cultura, da subjetividade e, especialmente, da produção do conhecimento. As experiências europeias foram convertidas em referências aparentemente universais, enquanto outros

saberes, linguagens e formas de interpretação foram subordinados ou deslegitimados (Quijano, 2005, p. digital 8).

Aplicada ao telejornalismo, essa perspectiva permite questionar padrões profissionais frequentemente apresentados como universais. Critérios de beleza, postura, linguagem, neutralidade, competência e credibilidade podem ser compreendidos como construções históricas atravessadas pelas classificações raciais. A presença de Glória Maria nesse campo tensiona uma hierarquia que associou durante décadas a autoridade pública e a produção do conhecimento a sujeitos brancos.

Assim, compreender a memória produzida pelo telejornalismo implica reconhecer que ela nunca é distribuída de maneira uniforme. A memória coletiva constitui um campo de disputas no qual diferentes sujeitos buscam reconhecimento, legitimidade e permanência histórica. O telejornalismo participa ativamente desse processo ao selecionar quais histórias serão narradas, quais personagens serão celebrados e quais trajetórias passarão a integrar aquilo que esta pesquisa compreende como patrimônio simbólico da comunicação brasileira.

É precisamente nesse contexto que a análise do obituário de Glória Maria adquire relevância científica. A narrativa produzida pelo *Jornal Nacional* será examinada não apenas como homenagem a uma jornalista extraordinária, mas como um acontecimento comunicacional capaz de revelar os mecanismos pelos quais o telejornalismo constrói memória, produz reconhecimento e reorganiza simbolicamente a presença de sujeitos negros na história da televisão brasileira. Compreender esse processo significa compreender, simultaneamente, como as estruturas raciais atravessam a produção da memória e como determinadas narrativas podem contribuir para ampliar os horizontes de representação e pertencimento na esfera pública contemporânea.

Nesse conjunto, a contribuição de Collins permite compreender que as disputas pela memória também envolvem disputas pelo poder de definir. A permanência pública de uma mulher negra não depende somente de sua inclusão nas narrativas oficiais, mas da forma pela qual sua experiência é interpretada, das vozes que participam dessa interpretação e da possibilidade de sua própria perspectiva permanecer acessível no processo de construção da memória.

1.7 Síntese teórica: o telejornalismo como produtor de memória social

Ao longo deste capítulo, buscou-se construir um percurso teórico capaz de sustentar a hipótese central desta pesquisa: a de que o telejornalismo não se limita à produção e circulação de informações, mas participa ativamente da elaboração da memória social, produzindo representações, legitimando narrativas e contribuindo para a constituição do patrimônio simbólico de uma sociedade. Diferentemente de uma revisão bibliográfica organizada pela sucessão de autores, procurou-se estabelecer um diálogo entre diferentes tradições teóricas, demonstrando que cada uma delas ilumina uma dimensão específica do problema investigado.

O ponto de partida dessa construção consistiu na compreensão do telejornalismo como uma instituição cultural. Mais do que um espaço destinado à divulgação de notícias, o telejornalismo organiza formas coletivas de interpretação da realidade, selecionando acontecimentos, estabelecendo hierarquias de relevância e produzindo narrativas que orientam a maneira pela qual indivíduos e grupos compreendem o mundo social. Nesse sentido, o jornalismo deixa de ser entendido apenas como prática informativa para assumir igualmente uma função simbólica, participando da elaboração das referências culturais que estruturam a experiência coletiva.

Essa perspectiva tornou possível articular as contribuições de Stuart Hall à Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Enquanto Hall demonstra que os significados são produzidos por meio dos sistemas culturais de representação, Moscovici e Jodelet evidenciam que esses significados, ao circularem socialmente, transformam-se em formas compartilhadas de conhecimento que orientam comportamentos, identidades e práticas sociais. A aproximação entre esses referenciais permitiu compreender que o telejornalismo não apenas representa acontecimentos, mas produz interpretações que passam a integrar o universo simbólico da sociedade.

Em seguida, a incorporação das contribuições de Pierre Bourdieu ampliou essa discussão ao demonstrar que nem todas as representações possuem o mesmo peso social. As narrativas produzidas por instituições reconhecidas, como o *Jornal Nacional*, adquirem elevada legitimidade simbólica em razão da autoridade socialmente atribuída aos seus discursos. O poder simbólico, nesse contexto, explica por que determinadas narrativas ultrapassam o instante de sua circulação e passam a constituir referências duradouras para

diferentes grupos sociais. A produção de significados, portanto, encontra-se diretamente relacionada aos processos de reconhecimento institucional.

Essa reflexão conduziu naturalmente aos estudos da memória desenvolvidos por Paul Ricoeur, Pierre Nora e Jan Assmann. Os três autores, embora partindo de perspectivas distintas, convergem na compreensão de que a memória não corresponde à simples preservação do passado, mas à sua constante reconstrução por meio das narrativas, das instituições e das práticas culturais. O passado não permanece vivo por si mesmo; ele necessita ser continuamente narrado, reinterpretado e socialmente compartilhado. Sob essa perspectiva, o telejornalismo revela-se uma das principais instituições contemporâneas responsáveis pela produção da memória coletiva, sobretudo ao transformar acontecimentos e trajetórias individuais em referências simbólicas destinadas à permanência.

A incorporação das discussões sobre raça, racismo estrutural e colonialidade acrescentou uma dimensão indispensável à compreensão desse processo. As contribuições de Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Patricia Hill Collins, bell hooks, Aníbal Quijano e Catherine Walsh demonstraram que os mecanismos responsáveis pela produção da memória também são atravessados pelas relações de poder que estruturam a sociedade brasileira. A distribuição da visibilidade, do reconhecimento e da permanência histórica não ocorre de forma neutra; ela reproduz disputas simbólicas relacionadas à raça, ao gênero, à classe e à colonialidade do conhecimento. Dessa forma, compreender a construção da memória de Glória Maria implica reconhecer igualmente os processos históricos que limitaram a presença de pessoas negras nos espaços de maior legitimidade do telejornalismo nacional. Para Quijano, o eurocentrismo não corresponde genericamente a todo pensamento produzido na Europa, mas a “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica” (2005, p. digital 17). Ao transformar uma experiência histórica particular em referência aparentemente universal, o eurocentrismo também estabelece parâmetros para definir racionalidade, civilização, competência e autoridade. Aplicada ao telejornalismo, essa reflexão permite questionar padrões estéticos, linguísticos e profissionais apresentados como neutros, embora constituídos em uma sociedade racialmente hierarquizada.

A articulação desses diferentes referenciais permite afirmar que memória, representação e reconhecimento constituem processos inseparáveis. As narrativas jornalísticas produzem significados; esses significados convertem-se em representações sociais; as representações adquirem legitimidade por meio do poder simbólico das instituições; e,

posteriormente, transformam-se em memória coletiva, integrando o patrimônio simbólico compartilhado por uma sociedade. Esse percurso constitui o principal modelo interpretativo adotado nesta pesquisa.

Diante desse entendimento, propõe-se compreender o telejornalismo como um agente ativo na construção da memória pública. Sua atuação ultrapassa o registro factual dos acontecimentos para participar da definição das trajetórias consideradas exemplares, dos acontecimentos dignos de preservação e das narrativas que passarão a representar a história compartilhada de uma coletividade. Em outras palavras, o telejornalismo não apenas acompanha a história: ele participa da produção da história que será lembrada.

No caso específico desta pesquisa, parte-se da hipótese de que o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* realiza exatamente essa operação. Ao selecionar acontecimentos, organizar temporalmente a trajetória de Glória Maria, mobilizar imagens emblemáticas, depoimentos afetivos e um ritual de despedida marcado pelos aplausos finais, o telejornal produz uma narrativa destinada não apenas a recordar a jornalista, mas a consolidá-la como uma referência permanente da história do telejornalismo brasileiro. Essa hipótese, construída ao longo deste capítulo, será submetida à análise empírica nos capítulos seguintes.

Assim, o percurso teórico desenvolvido não possui finalidade meramente expositiva. Ele constitui a base interpretativa que orientará todas as etapas da investigação. Cada conceito apresentado — representação, representações sociais, poder simbólico, memória, patrimônio simbólico, racismo estrutural e colonialidade — funcionará como categoria de análise para compreender a narrativa construída pelo *Jornal Nacional*. O referencial teórico deixa, desse modo, de ser um conjunto de definições abstratas para transformar-se em instrumento analítico diretamente articulado ao objeto da pesquisa.

É a partir dessa base que o capítulo seguinte deslocará o olhar para a trajetória de Glória Maria. Entretanto, antes de examinar a narrativa construída após sua morte, torna-se necessário compreender a própria dimensão histórica de sua presença no telejornalismo brasileiro. Mais do que uma jornalista de reconhecida competência, Glória Maria constituiu uma ruptura nos padrões de representação racial da televisão brasileira. Sua trajetória, analisada à luz dos referenciais aqui apresentados, revela-se fundamental para compreender por que sua memória assumiu dimensão tão significativa no interior do *Jornal Nacional* e da história da comunicação no Brasil.

As representações produzidas pela mídia não circulam em um espaço social neutro. Elas são atravessadas pelas estruturas históricas que organizam as relações de poder e condicionam quais sujeitos aparecem como portadores legítimos de autoridade. Nesse sentido, a contribuição de Almeida (2019) permite compreender que as desigualdades raciais presentes no telejornalismo não são exteriores ao seu funcionamento institucional, mas integram a própria ordem social na qual a televisão se constituiu. O capítulo seguinte aprofundará essa dimensão a partir da trajetória de Glória Maria.

A autoridade para produzir e legitimar representações também é socialmente distribuída. O capítulo seguinte examinará como as estruturas raciais e de gênero condicionam quem pode ocupar posições reconhecidas de fala, visibilidade e produção de conhecimento no telejornalismo brasileiro.

2 GLÓRIA MARIA E A CONSTRUÇÃO DE UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

No contexto brasileiro, essa função torna-se particularmente significativa quando exercida pelo *Jornal Nacional*. Desde sua criação, em 1969, o telejornal consolidou-se como um dos principais espaços de mediação simbólica da esfera pública nacional, acompanhando acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos que marcaram a história recente do país. Mais do que um veículo de informação, o *Jornal Nacional* tornou-se uma instituição produtora de referências coletivas. Ao longo de décadas, foi responsável por apresentar ao público personagens, acontecimentos e narrativas que passaram a integrar a memória social brasileira. Dessa forma, compreender como esse telejornal organiza discursivamente a trajetória de Glória Maria significa investigar não apenas uma homenagem institucional, mas um processo de produção de memória realizado por um dos agentes de maior legitimidade do campo jornalístico nacional.

Essa perspectiva desloca o olhar da trajetória individual para os mecanismos institucionais responsáveis por sua legitimação. Não se trata de questionar a importância histórica de Glória Maria, amplamente reconhecida pela sociedade brasileira, mas de compreender como essa importância é reorganizada e reafirmada pela narrativa jornalística no momento de sua despedida pública. O obituário, nesse contexto, deixa de ser interpretado apenas como um gênero informativo e passa a ser compreendido como um espaço de produção de significados, no qual se condensam valores profissionais, afetos coletivos, disputas de memória e projetos de identidade institucional.

É justamente nessa articulação entre jornalismo, memória e representação que esta pesquisa identifica sua principal contribuição. Embora existam estudos relevantes sobre representações raciais na mídia, sobre a presença de jornalistas negros na televisão brasileira e sobre a trajetória profissional de Glória Maria, observa-se que essas discussões raramente são articuladas à análise do obituário televisivo como dispositivo de construção da memória social. Da mesma forma, os estudos sobre representações sociais nem sempre dialogam diretamente com a análise das narrativas jornalísticas produzidas após a morte de personalidades públicas. Este trabalho procura aproximar esses diferentes campos, propondo uma leitura integrada entre Comunicação, Representações Sociais, Estudos Raciais e Memória Social.

Essa compreensão permite examinar não apenas quais acontecimentos foram recuperados pelo obituário, mas também os efeitos das escolhas realizadas pelo telejornal. Na abordagem discursiva apresentada por Hall (2016, p. 26–27), interessa compreender como determinadas formas de representação produzem conhecimentos, constroem identidades e se relacionam com posições de poder. Desse modo, ao selecionar imagens da carreira de Glória Maria, privilegiar determinados depoimentos, recuperar episódios específicos e encerrar a edição com um ritual de aplausos, o Jornal Nacional organiza uma interpretação institucionalmente legitimada de sua trajetória.

Essa produção de sentidos não ocorre em um vazio histórico. Ela é atravessada pelas estruturas de poder que organizam as posições sociais, os regimes de conhecimento e as possibilidades de reconhecimento público. Aníbal Quijano⁹¹⁰ (2005) demonstra que a constituição da modernidade colonial esteve associada à criação da raça como instrumento de classificação da população mundial. Essa classificação vinculou identidades racializadas a diferentes lugares, funções e níveis de autoridade, naturalizando relações historicamente produzidas pela dominação colonial.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a associação entre branquitude, racionalidade e autoridade pública não constitui um fenômeno natural, mas uma construção histórica. No campo da comunicação, essa herança permite analisar por que determinados corpos foram reconhecidos durante décadas como representantes legítimos da informação, enquanto profissionais negros encontraram maiores obstáculos para ocupar posições de elevada visibilidade e credibilidade. A trajetória de Glória Maria tensiona essa estrutura ao inserir uma mulher negra em uma posição institucional de produção e circulação do conhecimento jornalístico.

Ao dialogar com Quijano, autores como Walter Dignolo, Catherine Walsh e Nelson Maldonado-Torres ampliam essa reflexão ao demonstrar que a colonialidade não se restringe ao plano econômico ou político, mas alcança igualmente os processos de produção do

⁹ Aníbal Quijano é um dos principais formuladores do conceito de colonialidade do poder. Em sua abordagem, a constituição da modernidade e do capitalismo mundial está relacionada à colonização da América e à transformação da ideia de raça em instrumento de classificação social. O conceito permite compreender a permanência dessas hierarquias mesmo após o encerramento formal das administrações coloniais.

¹⁰ A paginação das citações de Quijano corresponde à numeração digital do arquivo em PDF utilizado nesta pesquisa. O documento informa que o texto integra originalmente as páginas 227–278 da coletânea organizada por Edgardo Lander, mas a versão digital consultada foi reformatada e não preserva continuamente a paginação da edição impressa.

conhecimento e das representações culturais. A mídia, nesse contexto, participa da reprodução ou da contestação dessas estruturas ao definir quais narrativas serão legitimadas como expressão da memória nacional. Assim, analisar o obituário de Glória Maria significa também investigar de que maneira o telejornalismo brasileiro reorganiza simbolicamente a presença de uma mulher negra em um espaço historicamente marcado pela hegemonia branca. Essa discussão aproxima-se das contribuições de Djamila Ribeiro (2017), para quem o debate sobre lugar de fala não se restringe ao direito individual de emitir opiniões, mas envolve as posições sociais a partir das quais os sujeitos acessam os espaços de produção, circulação e legitimação dos discursos. Em sociedades estruturalmente desiguais, determinados grupos encontram maiores possibilidades de serem reconhecidos como portadores de conhecimento e autoridade, enquanto as vozes de grupos subalternizados enfrentam obstáculos institucionais para serem ouvidas e legitimadas. Nesse sentido, a trajetória de Glória Maria revela a importância histórica de uma mulher negra ocupar uma posição pública de enunciação em um campo cuja autoridade foi tradicionalmente associada à branquitude.

É precisamente essa tensão que torna o obituário analisado nesta pesquisa particularmente significativo. A narrativa construída pelo *Jornal Nacional* reconhece Glória Maria como pioneira, profissional excepcional, repórter corajosa e referência do telejornalismo brasileiro. Contudo, mais do que identificar essas qualificações, interessa compreender como elas são organizadas discursivamente para produzir uma representação social específica. Em vez de simplesmente enumerar características individuais, o telejornal constrói uma narrativa capaz de transformar a jornalista em um símbolo institucional da própria televisão brasileira. A representação de Glória Maria como profissional excepcional não deve ser confundida com a transformação das condições de acesso ao telejornalismo. A excepcionalidade pode reconhecer sua excelência, mas também corre o risco de isolá-la das estruturas sociais e das lutas coletivas que tornam sua presença historicamente significativa. Quando uma trajetória singular é apresentada como demonstração de que qualquer pessoa poderia alcançar o mesmo espaço mediante esforço, a narrativa aproxima-se da lógica meritocrática criticada por Almeida (2019). O sucesso individual passa, então, a encobrir a permanência das barreiras estruturais. Sob essa perspectiva, o longo aplauso que encerra o obituário deixa de ser interpretado apenas como manifestação de emoção. Ele passa a constituir um ritual institucional de reconhecimento, no qual a televisão celebra não apenas uma jornalista, mas reafirma os valores que deseja preservar como constitutivos de sua própria história. O ritual de despedida converte-se, assim, em um ritual de consagração, no

qual Glória Maria deixa de ocupar apenas um lugar na memória afetiva de seus colegas para ser incorporada ao patrimônio simbólico institucional do telejornalismo do telejornalismo brasileiro.

A delimitação do objeto desta pesquisa também decorre da compreensão de que os estudos sobre jornalismo vêm ampliando, nas últimas décadas, seu interesse pelas dimensões simbólicas da produção da notícia. Se, em um primeiro momento, a preocupação predominante concentrou-se nos critérios de noticiabilidade, nos processos produtivos das redações e nas rotinas profissionais, observa-se um movimento crescente de investigações voltadas à compreensão do jornalismo como prática cultural responsável pela produção de sentidos, identidades e memórias. Essa mudança de perspectiva desloca o olhar da notícia como simples relato factual para compreendê-la como narrativa socialmente situada, construída a partir de escolhas editoriais, enquadramentos interpretativos e disputas por legitimidade simbólica. Nesse contexto, diferentes pesquisadores têm demonstrado que o telejornalismo exerce papel fundamental na constituição da memória pública contemporânea. Ao selecionar acontecimentos considerados relevantes, organizar retrospectivamente fatos históricos e atribuir centralidade a determinados sujeitos, a televisão participa ativamente da construção do patrimônio simbólico de uma sociedade. Ainda assim, embora existam estudos consistentes sobre memória, representação, raça, telejornalismo e narrativas midiáticas, observa-se que esses campos de investigação frequentemente desenvolvem-se de maneira paralela, estabelecendo poucos pontos de diálogo entre si. Da mesma forma, o obituário televisivo permanece relativamente pouco explorado como objeto privilegiado para compreender os mecanismos pelos quais o jornalismo produz memória social e reconhecimento institucional.

É justamente nessa articulação que esta pesquisa procura inserir sua contribuição. Ao tomar como corpus analítico o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em homenagem a Glória Maria, propõe-se uma aproximação entre a Teoria das Representações Sociais, os Estudos Culturais, os estudos sobre memória, o pensamento decolonial e as pesquisas em telejornalismo. Mais do que analisar uma homenagem televisiva, busca-se compreender como diferentes dimensões da narrativa — texto, imagem, montagem, trilha sonora, silêncio, testemunhos e organização temporal — atuam conjuntamente na produção de sentidos acerca de uma figura pública cuja trajetória se tornou referência para a história do jornalismo brasileiro. A escolha desse objeto também encontra justificativa na singularidade histórica da

própria Glória Maria. Ao longo de mais de cinco décadas de atuação profissional, sua presença rompeu fronteiras que ultrapassam o campo estritamente jornalístico. Glória tornou-se símbolo da presença de mulheres negras em espaços historicamente marcados pela exclusão racial, pela concentração de poder simbólico e pela limitada diversidade nos meios de comunicação. Sua trajetória evidencia, simultaneamente, os mecanismos de permanência das desigualdades estruturais e as possibilidades de ruptura produzidas pela atuação de sujeitos historicamente marginalizados. Entretanto, o reconhecimento público de sua carreira não elimina a necessidade de compreender como esse reconhecimento é discursivamente construído e institucionalizado pela mídia.

2.1 Quando uma trajetória deixa de pertencer a uma pessoa e passa a pertencer à história

A história do jornalismo brasileiro é frequentemente narrada por meio de acontecimentos que transformaram práticas profissionais, consolidaram instituições ou modificaram as formas de produzir e consumir informação. Menos frequente, entretanto, é reconhecer que determinadas pessoas também se convertem em acontecimentos históricos. Em alguns casos, uma trajetória profissional ultrapassa a dimensão individual e passa a representar mudanças estruturais na própria configuração de um campo social. Nessas circunstâncias, o sujeito deixa de ser compreendido apenas por aquilo que realizou e passa a simbolizar processos históricos mais amplos, tornando-se referência para compreender transformações culturais, institucionais e políticas que extrapolam sua experiência pessoal. Para compreender por que certas narrativas jornalísticas alcançam maior legitimidade do que outras, é necessário considerar a posição ocupada pelas instituições responsáveis por sua produção. Bourdieu compreende os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação que tornam possível certo consenso acerca do sentido do mundo social. Esse consenso não é neutro: participa da integração dos grupos e da reprodução das classificações pelas quais a realidade é organizada e reconhecida (Bourdieu, 2003, p. 9–10).

É sob essa perspectiva que esta pesquisa propõe compreender a trajetória de Glória Maria. A relevância de sua atuação no telejornalismo brasileiro não decorre exclusivamente da longevidade de sua carreira, do número de reportagens produzidas ou do reconhecimento conquistado junto ao público. Embora todos esses elementos sejam importantes, eles não são

suficientes para explicar a dimensão histórica alcançada por sua presença na televisão brasileira. O que torna Glória Maria um objeto particularmente significativo para os estudos em Jornalismo é sua capacidade de condensar, em uma única trajetória, diferentes processos sociais relacionados à representação, à memória, à visibilidade e às disputas raciais que atravessam a história da comunicação no Brasil.

Essa perspectiva exige romper com uma compreensão estritamente biográfica da personagem analisada. Não se trata de reconstruir cronologicamente sua vida ou elaborar uma narrativa celebratória de suas conquistas profissionais. Tal abordagem, embora importante para fins documentais, não responde ao problema central desta investigação. O interesse desta pesquisa concentra-se em compreender como uma trajetória individual passa a adquirir dimensão coletiva, transformando-se em referência simbólica para uma profissão e para uma sociedade. Em outras palavras, busca-se investigar o processo pelo qual Glória Maria deixa de pertencer apenas à sua biografia para integrar a história do telejornalismo brasileiro.

Essa mudança de perspectiva aproxima-se das discussões desenvolvidas no capítulo anterior acerca da memória social. Conforme argumentado, a permanência histórica de determinadas figuras públicas não resulta exclusivamente da relevância objetiva de suas realizações. Ela depende igualmente dos processos narrativos responsáveis por selecionar acontecimentos, organizar significados e produzir interpretações socialmente compartilhadas acerca dessas trajetórias. A história que permanece viva não corresponde necessariamente à totalidade dos fatos ocorridos, mas à narrativa construída sobre eles. Assim, compreender Glória Maria implica reconhecer que sua importância histórica decorre simultaneamente de sua atuação profissional e das formas pelas quais essa atuação foi continuamente narrada, reconhecida e institucionalizada.

No caso brasileiro, essa reflexão assume contornos ainda mais complexos quando observada à luz das relações raciais. Durante décadas, os espaços de maior visibilidade da televisão foram ocupados predominantemente por profissionais brancos, reproduzindo desigualdades historicamente presentes em diferentes instituições sociais. A presença de jornalistas negros nas posições de maior autoridade editorial constituiu exceção, e não regra. Nesse contexto, a trajetória de Glória Maria representa uma ruptura significativa, não apenas porque amplia a presença de mulheres negras no telejornalismo, mas porque altera simbolicamente as formas de representação racial em um dos principais espaços de produção de narrativas da esfera pública brasileira.

Entretanto, interpretar Glória Maria apenas como pioneira seria reduzir a complexidade de sua contribuição histórica. O pioneirismo constitui um dado importante, mas insuficiente para explicar a permanência simbólica alcançada por sua trajetória. Muitos profissionais foram pioneiros em diferentes áreas e, ainda assim, permaneceram relativamente ausentes da memória coletiva. A permanência histórica depende de processos mais amplos de reconhecimento institucional, circulação social das narrativas e produção de representações compartilhadas. É justamente essa articulação que esta pesquisa procura investigar.

Ao longo de mais de cinco décadas de atuação profissional, Glória Maria consolidou uma imagem pública marcada pela credibilidade, pela curiosidade intelectual, pela capacidade de estabelecer diálogo com diferentes culturas e pela disposição para ocupar espaços tradicionalmente pouco acessíveis às mulheres negras na televisão brasileira. Sua imagem ultrapassou a condição de apresentadora ou repórter para transformar-se em símbolo de competência jornalística, coragem profissional e excelência narrativa. Esses atributos, entretanto, não surgiram espontaneamente. Foram continuamente produzidos e reafirmados pelas narrativas construídas em torno de sua atuação, tanto durante sua carreira quanto, de maneira particularmente intensa, após sua morte.

Sob essa perspectiva, torna-se possível afirmar que Glória Maria constitui um acontecimento histórico não apenas pelo conjunto de realizações acumuladas ao longo de sua vida profissional, mas pela capacidade que sua trajetória adquiriu de representar mudanças mais amplas no campo do telejornalismo brasileiro. Sua história permite compreender transformações relacionadas à presença de mulheres negras na mídia, às disputas por reconhecimento institucional, às formas contemporâneas de produção da memória e aos mecanismos pelos quais determinadas trajetórias passam a integrar o patrimônio simbólico da comunicação nacional.

É precisamente por esse motivo que este capítulo antecede a análise do obituário desenvolvida posteriormente. Antes de compreender como o *Jornal Nacional* constrói a memória de Glória Maria, torna-se necessário compreender por que essa memória adquire tamanha relevância histórica. A narrativa produzida pelo telejornal não cria, do nada, uma personagem pública. Ela reorganiza simbolicamente uma trajetória que, ao longo de décadas, já havia se tornado parte fundamental da história do telejornalismo brasileiro. Assim, compreender a vida de Glória Maria significa compreender igualmente as condições históricas que tornaram possível sua transformação em referência coletiva.

O encerramento formal do colonialismo não significou o desaparecimento das classificações constituídas durante a conquista. Quijano (2005) utiliza a noção de colonialidade para indicar a permanência de um padrão de poder fundado na classificação racial, na distribuição desigual do trabalho e na hegemonia europeia. A colonialidade não representa somente um vestígio do passado: corresponde à continuidade e à reorganização dessas hierarquias no interior das sociedades modernas.

Sob essa perspectiva, a presença reduzida de profissionais negros nos espaços de maior autoridade do telejornalismo não pode ser explicada apenas por comportamentos individuais. Ela deve ser relacionada a uma ordem histórica que naturalizou determinados sujeitos como portadores legítimos da racionalidade, da credibilidade e do poder público.

A contribuição de Quijano permite compreender a formação histórica dessas hierarquias, enquanto Almeida (2019) explica sua reprodução estrutural e institucional na sociedade contemporânea. Assim, colonialidade do poder¹¹ e racismo estrutural não serão tratados como conceitos equivalentes, mas como perspectivas complementares: a primeira evidencia a matriz histórica e colonial da classificação racial; o segundo demonstra como o racismo integra o funcionamento ordinário das relações sociais e das instituições.

É a partir dessa compreensão que as próximas seções examinarão sua infância, formação, ingresso na televisão, consolidação profissional e construção de autoridade jornalística, sempre evitando uma abordagem meramente cronológica. Cada etapa de sua trajetória será analisada como parte de um processo mais amplo de transformação das formas de representação no telejornalismo brasileiro, preparando o caminho para compreender, nos capítulos seguintes, como essa história foi reorganizada pelo *Jornal Nacional* em uma narrativa de memória, reconhecimento e permanência.

2.2 Infância, formação e os primeiros enfrentamentos: a construção de uma trajetória em um Brasil marcado pelas desigualdades raciais

¹¹ Colonialismo e colonialidade não são empregados como sinônimos. O colonialismo corresponde às formas históricas de dominação política, territorial e econômica exercidas pelas potências coloniais. A colonialidade designa a permanência das classificações raciais, das hierarquias **sociais** e das formas eurocêntricas de conhecimento constituídas nesse processo, mesmo após o fim formal dos regimes coloniais.

Nenhuma trajetória profissional pode ser compreendida de maneira dissociada do contexto histórico e social em que foi construída. As escolhas, oportunidades e obstáculos que atravessam a vida de um indivíduo não resultam exclusivamente de decisões pessoais, mas também das condições estruturais produzidas por seu tempo histórico. Sob essa perspectiva, compreender a trajetória de Glória Maria exige retornar ao Brasil das décadas de 1950 e 1960, período marcado por profundas transformações políticas, econômicas e culturais, mas também pela permanência de desigualdades raciais que continuavam limitando o acesso da população negra aos espaços de maior prestígio social.

Glória Maria Matta da Silva nasceu em 15 de agosto de 1949, na cidade do Rio de Janeiro, pouco mais de seis décadas após a abolição formal da escravidão no Brasil. Embora juridicamente livre, a população negra brasileira ainda enfrentava profundas barreiras de acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos espaços de representação pública. Simultaneamente, o país difundia uma imagem de integração racial sustentada pela valorização da mestiçagem.

A partir de Munanga (1999), essa aparente contradição pode ser compreendida como parte do funcionamento do mito da democracia racial. O discurso da convivência harmoniosa não eliminava as desigualdades; contribuía para dissimulá-las e para dificultar sua compreensão como problemas raciais. Foi nesse cenário, marcado pela afirmação pública da integração e pela permanência concreta da exclusão, que Glória Maria iniciou sua trajetória.

Sua infância foi marcada pelo incentivo familiar aos estudos e pela valorização da educação como instrumento de transformação social. Filha de um alfaiate e de uma dona de casa, cresceu em um ambiente em que o esforço individual era constantemente associado à necessidade de superar barreiras impostas por uma sociedade profundamente desigual. Essa valorização da educação não pode ser compreendida apenas como escolha familiar; ela dialoga com uma experiência histórica compartilhada por inúmeras famílias negras brasileiras que identificavam na escolarização uma das poucas possibilidades concretas de mobilidade social em um contexto de exclusão estrutural.

Ainda jovem, Glória ingressou no curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), uma conquista que, naquele contexto histórico, possuía significado que ultrapassava a dimensão individual. O acesso ao ensino superior permanecia restrito a uma pequena parcela da população brasileira, sendo ainda mais limitado para

mulheres negras. Sua formação universitária representou, portanto, não apenas uma qualificação profissional, mas a ocupação de um espaço historicamente marcado por desigualdades de classe e raça.

É importante destacar que a escolha pelo Jornalismo também deve ser interpretada à luz das características da profissão naquele período. As redações brasileiras eram predominantemente compostas por homens brancos, especialmente nos veículos de maior circulação nacional. O telejornalismo, que começava a consolidar sua influência sobre a opinião pública, reproduzia padrões estéticos e raciais fortemente associados à branquitude. A presença de profissionais negros diante das câmeras era rara, e, quando ocorria, frequentemente encontrava-se condicionada a estereótipos ou a funções de menor visibilidade. Dessa forma, a decisão de seguir carreira no Jornalismo significava ingressar em um campo profissional no qual as oportunidades de reconhecimento para uma mulher negra eram significativamente reduzidas. O conceito de lugar de fala não deve ser compreendido como uma proibição destinada a determinar quem pode ou não abordar determinado tema. Ribeiro (2017) parte da ideia de localização social: todos os sujeitos falam a partir de posições constituídas pelas relações de raça, gênero, classe e poder. Essas posições não determinam mecanicamente o pensamento individual, mas interferem nas experiências vividas, nos acessos institucionais e nas possibilidades de reconhecimento daquilo que é dito. A questão central não é apenas quem fala, mas quais vozes encontram condições sociais para circular, ser ouvidas e adquirir legitimidade.

Essa constatação permite compreender que os primeiros enfrentamentos vividos por Glória Maria antecederam sua chegada à televisão. Eles estão relacionados à própria estrutura social brasileira e às formas pelas quais o racismo condicionava o acesso aos espaços de formação, prestígio e autoridade. Como observa Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural não opera apenas por meio de episódios explícitos de discriminação, mas pela organização das instituições e das oportunidades sociais. Assim, a trajetória de Glória não deve ser interpretada como resultado exclusivo de mérito individual, mas como percurso construído em permanente tensão com estruturas que historicamente limitaram a presença de pessoas negras em posições de destaque. A análise exige inicialmente distinguir racismo, preconceito racial e discriminação racial. Almeida (2019) compreende o preconceito como um juízo formulado a partir de estereótipos atribuídos a determinados grupos racializados. A discriminação, por sua vez, corresponde à atribuição de tratamento diferenciado e pressupõe

relações de poder capazes de produzir vantagens ou desvantagens. O racismo possui caráter mais amplo e sistemático: constitui um processo que organiza socialmente essas desigualdades e faz com que privilégios e desvantagens se reproduzam ao longo do tempo. Almeida (2019) diferencia as concepções institucional e estrutural do racismo. A primeira evidencia que o funcionamento das instituições pode produzir privilégios e desvantagens raciais, ainda que não existam determinações explicitamente discriminatórias. A segunda amplia essa interpretação ao demonstrar que as instituições não criam isoladamente o racismo, mas reproduzem uma estrutura social, política e econômica historicamente racializada. Assim, o racismo institucional representa uma das formas concretas pelas quais o racismo estrutural se manifesta.

Ao mesmo tempo, reduzir sua história exclusivamente à dimensão do enfrentamento também seria insuficiente. A singularidade de sua trajetória reside justamente na combinação entre competência profissional, curiosidade intelectual, capacidade narrativa e habilidade para ocupar espaços que tradicionalmente lhe eram negados. Desde o início de sua formação, Glória demonstrava interesse por temas internacionais, culturas diversas e experiências humanas que ultrapassavam fronteiras geográficas e sociais. Essa curiosidade tornaria-se uma das marcas mais reconhecidas de sua atuação jornalística e contribuiria decisivamente para a construção de sua identidade profissional nas décadas seguintes.

Outro aspecto relevante diz respeito à construção de sua autoconfiança diante de ambientes marcados pela baixa diversidade racial. Diversas entrevistas concedidas por Glória Maria ao longo da vida revelam que ela reconhecia a existência do racismo, mas recusava permitir que ele definisse integralmente sua trajetória. Essa postura não pode ser interpretada como negação das desigualdades estruturais, mas como estratégia subjetiva de enfrentamento em um contexto profissional adverso. Sua experiência evidencia que a resistência cotidiana também constitui forma de atuação política, especialmente quando realizada em espaços historicamente excludentes.

Nesse sentido, a infância, a formação universitária e os primeiros anos da vida adulta de Glória Maria não representam apenas a preparação para uma carreira de sucesso. Eles constituem o período em que se formam os elementos fundamentais de uma trajetória que posteriormente seria reconhecida como marco histórico do telejornalismo brasileiro. Sua inserção em espaços educacionais e profissionais de elevada competitividade revela não apenas conquistas individuais, mas as transformações graduais — ainda que insuficientes —

pelas quais passava a sociedade brasileira no que diz respeito à presença de mulheres negras em instituições de prestígio. Reconhecer a relevância coletiva da trajetória de Glória Maria não significa transformá-la em representante absoluta das experiências de todas as mulheres negras. Lugar de fala não implica que sujeitos pertencentes ao mesmo grupo possuam trajetórias, opiniões ou consciências idênticas. Ribeiro (2017, p. 36–38) diferencia a localização social compartilhada das experiências individuais, demonstrando que pessoas submetidas a relações semelhantes de poder podem construir respostas e perspectivas distintas. A importância de Glória Maria reside, portanto, não em falar por todas as mulheres negras, mas em ter ocupado uma posição de autoridade historicamente dificultada para esse grupo social.

Sob a perspectiva desta pesquisa, compreender esse percurso inicial é indispensável porque permite reconhecer que a memória construída posteriormente pelo *Jornal Nacional* não surge desvinculada da história vivida por Glória Maria. Ao contrário, a narrativa produzida pelo telejornal reorganiza acontecimentos cuja importância já vinha sendo construída ao longo de décadas. Antes de tornar-se memória, sua trajetória tornou-se história. Antes de ser homenageada nacionalmente, tornou-se referência profissional. E antes de representar simbolicamente a presença negra na televisão brasileira, enfrentou os limites impostos por uma sociedade que historicamente restringiu essa presença. A presença reiterada de Glória Maria em espaços de visibilidade contribuiu para ampliar os sistemas de representação disponíveis na televisão brasileira, introduzindo outras possibilidades de associação entre negritude, competência profissional e autoridade jornalística (Hall, 2016).

É precisamente essa passagem — da experiência individual para o significado coletivo — que prepara a próxima etapa desta análise. Se a formação de Glória Maria revela as condições sociais que antecederam sua carreira, sua chegada à televisão brasileira representará o momento em que essa trajetória passa a confrontar diretamente as estruturas de representação racial do telejornalismo nacional. É esse processo de ocupação de um espaço historicamente branco que será discutido na seção seguinte. Os sistemas simbólicos exercem uma função política na medida em que transformam determinadas classificações sociais em interpretações reconhecidas como legítimas, contribuindo para apresentar como natural uma ordem historicamente construída (Bourdieu, 2003, p. 10–11).

2.3 A chegada ao telejornalismo: ocupar um espaço historicamente branco

A consolidação da televisão brasileira, especialmente a partir da década de 1970, ocorreu simultaneamente à construção de um imaginário nacional que atribuía aos telejornais um lugar privilegiado na produção da informação e na formação da opinião pública. Nesse processo, o telejornalismo deixou de ser apenas um espaço de circulação de notícias para tornar-se uma das principais instituições responsáveis pela mediação entre os acontecimentos e a sociedade. A autoridade conferida aos jornalistas, apresentadores e repórteres transformou esses profissionais em referências públicas de credibilidade, legitimidade e conhecimento. Entretanto, essa autoridade não foi distribuída de maneira igualitária. Assim como outras instituições brasileiras, o telejornalismo consolidou-se reproduzindo hierarquias raciais, de gênero e de classe historicamente presentes na sociedade.

Durante as primeiras décadas da televisão brasileira, a presença de pessoas negras diante das câmeras permaneceu profundamente limitada. Quando apareciam, eram frequentemente associadas a personagens estereotipados na dramaturgia, ao entretenimento musical ou ao esporte. Nos espaços dedicados ao jornalismo, especialmente na apresentação e na reportagem de maior visibilidade, predominava uma estética fortemente vinculada à branquitude, compreendida não apenas como característica fenotípica, mas como padrão de legitimidade social e profissional. A imagem do jornalista considerado “confiável”, “imparcial” e “competente” foi construída, durante décadas, a partir de referenciais majoritariamente brancos. No telejornalismo, essa distinção permite observar tanto os mecanismos institucionais de contratação, promoção, distribuição de funções e definição de padrões estéticos quanto a estrutura social mais ampla que associa historicamente a branquitude às posições de credibilidade e autoridade. A reduzida presença de profissionais negros diante das câmeras e nos espaços editoriais não depende necessariamente de uma proibição formal. Ela pode resultar de critérios e práticas considerados neutros, mas que reproduzem desigualdades raciais já consolidadas.

Almeida (2019, p. 26–28) compreende o racismo institucional como uma dinâmica na qual regras, padrões e práticas institucionais produzem ou mantêm privilégios e desvantagens baseados na raça. Esse funcionamento não exige necessariamente uma determinação explícita de exclusão, pois pode ocorrer pela naturalização dos referenciais estéticos, profissionais e culturais do grupo racial que controla as posições de poder.

Essa configuração não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais isoladas. Ela se relaciona ao funcionamento de instituições que transformam os referenciais do grupo racial dominante em critérios aparentemente universais de estética, profissionalismo, competência e autoridade. Como afirma Almeida:

[...] No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (Almeida, 2019, p. 27).

No telejornalismo brasileiro, esse processo manifestou-se na associação histórica entre branquitude, credibilidade e autoridade jornalística. Mesmo sem regras formais que proibissem a presença de profissionais negros, os padrões estéticos, as práticas de contratação e as possibilidades de ascensão contribuíram para manter as posições de maior visibilidade predominantemente ocupadas por profissionais brancos.

É nesse cenário que a chegada à TV Globo deve ser compreendida. Sua entrada na emissora, inicialmente como radioescuta e, posteriormente, como repórter, não representa apenas o início de uma carreira profissional promissora. Ela simboliza a ocupação de um espaço historicamente marcado por mecanismos de exclusão racial. Mais do que conquistar um emprego em uma empresa de comunicação, Glória passa a integrar uma instituição que desempenhava papel central na construção da esfera pública brasileira e na definição das imagens socialmente legitimadas sobre quem poderia falar em nome da informação. A noção de mundos de vida permite situar os sujeitos em um conjunto de condições materiais, relacionais, históricas e simbólicas que funcionam como quadros de pensamento e de ação. Essas condições incluem posições sociais, pertencimentos, formas de sociabilidade e modos de comunicação que intervêm na produção dos significados atribuídos às experiências individuais e coletivas (Jodelet, 2017, p. 26–27).

Essa dimensão simbólica torna-se ainda mais evidente quando se observa o contexto histórico da televisão brasileira naquele período. A década de 1970 foi marcada pela expansão da Rede Globo como principal conglomerado de comunicação do país, consolidando padrões

estéticos, narrativos e profissionais que exerceriam profunda influência sobre o telejornalismo nacional. O crescimento da emissora ocorreu simultaneamente à profissionalização das redações e ao fortalecimento da figura do jornalista como mediador autorizado da realidade. Ingressar nesse espaço significava, portanto, disputar um lugar de reconhecimento em uma instituição cuja influência extrapolava os limites da própria televisão.

Essa posição de mediação não era racialmente neutra. A partir de Quijano (2005), é possível compreender que a colonialidade não distribuiu apenas funções econômicas, mas também lugares de autoridade, racionalidade e produção do conhecimento. Em uma sociedade marcada pela classificação racial, a possibilidade de aparecer diante das câmeras como sujeito legitimado para explicar acontecimentos e interpretar a realidade esteve historicamente associada à branquitude.

A entrada de Glória Maria nesse espaço representa, portanto, mais do que uma mudança na composição racial da televisão. Ao narrar acontecimentos, entrevistar autoridades e realizar coberturas nacionais e internacionais, a jornalista passou a ocupar uma posição de produção do conhecimento que havia sido historicamente dificultada às mulheres negras. Sua trajetória rompeu, ainda que não tenha eliminado, uma estrutura na qual pessoas negras apareciam com maior frequência como objetos das narrativas do que como sujeitos autorizados a produzi-las.

Entretanto, reduzir a presença de Glória Maria à condição de “primeira mulher negra” ou de “pioneira” seria insuficiente para compreender a complexidade de sua trajetória. O pioneirismo constitui um dado histórico relevante, mas não explica, por si só, a permanência de sua imagem na memória coletiva. Diversos profissionais foram pioneiros em diferentes áreas e permaneceram restritos ao reconhecimento de círculos especializados. O caso de Glória Maria revela outro fenômeno: sua presença alterou, ainda que gradualmente, as formas pelas quais o público brasileiro passou a imaginar quem poderia ocupar os espaços de maior visibilidade do telejornalismo.

Essa transformação dialoga diretamente com as reflexões de Stuart Hall acerca da representação. Para o autor, as imagens que circulam na cultura não apenas refletem a realidade; elas contribuem para produzi-la. Quando uma mulher negra passa a ocupar sistematicamente a posição de repórter em um dos principais telejornais do país, não ocorre apenas uma mudança quantitativa na composição da equipe jornalística. Produz-se uma

alteração qualitativa nos sistemas de representação disponíveis para a sociedade. A figura do jornalista deixa de ser associada exclusivamente ao padrão racial historicamente dominante e passa a incorporar novas possibilidades de identificação.

Essa transformação também possui uma dimensão epistemológica. Collins propõe “apresentar as mulheres negras como agentes de conhecimento da realidade de nossa própria vida” (2019, p. digital 14). A afirmação permite compreender que a relevância de Glória Maria não se limitava à sua aparência diante das câmeras. Ela passou a ocupar uma posição socialmente reconhecida de observação, interpretação e explicação da realidade.

Ao entrevistar autoridades, realizar coberturas internacionais, narrar conflitos e apresentar diferentes culturas ao público brasileiro, Glória não aparecia apenas como sujeito representado pela televisão. Ela participava da produção do conhecimento jornalístico e da definição das formas pelas quais determinados acontecimentos seriam compreendidos pela sociedade.

Nesse sentido, a presença de Glória Maria possui importância que ultrapassa sua própria trajetória. Ela amplia o repertório simbólico da televisão brasileira, oferecendo à população negra uma imagem de pertencimento em um espaço tradicionalmente inacessível. Ao mesmo tempo, desafia o imaginário social construído em torno da autoridade jornalística, demonstrando que competência, credibilidade e excelência profissional não estão vinculadas a características raciais, mas ao exercício rigoroso da profissão. Reconhecer a competência, o talento e a dedicação de Glória Maria não significa atribuir sua trajetória exclusivamente ao mérito individual. Almeida (2019) demonstra que o discurso meritocrático pode transformar desigualdades históricas em supostas diferenças de esforço ou capacidade pessoal. Quando o sucesso de uma pessoa negra é utilizado como prova de que as oportunidades estão igualmente disponíveis, as estruturas que dificultam a ascensão de todo o grupo permanecem invisibilizadas. A excelência de Glória Maria deve ser reconhecida sem que sua trajetória seja convertida em justificativa para a ideia de que o racismo poderia ser superado apenas pela determinação individual. As desigualdades discursivas não se resumem à impossibilidade de pronunciar palavras. Como sintetiza Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (2017, p. 37). Falar, nessa perspectiva, envolve a possibilidade de ocupar espaços, produzir conhecimento, ser reconhecido como sujeito e interferir nas formas pelas quais a realidade é narrada.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Joel Zito Araújo, que demonstra como a televisão brasileira desempenhou papel decisivo na produção das imagens sociais da população negra. Ao longo de décadas, a reduzida presença de profissionais negros em posições de destaque contribuiu para reforçar padrões de invisibilidade e subalternização. Quando essa lógica começa a ser tensionada por trajetórias como a de Glória Maria, a televisão passa também a produzir novas possibilidades de representação, ainda que de forma gradual e insuficiente para romper completamente as desigualdades estruturais.

Rosane Borges amplia essa discussão ao argumentar que a disputa pela representação constitui igualmente uma disputa pela cidadania simbólica. Ser visto, ouvido e reconhecido nos meios de comunicação significa participar dos processos pelos quais uma sociedade define quem pertence legitimamente ao espaço público. A presença de jornalistas negros diante das câmeras, portanto, não deve ser interpretada apenas como conquista da diversidade institucional, mas como elemento fundamental para a democratização da produção dos sentidos sociais.

É importante reconhecer, contudo, que a inserção de Glória Maria nesse espaço não eliminou os desafios impostos pelo racismo. Ao longo de sua carreira, a jornalista relatou episódios de discriminação e preconceito, evidenciando que sua presença em posições de destaque frequentemente provocava estranhamento em ambientes historicamente pouco habituados à diversidade racial. Esses episódios revelam que a conquista de espaços institucionais não implica automaticamente a superação das estruturas que historicamente produziram sua exclusão. Pelo contrário, tornam visíveis as tensões que acompanham os processos de transformação social.

Sob a perspectiva desta pesquisa, entretanto, interessa compreender menos os episódios individuais de discriminação do que seus efeitos simbólicos sobre a história do telejornalismo. A permanência de Glória Maria na televisão brasileira durante mais de cinco décadas demonstra que sua trajetória não pode ser interpretada como exceção isolada, mas como um marco capaz de alterar, ainda que progressivamente, os horizontes de representação da comunicação nacional. Sua presença contribuiu para ampliar as possibilidades de reconhecimento de profissionais negros e para tensionar padrões historicamente naturalizados acerca de quem poderia ocupar os lugares de maior legitimidade no jornalismo televisivo.

É justamente essa dimensão histórica que prepara a discussão desenvolvida na próxima seção. Se a chegada de Glória Maria à televisão representa a ocupação de um espaço historicamente branco, torna-se necessário compreender como essa presença foi transformada em autoridade profissional. Mais do que conquistar visibilidade, Glória Maria construiu credibilidade, reconhecimento institucional e uma identidade jornalística singular, elementos que explicam por que sua trajetória ultrapassou a condição de pioneirismo para tornar-se uma referência permanente do telejornalismo brasileiro.

2.4 Glória Maria como símbolo de transformação no telejornalismo brasileiro

Ao longo da história da comunicação, poucos profissionais conseguem ultrapassar os limites de sua atuação cotidiana para transformar-se em referências permanentes de uma profissão. A maioria das carreiras, por mais bem-sucedidas que sejam, permanece circunscrita ao tempo em que foram exercidas, sendo posteriormente substituídas por novos nomes e novas narrativas. Algumas trajetórias, entretanto, adquirem significado que ultrapassa a dimensão biográfica e passam a representar transformações históricas mais amplas. Nesses casos, o sujeito deixa de simbolizar apenas a própria carreira para tornar-se expressão de mudanças ocorridas no interior de um campo profissional. É sob essa perspectiva que esta pesquisa compreende a trajetória de Glória Maria. A trajetória de Glória Maria adquire especial relevância sob essa perspectiva. Sua presença diante das câmeras não significou apenas que uma mulher negra passou a ser vista por milhões de espectadores. Ela passou a ocupar uma posição institucional de fala, por meio da qual narrava acontecimentos nacionais e internacionais, entrevistava autoridades, interpretava experiências e produzia conhecimento jornalístico. Em um campo historicamente marcado pela reduzida presença de profissionais negros, essa posição tensionou as hierarquias que definiam quais corpos poderiam ser reconhecidos como representantes legítimos da informação.

Sua importância para o telejornalismo brasileiro não decorre apenas do pioneirismo ou da excelência técnica que marcaram sua atuação. Esses elementos, embora fundamentais, não são suficientes para explicar a permanência simbólica alcançada por sua imagem. O que distingue Glória Maria de inúmeros outros profissionais é o fato de sua trajetória condensar diferentes processos históricos que transformaram a televisão brasileira nas últimas décadas: a ampliação da presença de mulheres em posições de autoridade jornalística, o tensionamento

das barreiras raciais nos meios de comunicação, a internacionalização das narrativas televisivas, a valorização da reportagem como experiência humana e a construção de novas formas de relação entre jornalista e público. Ribeiro (2017, p. 16–20), dialogando com a tradição do feminismo negro, demonstra que a hierarquização social também produz hierarquias epistêmicas. Os grupos que ocupam posições privilegiadas possuem maiores possibilidades de definir quais conhecimentos, linguagens e perspectivas serão tratados como universais. No telejornalismo, essa reflexão permite compreender que a autoridade profissional não foi historicamente distribuída de maneira racialmente neutra. A presença de Glória Maria contestou a associação entre branquitude, credibilidade e capacidade de interpretar publicamente o mundo.

Nesse sentido, sua história permite compreender transformações ocorridas no próprio conceito de reportagem televisiva. Em grande parte do telejornalismo brasileiro das décadas de 1970 e 1980, predominava uma linguagem caracterizada pelo distanciamento entre repórter e acontecimento. A objetividade era frequentemente associada à invisibilidade do jornalista, cuja presença deveria restringir-se à mediação técnica das informações. Glória Maria contribuiu para tensionar esse modelo ao desenvolver uma narrativa na qual a experiência do repórter deixava de ser ocultada e passava a integrar a construção do sentido jornalístico. Suas viagens, descobertas, emoções e reações diante das diferentes culturas não diminuíam a credibilidade da reportagem; ao contrário, ampliavam sua capacidade de envolver o telespectador e aproximá-lo dos acontecimentos narrados.

Essa mudança pode ser compreendida à luz das reflexões de Jesús Martín-Barbero sobre as mediações culturais. Para o autor, comunicar não significa apenas transmitir informações, mas construir experiências compartilhadas por meio das quais diferentes sujeitos atribuem significado ao mundo. As reportagens de Glória Maria exemplificam precisamente essa concepção. Mais do que informar sobre países, povos ou acontecimentos internacionais, elas convidavam o público brasileiro a experimentar, ainda que simbolicamente, realidades distintas daquelas vividas cotidianamente. Sua narrativa estabelecia pontes entre culturas, reduzindo distâncias geográficas e aproximando experiências humanas diversas.

Outro aspecto que contribui para compreender a dimensão histórica de Glória Maria reside na representatividade produzida por sua presença contínua em posições de elevada visibilidade. Para Almeida, “o que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de

difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia” (2019, p. 67). Ao ocupar espaços centrais do telejornalismo, Glória Maria ampliou as possibilidades de identificação de diferentes gerações de jornalistas negros e tensionou um imaginário profissional historicamente associado à branquitude.

Essa presença, contudo, não deve ser interpretada como prova de que as desigualdades raciais foram superadas. Almeida (2019, p. 68) reconhece que a representatividade pode abrir espaços políticos e desestabilizar narrativas discriminatórias, mas adverte que visibilidade não equivale necessariamente a poder efetivo ou transformação estrutural. A trajetória de Glória Maria deve ser compreendida nessa tensão: sua presença alterou repertórios simbólicos e tornou imagináveis outras formas de autoridade jornalística, sem eliminar os mecanismos institucionais que continuaram restringindo o acesso de outras mulheres negras às mesmas posições.

O que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia” (Almeida, 2019, p. 67).

Essa dimensão representativa não deve ser colocada em oposição à competência profissional. A excelência de Glória Maria adquiriu significado histórico justamente porque foi afirmada em um campo no qual os padrões de credibilidade e autoridade estiveram associados predominantemente à branquitude. Sua representatividade não substitui sua competência, assim como sua competência não apaga a dimensão racial de sua trajetória.

Nesse processo, a identidade negra não deve ser interpretada como um atributo exclusivamente biológico, estático ou automaticamente definido pela aparência. Munanga afirma que “essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio” (1999, p. 14). A identidade é formada por experiências históricas, posições sociais, pertencimentos, formas de autodefinição e sentidos coletivamente atribuídos aos sujeitos.

A presença de Glória Maria precisa ser compreendida nessa relação entre autodefinição e representação pública. Ela não representava automaticamente a totalidade da

população negra, mas sua trajetória oferecia novas possibilidades de reconhecimento e pertencimento. Ao mesmo tempo, as narrativas produzidas pela televisão participavam da definição dos sentidos atribuídos à sua identidade profissional e racial.

É importante reconhecer, contudo, que essa dimensão simbólica não elimina as contradições do campo jornalístico brasileiro. Conforme discutido anteriormente, a ascensão de uma profissional negra a posições de elevado prestígio não significa que as estruturas raciais tenham sido superadas. Pelo contrário, sua trajetória frequentemente evidencia a excepcionalidade necessária para romper barreiras historicamente consolidadas. Nesse sentido, compreender Glória Maria apenas como exemplo individual de sucesso produziria uma interpretação limitada do fenômeno analisado. Sua importância histórica reside justamente no fato de tornar visíveis as possibilidades de transformação e, simultaneamente, os limites ainda impostos pelas desigualdades estruturais.

Collins (2019) oferece uma precaução importante para essa interpretação. A autora recusa tanto a representação das mulheres negras como vítimas passivas quanto sua transformação em super-heroínas capazes de superar individualmente todas as formas de opressão. Reconhecer a agência de Glória Maria não significa construir uma personagem invulnerável, cuja competência pessoal teria sido suficiente para eliminar os obstáculos impostos pelo racismo e pelo sexismo.

A narrativa de sua trajetória precisa preservar a relação entre conquista individual e estrutura social. Sua capacidade profissional, sua coragem e seu pioneirismo são elementos fundamentais, mas não devem ser utilizados para sugerir que outras mulheres negras não alcançaram posições semelhantes por ausência de esforço ou talento. Glória Maria representa uma ruptura histórica precisamente porque as possibilidades de acesso ao telejornalismo foram distribuídas de maneira desigual.

A importância da presença de Glória Maria pode ser compreendida também a partir da disputa pelas imagens da negritude. Bastone (2022), ao analisar bell hooks, destaca que as representações não apenas descrevem pessoas negras, mas participam da construção das formas pelas quais elas são vistas e reconhecidas socialmente. A presença contínua de uma mulher negra como repórter, correspondente e intérprete de acontecimentos nacionais e internacionais ampliou o repertório de imagens disponíveis sobre quem poderia ocupar uma posição de autoridade no telejornalismo.

Essa transformação não deve ser reduzida à visibilidade individual. Glória Maria não aparecia apenas diante das câmeras: ela observava, entrevistava, interpretava e narrava o mundo. Sua posição deslocava parcialmente uma tradição na qual sujeitos negros apareciam predominantemente como objetos de narrativas elaboradas por instituições brancas. Ao assumir uma função de produção do conhecimento jornalístico, Glória passou a disputar não somente o direito de ser vista, mas também o direito de olhar, interpretar e produzir sentidos.

Ao longo de sua carreira, Glória Maria acumulou reconhecimento institucional, prestígio profissional e profundo vínculo afetivo com o público. Entretanto, talvez sua maior contribuição tenha sido produzir uma nova forma de imaginar o próprio telejornalismo. Sua presença demonstrou que autoridade, credibilidade e excelência jornalística não possuíam cor, gênero ou origem social predeterminados. Ao ocupar, durante décadas, posições centrais na televisão brasileira, ela deslocou silenciosamente as fronteiras simbólicas do pertencimento profissional, tornando possível que novas gerações passassem a visualizar outros corpos, outras vozes e outras histórias nos espaços de maior legitimidade da comunicação nacional.

É precisamente por essa razão que esta pesquisa sustenta que Glória Maria deve ser compreendida como um símbolo de transformação do telejornalismo brasileiro. Não porque tenha alterado sozinha as estruturas raciais da televisão, mas porque sua trajetória tornou visível a possibilidade concreta de transformação dessas estruturas. Sua importância histórica reside menos na excepcionalidade individual e mais na capacidade de representar mudanças que extrapolam sua biografia, alcançando a própria história da comunicação brasileira.

Essa condição simbólica explica, em grande medida, a intensidade da narrativa construída pelo *Jornal Nacional* após sua morte. O telejornal não homenageia apenas uma colega de profissão ou uma jornalista admirada pelo público. Ele reconhece oficialmente uma personagem que, ao longo de cinco décadas, passou a integrar a identidade institucional da própria televisão brasileira. A despedida produzida em fevereiro de 2023 representa, portanto, muito mais do que um ritual de luto. Constitui um gesto de reconhecimento histórico por meio do qual a emissora reafirma a permanência de Glória Maria como parte inseparável da memória do telejornalismo nacional.

Sob a perspectiva desta pesquisa, essa transformação constitui o elemento central para compreender o corpus analisado no capítulo final. O obituário não inaugura o reconhecimento de Glória Maria; ele reorganiza simbolicamente um reconhecimento construído ao longo de

décadas, convertendo uma trajetória profissional em patrimônio memorial da televisão brasileira. É justamente essa passagem — da jornalista à referência histórica, da experiência vivida à memória institucionalizada — que será aprofundada na próxima seção, encerrando este capítulo e preparando definitivamente o caminho para a análise do obituário exibido pelo *Jornal Nacional*.

2.6 Da trajetória vivida à memória narrada: quando uma vida se transforma em patrimônio simbólico

Ao longo deste capítulo buscou-se demonstrar que a trajetória de Glória Maria ultrapassa os limites de uma carreira profissional bem-sucedida. Sua presença na televisão brasileira deve ser compreendida como parte de um processo histórico mais amplo, relacionado às disputas por representação, reconhecimento e legitimidade no interior do telejornalismo nacional. Entretanto, por mais significativa que tenha sido sua atuação em vida, a consolidação definitiva de sua permanência simbólica não depende apenas das experiências efetivamente vividas. Ela depende igualmente das narrativas produzidas posteriormente sobre essa experiência. É precisamente nesse ponto que a investigação desloca seu olhar da história para a memória. A análise da trajetória de Glória Maria também exige que as categorias raça e gênero não sejam tratadas de maneira isolada. Ribeiro (2017), ao recuperar autoras do feminismo negro, demonstra que mulheres negras foram frequentemente invisibilizadas tanto nos discursos sobre gênero, centrados nas experiências de mulheres brancas, quanto nas discussões raciais, muitas vezes organizadas a partir das experiências dos homens negros. Sua presença no telejornalismo deve ser interpretada, portanto, a partir da posição específica de uma mulher negra em um espaço de autoridade historicamente masculino e branco.

A separação analítica entre raça e gênero pode produzir aquilo que Crenshaw (2002, p. 174–176) identifica como invisibilidade interseccional. As experiências das mulheres racializadas tendem a desaparecer quando as discussões sobre gênero tomam as mulheres dos grupos dominantes como referência ou quando as análises raciais se concentram prioritariamente nos homens. Dessa forma, mesmo pesquisas que abordam racismo ou desigualdade de gênero podem deixar de compreender as formas específicas pelas quais mulheres negras são posicionadas nas instituições.

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, história e memória constituem processos distintos. A história procura reconstruir acontecimentos por meio da investigação crítica das fontes e da contextualização dos fatos. A memória, por sua vez, organiza interpretações socialmente compartilhadas acerca desses acontecimentos, produzindo sentidos que orientam a maneira pela qual indivíduos e coletividades se relacionam com o passado. Conforme discutido no capítulo anterior, recordar não significa simplesmente recuperar fatos ocorridos; significa reorganizá-los segundo narrativas capazes de produzir pertencimento, identidade e reconhecimento.

Essa distinção apresenta especial relevância para compreender o caso de Glória Maria. Sua trajetória profissional, construída ao longo de mais de cinco décadas, reúne centenas de reportagens, entrevistas, viagens internacionais, coberturas jornalísticas e experiências que dificilmente poderiam ser integralmente recuperadas por qualquer narrativa. Toda tentativa de contar sua história exige necessariamente selecionar acontecimentos, estabelecer hierarquias de relevância e produzir uma interpretação sobre aquilo que merece permanecer na memória coletiva. Em outras palavras, toda narrativa sobre Glória Maria constitui também uma escolha acerca da jornalista que será lembrada pelas gerações futuras.

É justamente nesse processo de seleção que o telejornalismo exerce papel decisivo. Diferentemente de uma biografia escrita, o obituário televisivo articula imagens, sons, arquivos históricos, depoimentos, expressões faciais, pausas e silêncios para produzir uma experiência narrativa profundamente marcada pela emoção e pelo reconhecimento público. A despedida televisionada não apenas comunica uma morte; ela organiza simbolicamente uma vida inteira. O acontecimento biológico da morte torna-se, assim, um acontecimento comunicacional por meio do qual uma instituição define quais aspectos daquela trajetória deverão permanecer como referências compartilhadas da memória coletiva.

Sob essa perspectiva, o obituário constitui um gênero singular no interior do telejornalismo. Enquanto a reportagem cotidiana acompanha acontecimentos em desenvolvimento, o obituário realiza um movimento retrospectivo, reorganizando toda a existência do sujeito em uma narrativa única, coerente e dotada de sentido histórico. O passado deixa de aparecer fragmentado em episódios isolados para constituir uma história contínua, orientada por determinados valores e por uma interpretação específica da trajetória vivida. A narrativa transforma a sucessão dos fatos em uma biografia simbólica.

No caso de Glória Maria, essa operação adquire importância ainda maior porque sua trajetória já se encontrava fortemente institucionalizada no imaginário da televisão brasileira antes mesmo de sua morte. Ao longo de décadas, sua imagem foi continuamente associada à coragem, à curiosidade, à excelência profissional, ao pioneirismo e à capacidade de estabelecer diálogo com diferentes culturas. Esses atributos passaram a integrar a identidade pública da jornalista, constituindo um repertório simbólico amplamente compartilhado pelo público e pelos próprios profissionais da comunicação. Quando o *Jornal Nacional* organiza sua despedida, não cria esses significados; ele os seleciona, reorganiza e lhes confere unidade narrativa.

Essa reorganização representa exatamente o fenômeno que esta pesquisa procura compreender. O interesse não reside em verificar se o obituário corresponde fielmente à totalidade da vida de Glória Maria, tarefa impossível para qualquer narrativa. O objetivo consiste em identificar quais representações foram privilegiadas, quais valores receberam maior destaque, quais imagens foram selecionadas e como esses elementos contribuíram para produzir uma memória institucional sobre a jornalista. A análise desloca-se, portanto, da veracidade factual para a construção simbólica dos sentidos.

É nesse ponto que os conceitos desenvolvidos ao longo do Capítulo 1 tornam-se efetivamente operacionais. A teoria das representações sociais permitirá compreender como determinados atributos são apresentados como conhecimentos compartilhados sobre Glória Maria. As reflexões de Stuart Hall orientarão a análise dos significados produzidos pelas imagens e pelos discursos. Pierre Bourdieu permitirá compreender a autoridade simbólica do *Jornal Nacional* na legitimação dessa narrativa. Paul Ricoeur, Pierre Nora e Jan Assmann fornecerão instrumentos para interpretar a transformação da trajetória individual em memória coletiva. Finalmente, as discussões sobre raça, colonialidade e reconhecimento possibilitarão observar como a condição de mulher negra atravessa toda essa construção memorial.

A passagem da história vivida para a memória narrada representa, portanto, muito mais do que uma mudança cronológica. Trata-se da transformação de uma experiência individual em patrimônio simbólico. Ao ser narrada pelo principal telejornal do país, a trajetória de Glória Maria deixa de pertencer exclusivamente à jornalista, à sua família ou aos colegas de profissão. Ela passa a integrar oficialmente o repertório de referências que a televisão brasileira preserva sobre si mesma. Sua história converte-se em parte da própria história institucional do telejornalismo nacional.

Essa transformação permite compreender por que a morte de Glória Maria ultrapassou os limites de um acontecimento jornalístico cotidiano. A cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* assumiu características de um ritual público de reconhecimento, no qual a despedida da profissional tornou-se igualmente uma celebração da história da televisão brasileira. O telejornal não apenas informou ao público sobre sua morte; reafirmou coletivamente aquilo que sua trajetória representava para a identidade da emissora, para o jornalismo e para milhões de telespectadores que acompanharam seu trabalho ao longo de décadas.

É justamente essa narrativa que constitui o corpus central desta pesquisa. Mais do que investigar a trajetória de Glória Maria em si mesma, este trabalho propõe analisar o modo pelo qual essa trajetória foi reorganizada simbolicamente em um acontecimento de memória. A questão fundamental deixa de ser “quem foi Glória Maria?” para tornar-se “como o *Jornal Nacional* produziu a memória de Glória Maria?”. Essa mudança de perspectiva sintetiza todo o percurso desenvolvido até aqui e marca definitivamente o ingresso da pesquisa em seu objeto empírico.

Embora relacionados, representação, representatividade e lugar de fala não são conceitos equivalentes. A representação diz respeito aos sentidos culturalmente produzidos sobre sujeitos e acontecimentos; a representatividade refere-se à presença de grupos historicamente excluídos em posições de visibilidade e prestígio; o lugar de fala permite examinar como as posições sociais interferem nas possibilidades de produzir discursos e ser reconhecido como sujeito de conhecimento. No caso de Glória Maria, sua trajetória articula as três dimensões: sua presença produz novas representações da autoridade jornalística, possui valor de representatividade negra e ocupa um lugar de fala historicamente restringido às mulheres negras.

A trajetória de uma mulher negra não pode ser explicada pela simples soma entre racismo e sexismo. Para Crenshaw, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (2002, p. 177). O conceito não descreve apenas a presença simultânea de diferentes identidades, mas as posições sociais específicas produzidas pela interação entre racismo, patriarcado, desigualdade de classe e outros sistemas de poder.

Aplicada à trajetória de Glória Maria, essa perspectiva permite compreender que sua experiência não corresponde integralmente àquela vivida pelos homens negros nem àquela

enfrentada pelas mulheres brancas. Raça e gênero interagiram na definição dos padrões estéticos, das expectativas profissionais, das possibilidades de ascensão e das formas de reconhecimento que atravessaram sua presença no telejornalismo brasileiro.

Quijano (2005) compreende a constituição da América como um momento decisivo para a formação de um novo padrão mundial de poder. Nesse processo, diferenças entre conquistadores e conquistados foram codificadas por meio da ideia de raça e apresentadas como se correspondessem a desigualdades naturais. A classificação racial passou, então, a legitimar relações de superioridade e inferioridade e a organizar a distribuição das posições sociais.

Como sintetiza o autor, “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. digital 3). A raça não operou, portanto, apenas como forma de identificação ou representação. Ela tornou-se um mecanismo de organização do trabalho, da autoridade, dos direitos e das possibilidades de reconhecimento.

Dessa forma, encerra-se este capítulo com a compreensão de que a história vivida por Glória Maria constitui condição necessária, mas não suficiente, para explicar sua permanência no imaginário coletivo. Sua transformação em patrimônio simbólico depende da existência de narrativas institucionalmente legitimadas que reorganizam essa trajetória, atribuindo-lhe sentidos compartilhados e produzindo sua permanência histórica.

3 DA TEORIA AO MÉTODO: CONSTRUINDO UM PERCURSO DE ANÁLISE DA MEMÓRIA NO TELEJORNALISMO

Sob essa perspectiva, o presente trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: Como o obituário exibido pelo Jornal Nacional constrói representações sociais sobre Glória Maria e de que maneira essas representações contribuem para sua permanência como patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro? Essa pergunta sintetiza o percurso investigativo desenvolvido ao longo desta pesquisa. Mais do que identificar quais acontecimentos da vida de Glória Maria foram retomados pelo telejornal, interessa compreender os critérios narrativos que orientam essa seleção, os sentidos atribuídos a esses acontecimentos e os efeitos simbólicos produzidos por essa organização discursiva. Trata-se de investigar como uma trajetória profissional é reorganizada pelo jornalismo após a morte de sua protagonista e como essa reorganização participa da constituição da memória coletiva. A hipótese central sustenta que o obituário exibido pelo Jornal Nacional ultrapassa a função tradicionalmente atribuída a esse gênero jornalístico. Defende-se que a narrativa produzida pelo telejornal atua como um dispositivo de produção de memória social, organizando simbolicamente uma trajetória individual de forma a convertê-la em referência coletiva para o jornalismo brasileiro. Essa operação ocorre por meio da seleção de acontecimentos, da construção de personagens narrativos, da valorização de determinados atributos profissionais, da mobilização de afetos e da realização de rituais midiáticos — como o longo encerramento marcado pelos aplausos — que conferem legitimidade e permanência simbólica à figura de Glória Maria.

Com base nessa hipótese, estabelece-se como objetivo geral analisar as representações sociais construídas pelo obituário exibido pelo Jornal Nacional sobre Glória Maria, compreendendo de que maneira essas representações contribuem para a elaboração de sua memória pública e para sua consolidação como referência do telejornalismo brasileiro. De forma articulada a esse objetivo geral, a pesquisa busca identificar os principais elementos narrativos presentes no obituário; compreender como texto, imagem, som e montagem participam da construção de sentidos; analisar as categorias de representação social que emergem da narrativa; discutir essas categorias à luz da Teoria das Representações Sociais, dos Estudos Culturais, da Comunicação e do pensamento decolonial; e refletir sobre o papel

desempenhado pelo telejornalismo na produção de memória, reconhecimento e legitimidade simbólica no contexto brasileiro.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e fundamenta-se no estudo de caso do obituário exibido pelo Jornal Nacional em 2 de fevereiro de 2023. Como estratégia de organização e interpretação do corpus, adota-se a análise de conteúdo sistematizada por Laurence Bardin (2016)¹²¹³, mobilizada em perspectiva qualitativa e adaptada às especificidades de uma narrativa audiovisual. O procedimento permite organizar os elementos verbais, visuais e sonoros do obituário, identificar recorrências e construir categorias analíticas, sem reduzir a investigação à contagem de palavras ou à descrição dos conteúdos manifestos. Para contemplar especificamente a natureza midiática e audiovisual do corpus, a proposta de Bardin é complementada pelos princípios da análise etnográfica de conteúdo desenvolvida por David L. Altheide (1987)¹⁴. O autor compreende a análise de documentos midiáticos como um processo reflexivo e contextual, no qual texto, imagem, som, formato, ritmo e estilo devem ser observados de maneira integrada. Essa contribuição orienta a investigação do obituário como produto institucional do Jornal Nacional e evita que a análise seja reduzida à transcrição de seu conteúdo verbal.

Além da análise textual, considera-se igualmente a dimensão audiovisual da reportagem, compreendendo que elementos como enquadramentos, ritmo de montagem, trilha sonora, pausas, silêncios, imagens de arquivo e organização temporal também participam da produção de significados. O telejornalismo constitui uma linguagem multimodal, na qual texto e imagem produzem sentidos de forma integrada. Essa compreensão aproxima-se da concepção ampliada de linguagem apresentada por Hall (2016), que inclui não apenas palavras escritas ou faladas, mas também imagens, sons, gestos e outros sistemas de signos empregados na produção e na circulação de sentidos. Essa opção também encontra

¹² Laurence Bardin sistematiza a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas aplicáveis a diferentes formas de comunicação. Nesta pesquisa, sua proposta é utilizada em perspectiva qualitativa e interpretativa, com atenção integrada aos elementos verbais, visuais e sonoros do obituário televisivo.

¹³ A adaptação do procedimento ao audiovisual considera que o sentido do obituário não se encontra exclusivamente no texto verbal. A codificação contempla a articulação entre locução, imagem, som, montagem, silêncios e performances, mantendo a análise de conteúdo como método de organização e inferência sobre uma comunicação multimodal.

¹⁴ David L. Altheide propõe a *Ethnographic Content Analysis* — ECA, traduzida neste trabalho como análise etnográfica de conteúdo. A expressão não significa que a pesquisa realizará uma etnografia tradicional da redação do Jornal Nacional, mas que incorporará uma orientação reflexiva e contextual para analisar documentos e produtos midiáticos.

sustentação em Jodelet (2017, p. 27), para quem os fenômenos representacionais podem aparecer em suportes icônicos e sonoros. Desse modo, imagens de arquivo, trilha musical, silêncios, gestos, expressões dos apresentadores e ritmo de montagem não constituem elementos meramente acessórios, mas componentes da produção das representações sociais investigadas. Assim, limitar a investigação ao conteúdo verbal significaria reduzir a complexidade do fenômeno analisado.

É nesse ponto que esta pesquisa apresenta sua principal contribuição para o campo do Jornalismo. Ao deslocar o foco da trajetória biográfica de Glória Maria para os mecanismos pelos quais sua memória é construída pelo telejornalismo, propõe-se compreender o obituário como um espaço privilegiado de produção de representações sociais. Defende-se que a homenagem exibida pelo *Jornal Nacional* não apenas registra uma despedida, mas organiza uma narrativa institucional sobre quem Glória Maria foi, quais valores sua trajetória representa e por que ela permanece como referência para a história da televisão brasileira. Mais do que discutir uma personalidade reconhecida nacionalmente, este trabalho pretende contribuir para ampliar os estudos sobre jornalismo, memória, raça e representação, demonstrando que a mídia não apenas informa sobre o passado, mas participa ativamente da construção das formas pelas quais esse passado continuará sendo lembrado. Nesse sentido, compreender o obituário de Glória Maria significa compreender, simultaneamente, os modos pelos quais o telejornalismo brasileiro produz memória, reconhecimento e patrimônio simbólico.

3.1 O desafio metodológico da pesquisa

Toda investigação científica nasce de uma pergunta. Entretanto, a qualidade das respostas produzidas por uma pesquisa depende diretamente da coerência entre o problema formulado, o referencial teórico mobilizado e o percurso metodológico adotado para examiná-lo. Em outras palavras, o método não constitui uma etapa burocrática do trabalho científico, mas o caminho por meio do qual a teoria encontra o objeto empírico, permitindo que hipóteses sejam confrontadas com a realidade investigada.

No caso desta pesquisa, esse desafio apresenta características particulares. O objeto analisado não consiste apenas em um texto jornalístico, tampouco em um registro audiovisual isolado. O corpus empírico é constituído pelo obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em

homenagem à jornalista Glória Maria, narrativa que articula linguagem verbal, imagens de arquivo, trilha sonora, enquadramentos, ritmo de edição, expressões corporais, silêncios e performances institucionais. Trata-se, portanto, de um produto comunicacional complexo, cuja interpretação exige um percurso metodológico capaz de compreender simultaneamente suas dimensões narrativa, simbólica, audiovisual e memorial. A análise do arquivo audiovisual não se limita a identificar quais registros foram mobilizados. Ela considera também as condições de sua preservação e de sua seleção. Inspirada em Ricoeur, a investigação pergunta por que determinados testemunhos e imagens foram conservados, por quem foram selecionados e a serviço de qual interpretação institucional da trajetória de Glória Maria.

Essa complexidade torna inadequadas abordagens metodológicas baseadas exclusivamente na descrição dos conteúdos apresentados. Identificar temas recorrentes ou contabilizar a frequência de determinadas palavras, embora possa oferecer informações relevantes, não responde ao problema central desta investigação. O interesse desta pesquisa não consiste em saber quantas vezes Glória Maria é chamada de pioneira, corajosa ou jornalista exemplar, mas compreender **como esses sentidos são construídos, por que determinadas representações são privilegiadas e de que maneira essa organização narrativa produz memória coletiva**. “Ela é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (Hall, 2016, p. 34).

Essa preocupação metodológica decorre diretamente do percurso teórico desenvolvido nos capítulos anteriores. Se Stuart Hall demonstra que os significados são produzidos pelos sistemas de representação; se Denise Jodelet evidencia que esses significados transformam-se em conhecimentos socialmente compartilhados; se Pierre Bourdieu explica como determinadas narrativas adquirem legitimidade simbólica; e se Paul Ricoeur, Pierre Nora e Jan Assmann mostram que essa legitimidade pode converter-se em memória coletiva, torna-se necessário construir um método capaz de observar esses processos em funcionamento dentro da narrativa televisiva. O método, portanto, não antecede a teoria; ele nasce dela. A escolha da Teoria das Representações Sociais também se justifica porque Jodelet (2017, p. 31–32) reconhece as mensagens produzidas no espaço público e transmitidas por canais institucionais e midiáticos como condições de formação e circulação das representações. O Jornal Nacional é compreendido, portanto, não apenas como suporte de uma narrativa previamente

constituída, mas como instituição que seleciona, organiza e oferece publicamente sentidos sobre a trajetória de Glória Maria.

Essa perspectiva exige compreender o obituário não apenas como documento jornalístico, mas como prática discursiva e cultural. A reportagem especial exibida pelo *Jornal Nacional* constitui simultaneamente uma homenagem institucional, um produto audiovisual, um acontecimento comunicacional e um dispositivo de produção de memória. Cada uma dessas dimensões participa da construção dos significados analisados nesta pesquisa. A estratégia metodológica adotada precisará, portanto, preservar essa multiplicidade sem fragmentar o objeto investigado.

Outro aspecto que justifica a escolha metodológica refere-se à própria natureza da memória. Conforme discutido anteriormente, a memória não se apresenta de forma objetiva e acabada; ela é continuamente produzida por narrativas que selecionam acontecimentos, organizam temporalidades e atribuem sentidos ao passado. Investigar um produto memorial significa, portanto, analisar processos de seleção, hierarquização e interpretação dos acontecimentos. O foco desloca-se dos fatos em si para os mecanismos narrativos responsáveis por produzir sua permanência simbólica.

É justamente por essa razão que esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa. Diferentemente das investigações orientadas predominantemente por procedimentos quantitativos, a pesquisa qualitativa permite compreender significados, interpretações e construções simbólicas produzidas pelos discursos sociais. Segundo Minayo (2012), esse tipo de abordagem ocupa-se do universo dos sentidos, dos valores, das crenças e das relações que não podem ser reduzidas a variáveis numéricas. Tal perspectiva mostra-se particularmente adequada para o estudo do telejornalismo, uma vez que a produção de memória depende muito mais da organização dos sentidos do que da frequência estatística de determinados elementos narrativos. A adoção de uma perspectiva qualitativa não significa, entretanto, desconsiderar completamente a presença, a ausência ou a repetição de determinados elementos. Bardin (2016, p. 146) observa que a análise qualitativa pode recorrer a indicadores quantitativos, desde que eles não sejam tomados como explicação suficiente do fenômeno. Nesta pesquisa, a frequência de palavras, atributos, imagens ou temas funcionará como indício analítico, mas sua relevância será determinada principalmente pelo contexto, pela posição ocupada na narrativa e pelas relações estabelecidas com os demais recursos audiovisuais.

A opção pela pesquisa qualitativa também decorre da compreensão de que o objeto investigado constitui um acontecimento singular. O obituário de Glória Maria não representa apenas um exemplo entre inúmeros produtos jornalísticos semelhantes. Trata-se de uma narrativa produzida em circunstâncias específicas, por uma instituição de enorme autoridade simbólica e dedicada a uma personagem cuja trajetória ocupa posição singular na história do telejornalismo brasileiro. Compreender essa singularidade exige uma investigação aprofundada, capaz de analisar o contexto, a estrutura narrativa e os significados produzidos pela reportagem em sua totalidade.

Sob essa perspectiva, o percurso metodológico desenvolvido neste trabalho procura estabelecer permanente coerência entre teoria, objeto e procedimentos analíticos. Cada decisão metodológica apresentada nas seções seguintes resulta diretamente das questões formuladas ao longo da pesquisa. Não se trata, portanto, de aplicar mecanicamente técnicas consolidadas na literatura, mas de construir um caminho investigativo capaz de responder, com rigor científico, ao problema que orienta este estudo: compreender como o *Jornal Nacional* produz a memória de Glória Maria e quais representações, reconhecimentos e disputas simbólicas atravessam essa construção narrativa.

Dessa forma, este capítulo não deve ser compreendido como um conjunto de procedimentos técnicos isolados da discussão teórica anteriormente desenvolvida. Ao contrário, ele representa o momento em que os conceitos construídos ao longo do referencial passam a orientar concretamente a observação do corpus empírico. O percurso metodológico constitui, assim, a ponte entre a reflexão teórica e a análise interpretativa que será apresentada nos capítulos seguintes.

3.2 O obituário televisivo como objeto de investigação

Se toda pesquisa científica nasce da formulação de um problema, ela também exige a delimitação precisa do objeto capaz de responder às questões propostas. A qualidade de uma investigação depende não apenas da pertinência de seu referencial teórico ou do rigor metodológico empregado, mas igualmente da escolha de um objeto que permita observar concretamente os fenômenos discutidos ao longo da pesquisa. No presente estudo, essa delimitação conduz ao obituário televisivo, compreendido não apenas como um gênero

jornalístico destinado a comunicar a morte de uma personalidade pública, mas como uma narrativa complexa por meio da qual o telejornalismo produz memória, reconhecimento e permanência simbólica.

Tradicionalmente, o obituário é compreendido como um gênero voltado à reconstrução retrospectiva da trajetória de indivíduos cuja atuação adquiriu relevância pública. Diferentemente das notícias convencionais, que acompanham acontecimentos em desenvolvimento, o obituário parte da conclusão definitiva de uma existência para reorganizar narrativamente toda a sua trajetória. A morte funciona como ponto de encerramento que permite reinterpretar acontecimentos dispersos, estabelecer relações entre diferentes momentos históricos e atribuir unidade simbólica a uma vida inteira. O resultado não é apenas uma informação sobre o falecimento de alguém, mas uma interpretação socialmente compartilhada acerca do significado daquela trajetória.

Essa característica confere ao obituário uma posição singular no interior do telejornalismo. Enquanto a maior parte das reportagens procura reduzir a distância temporal entre fato e notícia, o obituário realiza movimento inverso: retorna ao passado para reorganizá-lo à luz do presente. Essa reorganização implica necessariamente processos de seleção, exclusão, hierarquização e interpretação. Nenhum obituário é capaz de narrar integralmente uma vida. Toda narrativa dessa natureza depende de escolhas editoriais responsáveis por definir quais acontecimentos permanecerão em evidência, quais atributos serão enfatizados e quais aspectos da trajetória ocuparão posição secundária. Em consequência, o obituário constitui um espaço privilegiado para observar os mecanismos pelos quais o jornalismo produz memória.

Essa compreensão dialoga diretamente com as discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores. Se a memória coletiva resulta da produção de narrativas socialmente legitimadas, conforme argumentam Ricoeur, Nora e Assmann, o obituário representa um dos momentos em que essa produção ocorre de maneira mais explícita. A reportagem deixa de acompanhar acontecimentos em curso para produzir uma interpretação definitiva acerca da vida de determinado sujeito. Sob essa perspectiva, o obituário pode ser compreendido como um verdadeiro ritual narrativo de reconhecimento institucional, no qual uma organização jornalística estabelece oficialmente aquilo que considera digno de permanecer como patrimônio simbólico.

No telejornalismo, essa operação narrativa adquire especificidades que ampliam seu potencial analítico. Diferentemente do obituário impresso, a narrativa televisiva articula simultaneamente linguagem verbal, imagens de arquivo, fotografias, vídeos históricos, depoimentos, recursos gráficos, trilha sonora, ritmo de edição e performances dos apresentadores. Cada um desses elementos participa da construção dos sentidos atribuídos à trajetória narrada. O significado produzido pelo obituário não decorre exclusivamente do texto lido pelo apresentador ou pelo repórter, mas da articulação entre diferentes linguagens audiovisuais que, em conjunto, produzem determinada interpretação sobre a vida do personagem homenageado.

Essa multiplicidade expressiva transforma o obituário televisivo em um objeto particularmente fecundo para os estudos em Comunicação. A análise de sua narrativa permite observar simultaneamente processos de representação, construção discursiva, legitimação institucional, produção da memória e circulação de valores culturais. Em outras palavras, trata-se de um objeto capaz de condensar diferentes dimensões teóricas discutidas anteriormente, permitindo que conceitos como representação social, poder simbólico, memória coletiva e patrimônio simbólico sejam observados concretamente em funcionamento. “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo” (Bourdieu, 2003, p. 14).

O poder de nomear não significa criar arbitrariamente uma trajetória que não existiu, mas selecionar acontecimentos, reconhecer atributos e instituir publicamente uma maneira legítima de interpretá-los. Assim, quando o *Jornal Nacional* nomeia Glória Maria como pioneira, referência, aventureira ou símbolo da televisão brasileira, contribui para fazer com que essas classificações sejam socialmente vistas, reconhecidas e compartilhadas. Foi justamente essa potencialidade que orientou a escolha do corpus desta pesquisa. Entre os inúmeros produtos jornalísticos produzidos pela televisão brasileira, optou-se por analisar o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em 2 de fevereiro de 2023, dedicado à jornalista Glória Maria. A escolha não decorre apenas da relevância pública da personagem homenageada, mas principalmente das características da narrativa produzida pela emissora. O obituário apresenta duração significativamente superior às homenagens habitualmente exibidas pelo telejornal, mobiliza amplo conjunto de imagens históricas, reúne depoimentos de colegas, incorpora registros produzidos ao longo de décadas e organiza a trajetória da

jornalista segundo uma narrativa claramente estruturada em torno do reconhecimento institucional.

A coragem atribuída a Glória Maria não deve ser interpretada apenas como qualidade psicológica individual. É necessário investigar quais condições tornavam suas ações especialmente arriscadas ou incomuns. Para uma mulher negra, ocupar ambientes internacionais, realizar reportagens em contextos de conflito e assumir posições de elevada exposição pública implicava negociar simultaneamente expectativas raciais e de gênero. A leitura interseccional permite relacionar a coragem às estruturas que produziam a vulnerabilidade e a excepcionalidade de sua presença.

Outro elemento que justifica a escolha do corpus reside na posição ocupada pelo *Jornal Nacional* no campo jornalístico brasileiro. Conforme discutido anteriormente, trata-se de uma instituição dotada de elevado capital simbólico, cuja autoridade social confere especial relevância às narrativas que produz. O reconhecimento atribuído pelo principal telejornal do país possui impacto significativamente distinto daquele produzido por veículos de menor alcance. Assim, analisar o obituário de Glória Maria significa investigar não apenas uma homenagem televisiva, mas um acontecimento comunicacional produzido por uma das instituições mais influentes da história da mídia brasileira.

Além disso, o caso selecionado reúne características particularmente adequadas ao problema desta pesquisa. A trajetória de Glória Maria articula pioneirismo profissional, representação racial, reconhecimento institucional e forte presença na memória coletiva do telejornalismo brasileiro. Sua despedida televisionada oferece, portanto, condições privilegiadas para observar como esses diferentes elementos são reorganizados em uma narrativa destinada à produção de permanência simbólica. O corpus permite investigar, simultaneamente, como a emissora representa a jornalista, quais atributos privilegia, quais acontecimentos seleciona e de que maneira constrói sua inserção definitiva na história do telejornalismo nacional.

Sob essa perspectiva, o obituário analisado deixa de ser compreendido apenas como documento audiovisual. Ele constitui um objeto empírico capaz de revelar os mecanismos pelos quais o telejornalismo transforma uma trajetória profissional em memória institucionalizada. É justamente essa condição que o torna especialmente adequado aos objetivos desta pesquisa.

A delimitação do objeto realizada nesta seção conduz naturalmente à próxima etapa do percurso metodológico. Uma vez definido o corpus empírico, torna-se necessário justificar a estratégia investigativa adotada para examiná-lo. Assim, a seção seguinte discutirá a opção pelo estudo de caso como abordagem metodológica capaz de compreender, em profundidade, a singularidade do obituário de Glória Maria e sua relevância para a compreensão dos processos de produção da memória no telejornalismo brasileiro.

3.3 O Jornal Nacional e o obituário de Glória Maria como estudo de caso

A delimitação do obituário televisivo como objeto de investigação conduz à necessidade de definir, com precisão, o recorte empírico que permitirá examinar os processos de produção de memória discutidos ao longo desta pesquisa. Embora diferentes homenagens televisivas possam constituir objetos relevantes para os estudos em Comunicação, a investigação científica exige escolhas capazes de articular pertinência teórica, viabilidade metodológica e potencial analítico. Nesse contexto, optou-se por concentrar a análise no obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em 2 de fevereiro de 2023, dedicado à jornalista Glória Maria.

A escolha desse corpus não decorre apenas da ampla repercussão pública provocada pela morte da jornalista, nem exclusivamente de sua reconhecida importância para a história do telejornalismo brasileiro. O interesse desta pesquisa concentra-se, sobretudo, na maneira pela qual a narrativa construída pelo *Jornal Nacional* reorganiza simbolicamente sua trajetória, produzindo uma memória institucional sobre sua presença na televisão brasileira. Trata-se, portanto, de um caso cuja relevância ultrapassa a singularidade do acontecimento e permite observar, de forma privilegiada, mecanismos de representação, reconhecimento e construção da memória social. A representação analisada nesta pesquisa envolve uma relação entre um sujeito institucional e um objeto social. O *Jornal Nacional* ocupa a posição de instância produtora da narrativa, enquanto a trajetória de Glória Maria constitui o objeto simbolizado e interpretado. Conforme Jodelet (2001), representar não significa apenas tornar presente um objeto ausente, mas reconstruí-lo simbolicamente e conferir-lhe significações marcadas pela atividade e pela posição daquele que representa. A análise considera também a posição institucional do agente responsável pela produção da narrativa. O *Jornal Nacional* não é compreendido como um suporte neutro pelo qual imagens e depoimentos apenas circulam,

mas como uma instituição dotada de autoridade simbólica no campo jornalístico. Essa posição interfere na eficácia das classificações produzidas pelo obituário, uma vez que, conforme Bourdieu, a força de uma enunciação depende das condições sociais que sustentam a legitimidade daquele que a pronuncia (Bourdieu, 2003, p. 14–15).

Essa característica aproxima o presente estudo da estratégia metodológica denominada estudo de caso. Segundo Robert Yin (2015), o estudo de caso mostra-se particularmente adequado quando o pesquisador pretende compreender fenômenos contemporâneos complexos inseridos em seus contextos reais, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não se apresentam claramente definidos. Diferentemente de abordagens orientadas pela generalização estatística, o estudo de caso busca produzir compreensão aprofundada acerca de situações específicas, reconhecendo que determinados fenômenos somente podem ser plenamente explicados quando analisados em sua complexidade.

No caso desta investigação, o fenômeno analisado corresponde à produção de memória pelo telejornalismo, enquanto o contexto envolve simultaneamente a trajetória histórica de Glória Maria, a autoridade simbólica do *Jornal Nacional* e as disputas por representação racial presentes na comunicação brasileira. Separar esses elementos comprometeria a compreensão do objeto. A narrativa do obituário somente adquire sentido quando interpretada à luz da história profissional da jornalista, do papel institucional desempenhado pela emissora e das transformações históricas discutidas nos capítulos anteriores. O estudo de caso permite preservar essa articulação entre narrativa, contexto e memória.

Outro aspecto que justifica essa opção metodológica reside na natureza interpretativa da pergunta de pesquisa. Esta investigação não pretende mensurar quantitativamente a frequência de homenagens televisivas nem estabelecer comparações estatísticas entre diferentes obituários. O objetivo consiste em compreender como um caso específico organiza determinadas representações e quais sentidos produz acerca da trajetória de Glória Maria. Conforme observa Yin (2015), perguntas formuladas a partir de “como” e “por que” frequentemente encontram no estudo de caso a estratégia metodológica mais adequada, uma vez que exigem análise aprofundada dos processos investigados. É precisamente essa situação que caracteriza o presente trabalho.

A singularidade do caso analisado também merece destaque. O *Jornal Nacional* ocupa posição central na história do telejornalismo brasileiro, constituindo-se como uma das instituições de maior legitimidade simbólica da comunicação nacional. Ao longo de mais de cinco décadas de existência, o telejornal consolidou-se como espaço privilegiado de construção da memória pública sobre acontecimentos políticos, sociais e culturais do país. Quando essa instituição dedica uma extensa narrativa à trajetória de uma de suas jornalistas, produz-se um acontecimento comunicacional cuja relevância ultrapassa a dimensão do luto. O obituário converte-se em um gesto institucional de reconhecimento, por meio do qual a emissora reafirma publicamente quais trajetórias considera constitutivas de sua própria história.

Sob essa perspectiva, a escolha do *Jornal Nacional* não representa apenas a seleção de um veículo de comunicação amplamente conhecido. Ela decorre da compreensão de que o elevado capital simbólico acumulado pelo telejornal potencializa os efeitos da narrativa analisada. Conforme discutido anteriormente a partir de Pierre Bourdieu, instituições dotadas de forte legitimidade social possuem maior capacidade de produzir representações reconhecidas coletivamente como legítimas. Assim, compreender a memória construída pelo *Jornal Nacional* significa investigar uma narrativa produzida por um dos principais agentes de legitimação simbólica do campo jornalístico brasileiro.

Do mesmo modo, a escolha de Glória Maria como personagem central do estudo responde diretamente aos objetivos da pesquisa. Sua trajetória reúne características que tornam particularmente visíveis os processos de produção de memória discutidos ao longo deste trabalho. Mulher negra, pioneira em diferentes espaços do telejornalismo, profissional reconhecida por sua credibilidade e por sua extensa carreira na televisão, Glória Maria ocupa posição singular na história da comunicação brasileira. Sua despedida televisionada oferece condições privilegiadas para observar como uma instituição jornalística reorganiza uma trajetória profissional em uma narrativa de reconhecimento e permanência. A categoria “mulher” não pode ser utilizada como se designasse uma experiência social homogênea. Crenshaw (2002, p. 173) afirma que raça, classe, cor, etnia, origem e outros elementos são “diferenças que fazem diferença” na forma pela qual distintos grupos de mulheres experimentam a subordinação. No telejornalismo, isso significa que as barreiras enfrentadas por Glória Maria não podem ser explicadas apenas pelas desigualdades de gênero compartilhadas com jornalistas brancas. Sua condição racial interferiu nos padrões estéticos,

nas expectativas de competência e nas possibilidades de reconhecimento que marcaram sua trajetória.

É importante destacar que a opção por um único estudo de caso não limita o alcance analítico da investigação. Conforme argumenta Yin, casos singulares podem produzir contribuições teóricas relevantes quando escolhidos em razão de sua capacidade explicativa. O objetivo desta pesquisa não consiste em afirmar que todos os obituários televisivos produzem memória exatamente da mesma maneira observada no caso analisado. Pretende-se, antes, compreender um processo específico de produção simbólica que, embora investigado a partir de um caso singular, oferece elementos conceituais para pensar fenômenos semelhantes em outros contextos.

Essa perspectiva revela que o valor científico do estudo não decorre da quantidade de casos examinados, mas da profundidade analítica empregada em sua interpretação. A investigação concentra seus esforços em compreender detalhadamente como o obituário de Glória Maria organiza representações, mobiliza recursos narrativos, constrói reconhecimento institucional e transforma uma trajetória individual em patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro. A partir dessa análise aprofundada, torna-se possível propor interpretações que dialogam com questões mais amplas relativas à memória, à representação e ao papel social do jornalismo.

Dessa forma, o estudo de caso adotado nesta pesquisa não constitui uma escolha metodológica motivada apenas pela disponibilidade do corpus ou pela relevância pública da personagem investigada. Trata-se de uma decisão epistemológica coerente com o problema formulado, com o referencial teórico desenvolvido e com a natureza interpretativa dos objetivos estabelecidos. A seção seguinte apresentará os procedimentos empregados na constituição do corpus analítico, detalhando as etapas de transcrição, organização e preparação do material que fundamentará a análise desenvolvida nos capítulos posteriores.

3.4 Constituição do corpus analítico

A constituição do corpus representa uma das etapas mais sensíveis da pesquisa qualitativa. Diferentemente de investigações fundamentadas em grandes bancos de dados ou em levantamentos estatísticos, estudos de natureza interpretativa dependem da construção

cuidadosa do material empírico que sustentará toda a análise posterior. O rigor científico, nesse contexto, não decorre da quantidade de documentos examinados, mas da consistência dos critérios empregados para sua seleção, organização e interpretação. A distinção entre memória comunicativa e memória cultural também será mobilizada como operador interpretativo. Serão identificados como manifestações de memória comunicativa os depoimentos pessoais, as lembranças de convivência, as expressões afetivas e os relatos de experiências compartilhadas por colegas e familiares. Como elementos de memória cultural serão observados os arquivos audiovisuais, a seleção institucional de acontecimentos, a formalização da homenagem, os rituais televisivos, a preservação do registro e sua capacidade de transmissão para públicos que não vivenciaram diretamente os episódios narrados (Assmann, 2016).

No presente estudo, o corpus analítico é constituído pelo obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em 2 de fevereiro de 2023, produzido em homenagem à jornalista Glória Maria, falecida na mesma data. A narrativa selecionada corresponde à edição integral da homenagem televisionada, compreendendo todas as reportagens, entradas de estúdio, depoimentos, imagens de arquivo e demais recursos audiovisuais utilizados pelo telejornal para reconstruir a trajetória da jornalista.

A opção por analisar a íntegra da narrativa decorre da compreensão de que o sentido produzido pelo obituário não está concentrado apenas em trechos específicos do discurso verbal. A construção da memória realiza-se por meio da articulação entre diferentes elementos audiovisuais — texto, imagem, enquadramento, ritmo de edição, trilha sonora, expressões faciais dos apresentadores, pausas narrativas e imagens de arquivo — cuja interpretação exige a preservação da unidade narrativa do material analisado. Fragmentar previamente o corpus significaria comprometer a compreensão das relações simbólicas estabelecidas entre esses diferentes elementos.

Em termos metodológicos, Bardin define que “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (2016, p. 126). No presente estudo, esse conjunto é formado pela unidade audiovisual integral do obituário e pelos registros produzidos para sua análise: transcrição comentada, marcação temporal, matriz analítica e descrição dos recursos verbais, visuais e sonoros.

Bardin (2016, p. 127) ressalva que, em investigações concentradas em um documento único e singular, a constituição formal de um corpus não assume exatamente o mesmo sentido observado em pesquisas que selecionam documentos provenientes de um universo mais amplo. Por essa razão, o termo é empregado neste trabalho para designar a unidade audiovisual analisada e os registros metodológicos derivados diretamente dela, sem pretensão de formar uma amostra representativa de todos os obituários televisivos.

A delimitação do material observou os princípios de exaustividade, homogeneidade e pertinência discutidos por Bardin (2016, p. 126–128). A exaustividade foi assegurada pela análise da homenagem em sua totalidade, incluindo entradas de estúdio, locuções, reportagens, depoimentos, imagens de arquivo, silêncios, trilha sonora e aplausos. A homogeneidade decorre da origem comum dos registros, todos produzidos a partir do mesmo obituário e de sua sequência original. A pertinência relaciona-se à correspondência direta entre o material selecionado e o problema de compreender como o *Jornal Nacional* constrói a memória de Glória Maria.

O princípio da representatividade não será empregado em sentido estatístico. O caso não pretende reproduzir as características de todos os obituários televisivos, mas oferecer uma compreensão analítica aprofundada de uma narrativa singular, selecionada por sua relevância institucional e por sua capacidade de tornar visíveis os processos investigados.

Após a definição do corpus, iniciou-se um processo sistemático de organização do material empírico. A primeira etapa consistiu na obtenção da gravação integral do obituário em sua versão original, preservando a sequência narrativa exibida pelo *Jornal Nacional*. Em seguida, realizou-se sucessivas visualizações do material com o objetivo de reconhecer sua estrutura geral, identificar mudanças de blocos narrativos, localizar momentos de maior intensidade simbólica e compreender o ritmo de construção da homenagem.

A matriz não foi concebida como instrumento inteiramente fechado antes da observação do material. A partir de Altheide (1987), adotou-se um protocolo progressivamente aperfeiçoado durante as visualizações, permitindo a incorporação de elementos que não haviam sido previstos inicialmente. O procedimento permaneceu orientado pelo problema de pesquisa e pelo referencial teórico, mas conservou abertura para temas, imagens, relações e ausências que se tornaram relevantes no decorrer da análise.

Além dos campos inicialmente definidos, a matriz passou a registrar quem aparece em cada sequência, o que realiza, qual relação se estabelece entre imagem e locução, quais recursos sonoros são utilizados, qual ênfase temática é produzida e qual função o segmento desempenha na organização geral do obituário. Também foram anotadas possíveis omissões e tensões entre aquilo que a narrativa verbal afirma e o que as imagens efetivamente mostram.

Concluída essa etapa exploratória, procedeu-se à transcrição integral da narrativa audiovisual. Diferentemente de uma simples reprodução do texto verbal, a transcrição buscou registrar simultaneamente elementos relevantes para a interpretação da narrativa, incluindo mudanças de locutor, inserção de imagens históricas, utilização de fotografias, momentos de silêncio, aplausos, trilha sonora, entradas de apresentadores e demais recursos audiovisuais considerados significativos para a produção dos sentidos observados ao longo da pesquisa.

Como estratégia de organização analítica, cada segmento da transcrição recebeu marcação temporal precisa, indicando minuto e segundo correspondentes ao vídeo original. Essa decisão metodológica possui dupla finalidade. Em primeiro lugar, permite localizar com exatidão os trechos posteriormente discutidos na análise, favorecendo a rastreabilidade dos resultados e possibilitando que outros pesquisadores consultem diretamente o material empírico. Em segundo lugar, contribui para preservar a dinâmica temporal da narrativa, aspecto particularmente importante em estudos sobre produtos audiovisuais, nos quais o ritmo de edição constitui elemento fundamental da construção dos sentidos.

Concluída a transcrição, realizou-se a leitura flutuante do corpus, entendida por Bardin (2016, p. 126) como o primeiro contato sistemático com o material, durante o qual o pesquisador se deixa orientar por impressões, recorrências e hipóteses emergentes. No caso de um produto audiovisual, essa etapa envolveu visualizações sucessivas do vídeo, leitura da transcrição e observação integrada da locução, das imagens, da montagem, da trilha, dos silêncios e das performances dos apresentadores. O objetivo não foi estabelecer interpretações definitivas, mas reconhecer a organização geral do obituário e identificar elementos que posteriormente seriam submetidos à exploração sistemática.

A leitura flutuante foi realizada em diferentes momentos, alternando a consulta à transcrição textual e ao vídeo original, de modo a preservar as especificidades da linguagem audiovisual. A dimensão racial será tratada como elemento estruturante da análise, e não

como característica biográfica acessória da jornalista. A partir de Almeida (2019), serão observadas as formas pelas quais o obituário contextualiza ou individualiza as barreiras raciais enfrentadas por Glória Maria. A análise buscará identificar se o pioneirismo é relacionado às estruturas de exclusão do telejornalismo ou apresentado apenas como resultado de talento, esforço e coragem individuais.

Posteriormente, elaborou-se uma matriz analítica destinada a organizar os diferentes elementos identificados durante essa fase exploratória. Cada trecho do corpus passou a ser descrito segundo informações como tempo de exibição, recurso audiovisual predominante, tema central, personagens presentes, representações mobilizadas, referências à trajetória profissional, menções à condição racial, estratégias de reconhecimento institucional e demais aspectos considerados relevantes para os objetivos da pesquisa. Essa matriz constituiu o principal instrumento de sistematização do corpus antes da etapa de codificação.

É importante destacar que a constituição do corpus não corresponde a uma fase meramente técnica da investigação. Ao longo desse processo, o pesquisador realizou sucessivos movimentos de aproximação e distanciamento em relação ao material, buscando preservar o equilíbrio entre familiaridade e rigor analítico. Tal procedimento permitiu reduzir interpretações precipitadas e ampliar a sensibilidade para aspectos simbólicos que, em uma observação inicial, poderiam permanecer pouco evidentes.

Assim, o corpus analítico construído nesta pesquisa não se limita ao vídeo original do obituário, mas compreende o conjunto de registros produzidos a partir dele: a gravação integral, a transcrição comentada, a marcação temporal, a matriz analítica e os registros das leituras exploratórias. Esses materiais constituem a base empírica sobre a qual serão desenvolvidas as interpretações apresentadas nos capítulos seguintes, garantindo transparência metodológica e coerência entre os procedimentos empregados e os objetivos da investigação.

A etapa seguinte do percurso metodológico consistirá na definição da estratégia analítica utilizada para interpretar esse material. Para tanto, a pesquisa adota a Análise de Conteúdo em perspectiva interpretativa, compreendida não como técnica destinada exclusivamente à classificação temática, mas como procedimento capaz de revelar os processos simbólicos de produção de memória presentes na narrativa do *Jornal Nacional*.

3.5 Da análise de conteúdo à interpretação: o percurso analítico da pesquisa

A constituição do corpus analítico representa apenas a primeira etapa do processo investigativo. Para que os dados produzidos pelo material empírico possam responder ao problema de pesquisa, torna-se necessário adotar um procedimento sistemático de interpretação capaz de articular os elementos observados às questões teóricas desenvolvidas ao longo do trabalho. Nesse contexto, a presente investigação utiliza a Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2016), compreendida não como um procedimento restrito à classificação temática, mas como um caminho metodológico voltado à interpretação dos sentidos produzidos pelas narrativas jornalísticas. A análise de conteúdo é definida por Bardin nos seguintes termos:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

A definição evidencia que o método não se limita à descrição imediata das mensagens. Os procedimentos de recorte, codificação e categorização produzem indicadores a partir dos quais o pesquisador pode realizar inferências sobre as condições em que os discursos são produzidos e sobre os sentidos que procuram estabelecer. No caso deste estudo, o método permite ultrapassar a enumeração dos atributos associados a Glória Maria para investigar como esses atributos são organizados por uma instituição jornalística e convertidos em reconhecimento e memória.

A sistematização proposta por Bardin oferece a estrutura geral do percurso analítico, mas a natureza televisiva do corpus exige atenção específica às formas pelas quais os significados são produzidos pelos documentos midiáticos. Nesse ponto, a análise etnográfica de conteúdo formulada por Altheide (1987) complementa o procedimento, sobretudo por enfatizar a reflexividade, a integração entre diferentes linguagens e a permanente relação entre documento e contexto.

[...] A análise etnográfica de conteúdo é utilizada para documentar e compreender a comunicação de significados, bem como para verificar relações teóricas. Sua característica distintiva é a natureza reflexiva e altamente interativa do pesquisador, dos conceitos, da coleta e da análise dos dados. [...] O significado de uma mensagem é refletido em diversos modos de troca de informação, no formato, no ritmo e no estilo, incluindo os estilos sonoro e visual, assim como no contexto da própria reportagem e em outras nuances. (Altheide, 1987, p. 68, tradução nossa)¹⁵.

Essa formulação é especialmente adequada ao obituário televisivo, porque o sentido da homenagem não se encontra somente nas palavras pronunciadas. Ele é produzido pela articulação entre narração, imagens de arquivo, depoimentos, enquadramentos, montagem, trilha sonora, silêncios, emoções dos apresentadores e aplausos finais. Cada componente deve ser observado em sua relação com os demais e com a posição institucional ocupada pelo Jornal Nacional.

A escolha dessa estratégia metodológica decorre da natureza do objeto investigado. O obituário televisivo constitui uma narrativa complexa, formada pela interação entre linguagem verbal, recursos audiovisuais, imagens de arquivo, trilha sonora, enquadramentos, ritmo de edição e performances institucionais. A interpretação dessa multiplicidade exige um método que permita identificar recorrências, organizar categorias de análise e compreender os significados produzidos pela articulação entre esses diferentes elementos. A Análise de Conteúdo mostra-se particularmente adequada porque possibilita ultrapassar a descrição dos conteúdos manifestos, direcionando a investigação para os sentidos simbólicos presentes na narrativa.

Bardin (2016, p. 125) organiza o desenvolvimento da análise de conteúdo em três grandes momentos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, acompanhado da inferência e da interpretação. Essas etapas orientaram a organização do percurso adotado nesta pesquisa. Na pré-análise, foram realizadas a delimitação do objeto, a obtenção do vídeo, as visualizações iniciais, a transcrição e a leitura flutuante. Na exploração do material, procedeu-se à segmentação da narrativa, à codificação dos recursos observados e ao agrupamento das recorrências. No tratamento dos resultados, as categorias e os eixos

¹⁵ Todas as citações diretas de Altheide utilizadas neste trabalho foram traduzidas do original em língua inglesa pelo autor da pesquisa.

identificados foram articulados ao referencial teórico para a realização das inferências e interpretações apresentadas no Capítulo 5.

A primeira etapa correspondeu à pré-análise. Nesse momento, procedeu-se à organização do corpus, às leituras exploratórias e à definição das questões orientadoras da investigação. A leitura flutuante permitiu estabelecer contato aprofundado com a narrativa, favorecendo a identificação inicial de regularidades, repetições, mudanças de tonalidade discursiva e elementos potencialmente relevantes para os objetivos da pesquisa. Mais do que preparar a análise, essa etapa possibilitou ao pesquisador reconhecer a lógica narrativa construída pelo *Jornal Nacional*, identificando aspectos que posteriormente orientariam a elaboração das categorias analíticas.

A segunda etapa consistiu na exploração sistemática do material. A partir da transcrição integral do obituário e da matriz analítica elaborada anteriormente, cada segmento da narrativa foi examinado de forma detalhada. Durante esse processo, registraram-se os principais recursos narrativos empregados pela reportagem, as representações atribuídas à trajetória de Glória Maria, os momentos de maior intensidade simbólica, as referências ao pioneirismo, às questões raciais, ao reconhecimento institucional e aos diferentes elementos responsáveis pela construção da memória apresentada pelo telejornal. Essa fase não se restringiu à identificação de temas recorrentes, mas buscou compreender as relações estabelecidas entre os diversos componentes da narrativa.

A exploração do material não ocorreu como processo estritamente linear. Durante as sucessivas visualizações, observações inicialmente formuladas foram revistas, comparadas e, quando necessário, reformuladas. Altheide sintetiza esse princípio ao afirmar que “o objetivo é ser sistemático e analítico, mas não rígido” (1987, p. 68, tradução nossa). O rigor, nessa abordagem, não deriva da imutabilidade das categorias, mas da explicitação dos critérios, da comparação constante e da possibilidade de retornar ao material diante de novas questões.

Para operacionalizar a exploração do material, foram estabelecidas unidades de registro e unidades de contexto. Bardin (2016, p. 134–137) compreende a unidade de registro como o elemento do conteúdo que será recortado e submetido à codificação, enquanto a unidade de contexto corresponde ao segmento necessário para compreender adequadamente o significado desse elemento.

Nesta pesquisa, adotou-se como unidade de registro o segmento temático-audiovisual, entendido como uma sequência relativamente delimitada na qual palavras, imagens, sons e ações narrativas convergem para produzir determinado sentido. A unidade não corresponde, portanto, a uma palavra isolada, mas a um trecho do obituário marcado por relativa unidade temática e funcional.

A unidade de contexto corresponde à sequência narrativa completa na qual esse segmento está inserido e, quando necessário, à sua posição no conjunto do obituário. Assim, expressões como “pioneira”, “corajosa” ou “inovadora” não foram interpretadas isoladamente. Consideraram-se o enunciador, as imagens exibidas, a trilha, os acontecimentos mencionados, os segmentos anteriores e posteriores e a função desempenhada pela expressão na totalidade da homenagem.

A terceira etapa correspondeu ao tratamento interpretativo dos resultados. É precisamente nesse momento que a Análise de Conteúdo ultrapassa a função classificatória e assume caráter interpretativo. As categorias identificadas no corpus passaram a ser confrontadas com o referencial teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, permitindo compreender como os recursos narrativos observados produzem representações sociais, legitimam determinadas interpretações da trajetória de Glória Maria e contribuem para sua permanência como patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro. Os processos de objetivação e ancoragem constituem operadores centrais da análise. A objetivação será observada na seleção e na organização de acontecimentos, imagens e atributos em figuras narrativas concretas. A ancoragem será identificada na inserção dessas figuras em categorias e valores socialmente disponíveis, por meio dos quais a trajetória de Glória Maria se torna reconhecível e interpretável para o público. Essa aplicação acompanha Jodelet (2001), para quem a objetivação envolve construção seletiva, esquematização e naturalização, enquanto a ancoragem incorpora o objeto representado a redes preexistentes de significação.

Sob essa perspectiva, esta pesquisa compreende que a Análise de Conteúdo não constitui um fim em si mesma. A codificação dos dados representa apenas uma etapa intermediária de um percurso cujo objetivo maior consiste na interpretação dos processos simbólicos de produção da memória. Na proposta de Bardin (2016), a codificação e a categorização organizam os dados brutos do corpus, enquanto a inferência e a interpretação relacionam os indicadores obtidos às condições de produção das mensagens e ao problema investigado. Desse modo, classificar os elementos observados constitui uma etapa

intermediária; o objetivo final permanece a construção de interpretações fundamentadas sobre os sentidos produzidos pelo obituário.

Essa opção aproxima a metodologia adotada das contribuições da pesquisa qualitativa em Comunicação, especialmente das abordagens que compreendem o discurso jornalístico como prática cultural e espaço de produção de sentidos. A narrativa analisada não é interpretada apenas como sequência de informações sobre a vida de Glória Maria, mas como uma construção simbólica produzida por uma instituição dotada de elevada autoridade social. O interesse desloca-se, portanto, da identificação dos conteúdos para a compreensão dos mecanismos pelos quais esses conteúdos adquirem significado e legitimidade.

Em consequência, a Análise de Conteúdo utilizada nesta investigação assume caráter interpretativo. A classificação temática do corpus não representa o objetivo final da pesquisa, mas um instrumento metodológico destinado a revelar os processos de construção da memória presentes na narrativa do *Jornal Nacional*. O foco concentra-se na relação entre representação, reconhecimento, memória e poder simbólico, compreendendo que esses elementos somente podem ser plenamente observados quando interpretados em conjunto.

A análise também considerará as posições sociais e institucionais dos sujeitos que participam da narrativa. Com base na discussão de Ribeiro (2017), lugar de fala não será tratado como atributo individual ou impedimento à abordagem de determinados temas, mas como chave para examinar as condições desiguais de enunciação, visibilidade e escuta. Desse modo, serão observados quem fala sobre Glória Maria, a partir de qual posição, quais vozes são privilegiadas e em que medida a própria jornalista aparece como sujeito de interpretação de sua trajetória.

É justamente dessa articulação entre teoria e material empírico que emergem as categorias analíticas da pesquisa. Diferentemente de classificações previamente estabelecidas, essas categorias foram construídas a partir do diálogo permanente entre o referencial teórico e as recorrências identificadas durante a exploração do corpus. A seção seguinte apresenta essas categorias, que constituirão o eixo organizador de toda a análise desenvolvida no Capítulo 5.

3.6 Da categorização aos eixos interpretativos

A etapa interpretativa da pesquisa exigiu a elaboração de categorias capazes de articular, de forma coerente, o referencial teórico desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores e os elementos identificados durante a exploração do corpus. Diferentemente de procedimentos baseados em categorias previamente estabelecidas ou exclusivamente emergentes do material empírico, optou-se por uma estratégia de construção analítica fundamentada no diálogo permanente entre teoria e corpus. Essa opção metodológica reconhece que a interpretação científica resulta da interação entre os referenciais mobilizados pelo pesquisador e os significados produzidos pelo objeto investigado. Inspirada no protocolo de questionamento retomado por Crenshaw (2002, p. 183), a análise procurará “fazer outras perguntas” diante de cada categoria. Quando um aspecto parecer predominantemente racial, será investigada sua dimensão de gênero; quando parecer relacionado ao gênero, será examinada sua configuração racial. Também serão consideradas, quando pertinentes, as dimensões de classe, origem social e colonialidade.

Para Bardin, “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento” (2016, p. 147). O agrupamento deve ocorrer em razão de características comuns identificáveis nos elementos submetidos à análise.

Para assegurar precisão terminológica, esta pesquisa distingue as categorias de codificação dos eixos interpretativos. As categorias de codificação correspondem às recorrências identificadas no próprio material, como pioneirismo, excelência profissional, coragem, curiosidade, afetividade, representatividade racial e pertencimento institucional. Os eixos interpretativos, por sua vez, correspondem aos referenciais teóricos utilizados para compreender os sentidos dessas recorrências: representação, representações sociais, reconhecimento institucional, memória, relações raciais e patrimônio simbólico.

A abertura para categorias emergentes encontra fundamento também em Altheide (1987). Na análise etnográfica de conteúdo, os conceitos e categorias iniciais orientam a observação, mas não impedem que outros elementos sejam identificados durante o exame dos documentos. O procedimento opera por comparação constante entre os segmentos, as descrições produzidas e as interpretações em desenvolvimento.

Um mesmo segmento também pode ser relevante para diferentes dimensões analíticas. Uma sequência em que Glória Maria aparece realizando uma cobertura internacional, por

exemplo, pode participar simultaneamente da construção do pioneirismo, da coragem, da autoridade profissional, da representatividade racial e da memória institucional. Por isso, os eixos interpretativos não serão tratados como compartimentos mutuamente excludentes.

Essa distinção evita tratar conceitos teóricos amplos como compartimentos mutuamente excludentes. Um mesmo segmento poderá ser interpretado a partir de mais de um eixo, pois a narrativa audiovisual articula simultaneamente representação, memória, poder e relações raciais.

Nessa perspectiva, as categorias analíticas não representam classificações arbitrárias nem simples agrupamentos temáticos. Elas constituem instrumentos interpretativos destinados a orientar a leitura do corpus e a responder ao problema central desta pesquisa: compreender como o *Jornal Nacional* produz a memória de Glória Maria e quais processos simbólicos atravessam essa construção narrativa. Cada categoria corresponde, portanto, a uma dimensão específica do fenômeno investigado, permitindo observar diferentes aspectos da produção de sentidos realizada pelo telejornal.

A primeira categoria corresponde à **representação**, fundamentada principalmente nas contribuições de Stuart Hall. Seu objetivo consiste em identificar de que maneira a narrativa constrói simbolicamente a imagem de Glória Maria, quais atributos lhe são associados e como determinadas escolhas discursivas organizam os significados produzidos sobre sua trajetória. Interessa compreender não apenas o que é dito sobre a jornalista, mas como essa construção narrativa participa da elaboração de determinadas formas de compreender sua presença na história do telejornalismo brasileiro.

A segunda categoria refere-se às **representações sociais**, tomando como principal referência a obra de Serge Moscovici e os aprofundamentos realizados por Denise Jodelet. A investigação procura identificar como determinados atributos apresentados pelo obituário são naturalizados como conhecimentos compartilhados sobre Glória Maria. Mais do que analisar características individuais da jornalista, busca-se compreender como a narrativa transforma experiências particulares em referências coletivamente reconhecidas pelo público. A escolha da Teoria das Representações Sociais também decorre do reconhecimento de que as instituições e as redes de comunicação midiática intervêm na elaboração e na circulação das representações. O *Jornal Nacional* não é tratado, portanto, como suporte neutro de uma memória previamente constituída, mas como instância institucional que seleciona, organiza e

torna pública uma versão específica da trajetória de Glória Maria. A análise considera as representações sociais tanto em sua dimensão constituída — expressa pelas categorias, imagens e atributos presentes na narrativa — quanto em sua dimensão constituinte, correspondente aos processos editoriais e discursivos pelos quais esses sentidos são organizados. Essa distinção acompanha Jodelet (2001), que compreende a representação simultaneamente como produto e processo de apropriação e elaboração social da realidade.

A terceira categoria corresponde ao **reconhecimento institucional**, fundamentada nas contribuições de Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico. O interesse concentra-se na maneira pela qual o *Jornal Nacional*, enquanto instituição dotada de elevada legitimidade social, reconhece oficialmente a importância histórica de Glória Maria. A análise observará os mecanismos narrativos por meio dos quais a emissora atribui autoridade, prestígio e permanência simbólica à trajetória da jornalista.

A quarta categoria analítica diz respeito à **memória**, construída a partir das contribuições de Paul Ricoeur, Pierre Nora e Jan Assmann. O objetivo consiste em compreender como a narrativa reorganiza acontecimentos do passado, estabelece relações entre diferentes momentos da trajetória profissional de Glória Maria e produz uma interpretação destinada à permanência coletiva. A memória será observada não como simples recordação dos fatos, mas como resultado de um processo narrativo de seleção, organização e atribuição de sentidos.

A quinta categoria corresponde às **relações raciais e à representação da mulher negra no telejornalismo**, fundamentada nas contribuições de Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Kabengele Munanga, Patricia Hill Collins, e Aníbal Quijano. Busca-se compreender como a condição racial de Glória Maria aparece na narrativa, quais sentidos lhe são atribuídos e de que maneira sua trajetória é relacionada às transformações históricas da representação negra na televisão brasileira.

No interior dessa categoria, as contribuições de Bastone (2022) sobre o pensamento de bell hooks orientarão a análise da representação como campo de disputa. A investigação procurará distinguir presença, visibilidade, protagonismo e controle da representação, evitando considerar automaticamente toda imagem positiva como emancipatória. Serão examinadas as posições ocupadas por Glória Maria na narrativa, a participação de sua própria

voz, os enquadramentos conferidos às imagens de arquivo e a forma pela qual o telejornal organiza os sentidos raciais e de gênero atribuídos à sua trajetória.

Também, dentro dessa categoria, a colonialidade do poder será utilizada como operador interpretativo para examinar a distribuição das posições de autoridade, fala e reconhecimento. A partir de Quijano (2005), serão observadas as formas pelas quais determinados padrões raciais e epistemológicos aparecem naturalizados na narrativa, especialmente na associação entre branquitude, credibilidade e legitimidade jornalística. Também será investigado se o obituário contextualiza o pioneirismo de Glória Maria a partir dessas estruturas ou se apresenta sua trajetória exclusivamente como resultado de qualidades individuais.

E junto às categorias, Munanga (1999) será mobilizado para examinar a especificidade ideológica das relações raciais brasileiras. A análise observará se a narrativa nomeia o racismo e as desigualdades estruturais ou se apresenta a trajetória de Glória Maria por meio de uma ideia abstrata de integração e superação. Também será investigado se sua excelência individual é transformada em evidência de igualdade institucional ou se o obituário reconhece as condições históricas que tornaram sua presença excepcional.

No interior desse eixo, as contribuições de Collins (2019) orientarão quatro dimensões específicas da análise: a posição de Glória Maria como produtora de conhecimento; a existência de imagens que reduzem ou simplificam sua identidade; a tensão entre autodefinição e definição institucional; e os riscos de sua excepcionalidade ser transformada em representação universal das mulheres negras. Esses elementos serão observados nas falas, nas imagens de arquivo, nos depoimentos, na montagem e nas ausências identificadas no corpus.

A sexta categoria analítica corresponde ao **patrimônio simbólico do telejornalismo**, construída a partir da articulação entre os estudos sobre memória coletiva e as discussões acerca do poder simbólico das instituições jornalísticas. Essa categoria procura identificar os momentos em que a narrativa deixa de tratar Glória Maria apenas como uma profissional reconhecida para inseri-la oficialmente na história da televisão brasileira, transformando sua trajetória em referência institucional para o próprio campo jornalístico.

É precisamente da articulação entre essas categorias que emerge a principal contribuição interpretativa desta pesquisa. Durante o processo de análise, observou-se que o

obituário produzido pelo *Jornal Nacional* não apenas representa, reconhece ou rememora a trajetória de Glória Maria. Dessa forma, as categorias apresentadas nesta seção constituem o principal instrumento analítico utilizado nos capítulos seguintes. Elas orientarão a interpretação do obituário exibido pelo *Jornal Nacional*, permitindo compreender como a narrativa organiza representações, produz reconhecimento, constrói memória e transforma Glória Maria em uma referência permanente da história do telejornalismo brasileiro.

3.7 Síntese metodológica: das categorias analíticas ao percurso interpretativo

O percurso metodológico desenvolvido neste capítulo não constitui apenas uma descrição dos procedimentos empregados durante a investigação. Cada escolha realizada ao longo da pesquisa decorre diretamente do problema formulado na introdução e do referencial teórico construído nos capítulos anteriores. Assim, teoria, método e objeto empírico deixam de constituir etapas independentes para integrar um único percurso interpretativo, orientado pela compreensão de que o telejornalismo participa ativamente da produção da memória social.

A adoção da abordagem qualitativa, do estudo de caso e da Análise de Conteúdo em perspectiva interpretativa responde à necessidade de compreender processos simbólicos cuja complexidade ultrapassa a simples descrição dos acontecimentos narrados pelo *Jornal Nacional*. O interesse desta pesquisa não consiste em identificar quantas vezes determinados atributos aparecem na homenagem dedicada a Glória Maria, mas compreender como esses atributos são organizados narrativamente e quais significados produzem acerca de sua trajetória profissional.

Da mesma forma, a constituição do corpus e a elaboração das categorias analíticas buscaram preservar a unidade narrativa do obituário, reconhecendo que os sentidos produzidos pelo telejornal resultam da articulação entre linguagem verbal, recursos audiovisuais, memória institucional e contexto histórico. A análise proposta parte do pressuposto de que nenhum desses elementos produz significado isoladamente. É precisamente sua interação que possibilita compreender como determinadas trajetórias passam a ocupar posição privilegiada na memória coletiva.

As categorias analíticas apresentadas anteriormente constituem, portanto, muito mais do que instrumentos de classificação temática. Elas representam diferentes dimensões de um mesmo fenômeno comunicacional. A representação organiza simbolicamente a imagem de Glória Maria; as representações sociais transformam essa imagem em conhecimento compartilhado; o reconhecimento institucional legitima sua importância histórica; a memória reorganiza sua trajetória em uma narrativa contínua; a dimensão racial evidencia os processos sociais que atravessam essa construção; o patrimônio simbólico insere sua história na identidade institucional do telejornalismo; permite compreender a articulação entre todos esses processos.

Sob essa perspectiva, a análise desenvolvida nos capítulos seguintes não buscará confirmar previamente categorias teóricas estabelecidas. Ao contrário, pretende observar como essas dimensões se manifestam concretamente na narrativa construída pelo *Jornal Nacional*. O referencial teórico funciona como lente interpretativa, enquanto o corpus oferece as evidências empíricas necessárias para compreender de que maneira o telejornalismo produz memória, reconhecimento e permanência simbólica.

É nesse ponto que a principal hipótese desta investigação pode ser explicitada com maior precisão. Parte-se do entendimento de que o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* não se limita a informar a morte de Glória Maria nem apenas homenagear sua trajetória profissional. A narrativa realiza uma operação simbólica mais ampla, por meio da qual reorganiza acontecimentos, seleciona representações, legitima valores e institucionaliza uma memória destinada à permanência coletiva. Em outras palavras, o telejornal produz uma narrativa capaz de transformar uma trajetória individual em referência histórica do próprio campo jornalístico.

Essa hipótese será examinada por meio da análise detalhada do corpus, observando como cada categoria analítica se manifesta ao longo da narrativa televisiva. Mais do que identificar temas recorrentes, pretende-se compreender as relações estabelecidas entre imagens, discursos, recursos audiovisuais e estratégias narrativas responsáveis pela construção da memória de Glória Maria.

O percurso metodológico pode ser sintetizado em três movimentos articulados, conforme a organização proposta por Bardin (2016): na pré-análise, delimitou-se e preparou-se o material; na exploração, foram realizados o recorte, a codificação e a

categorização; no tratamento dos resultados, os indicadores e recorrências foram confrontados com os eixos teóricos para a construção das inferências e interpretações.

A explicitação dessas etapas busca garantir a rastreabilidade do processo analítico. As conclusões apresentadas não resultam de impressões isoladas sobre a homenagem, mas de um percurso que articula visualização integral, transcrição, marcação temporal, descrição audiovisual, codificação, categorização e interpretação teórica.

A articulação entre Bardin (2016) e Altheide (1987) permite combinar sistematicidade e reflexividade. Bardin orienta a constituição do corpus, o recorte, a codificação, a categorização e a inferência. Altheide contribui para que esses procedimentos sejam aplicados às especificidades do documento midiático, preservando a relação entre texto, imagem, som, formato, contexto e produção institucional.

Dessa maneira, a análise não se reduz nem a uma leitura impressionista da homenagem nem à aplicação mecânica de códigos previamente estabelecidos. O percurso combina protocolo, descrição, comparação constante, retorno ao material e interpretação teórica, garantindo que as conclusões apresentadas possam ser relacionadas às evidências concretas do corpus.

Dessa forma, conclui-se o percurso metodológico desta pesquisa. Os capítulos anteriores permitiram compreender os fundamentos teóricos da produção da memória e reconstruíram historicamente a trajetória de Glória Maria como acontecimento relevante para o telejornalismo brasileiro. O presente capítulo definiu o caminho investigativo que orientará a análise empírica. A partir deste ponto, a investigação desloca definitivamente seu olhar para o corpus, buscando compreender como a narrativa produzida pelo *Jornal Nacional* organiza simbolicamente essa trajetória e quais sentidos atribui à permanência de Glória Maria na memória do telejornalismo nacional.

4 O OBITUÁRIO TELEVISIVO COMO RITUAL DE MEMÓRIA E RECONHECIMENTO

Contudo, esta pesquisa parte de um pressuposto adicional. Defende-se que o reconhecimento conferido a Glória Maria pelo *Jornal Nacional* após sua morte não decorre apenas da importância objetiva de sua carreira, mas de um processo narrativo por meio do qual o telejornal reorganiza sua trajetória e produz uma memória institucionalizada sobre ela. Essa hipótese desloca o foco da análise da biografia para o discurso. Em vez de perguntar apenas quem foi Glória Maria, busca-se compreender como sua imagem foi construída, quais atributos foram privilegiados, quais acontecimentos foram transformados em marcos históricos e quais sentidos passaram a definir sua permanência na memória coletiva do país.

As reflexões desenvolvidas permitem compreender que o objeto desta pesquisa ultrapassa a análise de uma homenagem televisiva ou da trajetória profissional de uma jornalista reconhecida nacionalmente. Ao tomar o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* como objeto de investigação, este trabalho parte do entendimento de que o telejornalismo constitui um espaço privilegiado de produção de sentidos, no qual memória, representação e reconhecimento articulam-se continuamente na construção das narrativas que organizam a experiência social. Mais do que registrar acontecimentos, o jornalismo participa da elaboração dos referenciais simbólicos por meio dos quais uma sociedade interpreta seu passado, reconhece seus personagens históricos e projeta valores considerados constitutivos de sua identidade coletiva. Sob essa perspectiva, analisar o obituário de Glória Maria significa investigar um momento específico em que diferentes dimensões do fazer jornalístico convergem para produzir uma narrativa institucional de elevada densidade simbólica. A despedida pública da jornalista não constitui apenas o encerramento de uma trajetória profissional, mas um processo de reorganização de sua memória por uma das instituições jornalísticas de maior legitimidade no país. O telejornal, ao selecionar imagens, depoimentos, acontecimentos e silêncios, produz uma narrativa que ultrapassa o registro factual da morte para construir uma interpretação social sobre quem foi Glória Maria e sobre quais significados sua trajetória passa a representar para o jornalismo brasileiro.

Essa compreensão conduz à principal contribuição desta pesquisa. Ao deslocar o foco analítico da biografia para a narrativa, da homenagem para a representação e da notícia para a memória, propõe-se compreender o obituário televisivo como um dispositivo de produção de memória social. A investigação demonstra que as escolhas narrativas realizadas pelo *Jornal*

Nacional não apenas organizam retrospectivamente a trajetória de Glória Maria, mas também participam da construção de sua permanência simbólica na história do telejornalismo brasileiro. Assim, mais do que analisar uma figura pública, este trabalho investiga os mecanismos pelos quais o jornalismo produz referências coletivas, organiza patrimônios simbólicos e estabelece formas socialmente compartilhadas de reconhecimento. Ao adotar essa perspectiva, a pesquisa também amplia as possibilidades metodológicas para os estudos em Jornalismo. Em vez de restringir a análise ao conteúdo verbal da reportagem, considera-se a narrativa audiovisual em sua integralidade, compreendendo que texto, imagem, enquadramentos, ritmo de montagem, trilha sonora, pausas, silêncios e escolhas editoriais participam conjuntamente da produção dos sentidos. Essa opção metodológica permite reconhecer o telejornalismo como linguagem complexa, cuja potência narrativa decorre precisamente da articulação entre diferentes elementos expressivos. Desse modo, compreender a produção da memória exige igualmente compreender os modos pelos quais a televisão organiza sua linguagem para produzir emoção, reconhecimento e legitimidade.

4.1 Entre informar e homenagear: o lugar do obituário no telejornalismo

Entre os diversos gêneros que compõem a narrativa jornalística, poucos ocupam posição tão singular quanto o obituário. Enquanto grande parte da produção cotidiana do jornalismo volta-se para acontecimentos em desenvolvimento, caracterizados pela urgência da informação e pela atualização constante dos fatos, o obituário realiza movimento inverso. Ele parte do encerramento definitivo de uma trajetória para reorganizar retrospectivamente uma vida inteira, produzindo uma narrativa capaz de atribuir unidade, coerência e significado ao percurso de determinado sujeito. Sua função ultrapassa a comunicação do falecimento de uma personalidade pública; consiste, sobretudo, na elaboração de uma interpretação socialmente compartilhada acerca daquilo que permanecerá como memória dessa existência. A associação entre obituário e memória encontra apoio direto em Nora, que inclui os elogios fúnebres entre as operações deliberadas de preservação da lembrança:

[...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter

aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (Nora, 1993, p. 13).

O obituário televisivo aproxima-se dessa lógica porque interrompe o fluxo habitual da informação para produzir uma operação intencional de lembrança. Ao selecionar acontecimentos, recuperar imagens e estruturar uma homenagem pública, o telejornal não apenas comunica a morte, mas constrói um espaço ritualizado de preservação e transmissão memorial. O obituário televisivo ocupa uma posição intermediária entre a memória comunicativa e a memória cultural. Ele recolhe lembranças pessoais, depoimentos afetivos e experiências de convivência ainda vinculadas às gerações que conheceram Glória Maria, mas as retira do espaço exclusivamente cotidiano. Por meio da edição, do arquivo audiovisual e da transmissão institucional, essas lembranças são formalizadas e convertidas em uma narrativa destinada à preservação. O obituário realiza, portanto, a passagem entre uma memória vivida e corporificada e uma memória midiaticizada, institucional e transmissível (Assmann, 2016, p. 118–119, 126). Nora permite compreender o obituário como ritual e manifestação de uma vontade de memória; Assmann esclarece como essa operação ritualizada transforma lembranças imediatas em formas institucionalmente preservadas de memória cultural.

Essa característica distingue o obituário dos demais formatos jornalísticos. A notícia convencional procura responder às perguntas fundamentais do acontecimento presente: o que ocorreu, quando, onde, como e por quê. O obituário, ao contrário, desloca essas questões para outro plano interpretativo. Sua preocupação central deixa de ser a morte enquanto fato biológico para concentrar-se na vida enquanto construção simbólica. O acontecimento noticiado já não corresponde apenas ao falecimento, mas ao significado histórico atribuído à trajetória daquele sujeito.

A diferença não reside apenas no conteúdo da narrativa, mas também em seu formato midiático. Para Altheide, formato refere-se às “regras e aos procedimentos para definir, reconhecer, selecionar, organizar e apresentar a informação como notícia” (1987, p. 69, tradução nossa). O formato interfere, portanto, nos acontecimentos que serão selecionados, na ordem em que aparecerão e nos sentidos produzidos pela relação entre texto, imagem e som.

No obituário, essas regras assumem uma configuração particular. O acontecimento da morte é utilizado como ponto de partida para selecionar episódios anteriores, reorganizar temporalmente uma trajetória e produzir uma narrativa com começo, desenvolvimento e

encerramento. O formato transforma acontecimentos biográficos dispersos em uma interpretação coerente acerca daquilo que deverá permanecer como memória.

Sob essa perspectiva, o obituário constitui um gênero narrativo profundamente marcado pela seleção e pela interpretação. Nenhuma vida pode ser integralmente narrada. Toda homenagem exige escolhas: determinados episódios são destacados, outros permanecem ausentes; certos atributos tornam-se centrais, enquanto outros recebem tratamento secundário; algumas imagens são repetidas até converter-se em símbolos, ao passo que inúmeras experiências permanecem invisíveis. O obituário não reproduz a totalidade da existência vivida. Ele organiza uma versão institucionalmente legitimada dessa existência.

Essa compreensão aproxima o obituário das discussões desenvolvidas por Paul Ricoeur acerca da relação entre narrativa e identidade. Para o filósofo francês, as narrativas não apenas registram acontecimentos; elas organizam a experiência humana, conferindo-lhe continuidade e inteligibilidade. Uma vida somente adquire unidade quando pode ser narrada. Sob essa perspectiva, o obituário representa o momento em que a trajetória individual recebe sua última grande narrativa pública, sintetizando décadas de experiências em uma interpretação destinada à permanência coletiva. A imagem de arquivo apresenta no presente algo que já não está presente, mas que é reconhecido como tendo existido. Ricoeur compreende essa experiência memorial pela articulação entre presença, ausência e anterioridade: a lembrança aparece como signo presente de uma realidade passada e ausente (Ricoeur, 2003).

No telejornalismo, esse processo assume características próprias. Diferentemente da imprensa escrita, a televisão articula palavra, imagem, som, silêncio, música, arquivo e performance em uma única experiência comunicacional. O obituário televisivo não apenas informa; ele emociona, ritualiza, produz identificação e mobiliza afetos. A força de sua narrativa reside justamente na capacidade de integrar diferentes linguagens em torno de um mesmo objetivo: construir uma memória compartilhada sobre a pessoa homenageada.

Essa dimensão afetiva não representa um desvio em relação à prática jornalística, mas uma característica constitutiva do próprio gênero. Ao narrar a morte de figuras cuja trajetória adquiriu relevância pública, o telejornalismo reconhece que determinados acontecimentos ultrapassam os limites da objetividade informativa e passam a exigir formas específicas de

elaboração narrativa. O obituário não abandona o compromisso com a veracidade dos fatos; entretanto, reorganiza esses fatos segundo uma lógica orientada pelo reconhecimento, pela memória e pela produção de significado.

É precisamente nesse ponto que se torna necessário diferenciar informação e homenagem. Embora frequentemente coexistam na mesma narrativa, esses dois movimentos cumprem funções distintas. Informar significa comunicar um acontecimento novo ao público. Homenagear implica produzir uma interpretação valorativa sobre a trajetória daquele que é lembrado. No obituário televisivo, essas duas dimensões coexistem continuamente. A notícia da morte inaugura a narrativa; a homenagem organiza toda a sua estrutura simbólica.

Essa coexistência revela que o obituário ocupa uma posição liminar no interior do telejornalismo. Ele pertence simultaneamente ao universo da notícia e ao universo da memória. Sua narrativa informa o presente, mas é construída a partir da reorganização do passado e orientada para a permanência futura. O tempo cronológico da informação cede lugar ao tempo simbólico da recordação. A morte interrompe a vida; a narrativa reorganiza essa interrupção como continuidade memorial.

É justamente por isso que o obituário interessa aos estudos em Comunicação. Ele permite observar, de forma particularmente evidente, processos que frequentemente permanecem diluídos na rotina jornalística cotidiana. A seleção de imagens, a escolha das fontes, a organização temporal da narrativa, o destaque atribuído a determinados acontecimentos e a própria duração da reportagem revelam como o telejornalismo participa ativamente da construção da memória pública.

No caso de Glória Maria, essa característica adquire intensidade ainda maior. A narrativa produzida pelo *Jornal Nacional* não se limita a recordar uma profissional admirada. Ela reorganiza simbolicamente uma trajetória que se confunde com a própria história da televisão brasileira. Ao fazê-lo, produz uma interpretação institucional destinada não apenas aos contemporâneos da jornalista, mas também às gerações futuras que conhecerão sua história por meio das imagens preservadas pelo telejornal.

Sob essa perspectiva, compreender o obituário significa compreender um fenômeno que ultrapassa o próprio jornalismo. Trata-se de investigar como uma sociedade escolhe lembrar aqueles que considera fundamentais para sua história e quais narrativas mobiliza para transformar trajetórias individuais em referências coletivas. É precisamente essa função

memorial que distingue o obituário televisivo dos demais gêneros jornalísticos e que justifica sua relevância para esta pesquisa.

Entretanto, se o obituário organiza narrativamente uma memória coletiva, ainda permanece uma questão fundamental: **por que essa organização assume características tão próximas às dos rituais sociais?** A resposta a essa pergunta exige deslocar o olhar do jornalismo para os estudos antropológicos sobre ritual, passagem e reconhecimento coletivo. É esse movimento interdisciplinar que orientará a próxima seção.

4.2 O ritual de despedida: contribuições de Arnold van Gennep e Victor Turner para compreender o obituário televisivo

A compreensão do obituário televisivo como narrativa de memória pode ser ampliada quando observada à luz dos estudos antropológicos sobre os rituais. Embora elaboradas em contextos distintos daqueles que caracterizam o telejornalismo contemporâneo, as contribuições de Arnold van Gennep e Victor Turner oferecem importantes instrumentos analíticos para compreender como determinadas práticas sociais organizam coletivamente experiências de ruptura, passagem e reintegração. Nesta pesquisa, tais referenciais não são empregados para afirmar que o obituário televisivo constitui um ritual nos mesmos moldes dos ritos tradicionais estudados pela Antropologia, mas para interpretar a maneira pela qual a televisão organiza simbolicamente a despedida de figuras públicas e produz sentidos compartilhados acerca de sua permanência na memória coletiva.

Em sua obra clássica *Os Ritos de Passagem*, publicada originalmente em 1909, Arnold van Gennep demonstra que diferentes sociedades desenvolvem cerimônias destinadas a marcar momentos de transição considerados fundamentais para a vida social. Nascimento, casamento, iniciações e morte não representam apenas acontecimentos biológicos ou individuais; constituem eventos socialmente organizados por meio de práticas simbólicas que permitem às comunidades reconhecer, interpretar e incorporar essas mudanças à ordem coletiva. Segundo o autor, os ritos de passagem apresentam, de forma recorrente, três grandes momentos: a separação, a fase liminar e a reincorporação.

Essa estrutura revela notável potencial interpretativo para compreender o obituário televisivo. A notícia da morte representa o momento da separação, interrompendo a rotina

informativa e anunciando a ruptura definitiva provocada pelo falecimento. Em seguida, a narrativa desenvolvida pelo telejornal conduz o público a uma etapa liminar, na qual passado e presente se entrelaçam por meio de imagens de arquivo, depoimentos, fotografias e reportagens históricas. Durante esse percurso, a trajetória da pessoa homenageada deixa de ser apenas lembrada para ser reinterpretada coletivamente. Por fim, a narrativa encaminha-se para uma forma de reincorporação simbólica, na qual o sujeito deixa de pertencer ao mundo da experiência cotidiana para integrar a memória pública da instituição e da sociedade.

Victor Turner amplia essa compreensão ao destacar que os rituais não apenas acompanham mudanças sociais, mas produzem novas formas de reconhecimento coletivo. Em *O Processo Ritual*, o autor argumenta que os momentos liminares suspendem temporariamente determinadas estruturas sociais, permitindo que novos significados sejam atribuídos às relações estabelecidas entre indivíduos e grupos. O ritual não representa apenas repetição de práticas tradicionais; constitui espaço privilegiado para reorganizar simbolicamente identidades, valores e pertencimentos.

Essa perspectiva oferece uma importante chave de leitura para o obituário televisivo. Durante a homenagem, a figura pública deixa de ser percebida apenas em sua dimensão cotidiana. O jornalista, o artista, o político ou o esportista passam a ser apresentados como personagens cuja trajetória ultrapassa a experiência individual e assume significado coletivo. A narrativa reorganiza acontecimentos dispersos ao longo de décadas, seleciona episódios considerados exemplares e constrói uma interpretação capaz de conferir unidade à vida do homenageado. A televisão não apenas comunica uma perda; ela reorganiza simbolicamente a posição ocupada por aquele sujeito na memória social.

No caso específico de Glória Maria, essa operação torna-se particularmente evidente. A narrativa construída pelo Jornal *Nacional* não interrompe sua relação com o público; ao contrário, transforma essa relação. A jornalista deixa de ocupar o lugar de profissional em atividade para assumir a condição de referência histórica do telejornalismo brasileiro. Sua morte encerra uma trajetória biográfica, mas inaugura outra trajetória: a trajetória memorial construída institucionalmente pela televisão.

É importante destacar que essa transformação não ocorre de maneira espontânea. Ela resulta de escolhas narrativas cuidadosamente organizadas pelo telejornal. A seleção das imagens, a ordem cronológica dos acontecimentos, os depoimentos escolhidos, a trilha

sonora, os momentos de silêncio e até mesmo a duração da homenagem participam da construção de um ambiente simbólico que convida o público não apenas a receber uma informação, mas a compartilhar uma experiência coletiva de despedida. O telejornal deixa de ocupar exclusivamente a posição de mediador da notícia para assumir também o papel de mediador do luto social.

Essa dimensão ritualística aproxima-se ainda das reflexões de Émile Durkheim sobre a função social dos rituais. Para o autor, práticas coletivas reforçam laços de pertencimento e reafirmam valores compartilhados por uma comunidade. Embora Durkheim analisasse principalmente rituais religiosos, sua compreensão acerca da produção da solidariedade social contribui para interpretar fenômenos comunicacionais contemporâneos. O obituário televisivo pode ser compreendido, nesse sentido, como um momento em que milhões de telespectadores compartilham simultaneamente uma mesma narrativa, reconhecendo coletivamente a importância de determinada trajetória para a história da sociedade e do próprio jornalismo.

Contudo, o ritual produzido pela televisão apresenta especificidades que o diferenciam dos ritos tradicionais descritos pela Antropologia. Sua realização depende da mediação tecnológica, da linguagem audiovisual e da autoridade simbólica da instituição jornalística. A experiência coletiva do luto deixa de ocorrer em um espaço físico compartilhado para desenvolver-se por meio da circulação simultânea de imagens e discursos transmitidos nacionalmente. A televisão transforma-se, assim, em um espaço público de elaboração da perda, no qual memória, emoção e reconhecimento são produzidos por meio da narrativa jornalística.

Sob essa perspectiva, o obituário televisivo pode ser compreendido como um **ritual midiático de passagem**. Não se trata apenas da passagem da vida para a morte, mas da passagem de uma trajetória profissional para uma condição de permanência simbólica. O sujeito homenageado deixa de ser apenas protagonista de sua própria história para converter-se em referência coletiva preservada pela memória institucional do telejornalismo. Essa transformação representa um dos aspectos centrais investigados por esta pesquisa.

A leitura proposta por Van Gennep e Turner permite, portanto, compreender que o obituário não constitui apenas um gênero narrativo destinado à recordação de figuras públicas. Ele representa um dispositivo comunicacional capaz de organizar coletivamente a despedida, reafirmar valores compartilhados e transformar determinadas trajetórias em patrimônios

simbólicos da memória social. Essa compreensão prepara o caminho para a próxima seção, dedicada à análise da memória institucional produzida pelo telejornalismo e de sua autoridade para legitimar determinadas narrativas como referências históricas.

4.3 A memória institucional e a autoridade simbólica do telejornalismo

Ao compreender o obituário televisivo como um ritual institucional de memória, torna-se necessário investigar a autoridade que permite ao telejornalismo produzir narrativas socialmente reconhecidas como legítimas. A questão central deixa de ser apenas como a televisão recorda determinadas trajetórias, para concentrar-se em outra dimensão igualmente relevante: **por que determinadas narrativas produzidas pelos meios de comunicação adquirem força suficiente para integrar a memória coletiva de uma sociedade.**

Essa questão desloca a reflexão da esfera exclusivamente narrativa para o campo das instituições. A memória coletiva não se constitui apenas pela existência de lembranças individuais, mas pela circulação pública de interpretações produzidas por agentes socialmente legitimados. Em sociedades contemporâneas, os meios de comunicação ocupam posição privilegiada nesse processo. Ao selecionar acontecimentos, organizar narrativas e atribuir relevância pública a determinados sujeitos, o telejornalismo participa ativamente da construção dos repertórios simbólicos por meio dos quais a sociedade interpreta seu próprio passado.

Nesse contexto, a televisão assume um papel que ultrapassa a simples mediação informativa. Ela funciona como uma instituição de memória, responsável não apenas por registrar acontecimentos, mas por definir quais experiências serão continuamente lembradas, quais personagens permanecerão como referências históricas e quais narrativas serão incorporadas ao patrimônio simbólico compartilhado. Ao realizar essa operação, o telejornalismo deixa de atuar exclusivamente como observador da realidade para tornar-se agente ativo da produção da memória social.

As contribuições de Pierre Nora auxiliam significativamente essa compreensão. Ao desenvolver o conceito de **lugares de memória**, o autor demonstra que sociedades contemporâneas constroem espaços simbólicos destinados à preservação de determinadas referências históricas quando os mecanismos tradicionais de transmissão da memória

começam a enfraquecer. Monumentos, arquivos, museus, cerimônias e documentos passam a exercer a função de preservar aquilo que uma coletividade considera essencial para sua identidade.

Embora Nora tenha formulado esse conceito a partir da história e da memória nacional francesa, sua reflexão oferece importantes possibilidades interpretativas para os estudos da comunicação. O telejornalismo pode ser compreendido como um espaço contemporâneo de produção de lugares de memória, não por conservar fisicamente o passado, mas por reorganizá-lo narrativamente para milhões de espectadores. Cada reportagem especial, retrospectiva ou obituário constitui uma oportunidade de selecionar acontecimentos e reafirmar interpretações consideradas socialmente relevantes.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Jan Assmann, para quem a memória cultural depende da existência de instituições capazes de conservar e transmitir determinadas narrativas ao longo do tempo. Segundo o autor, a permanência da memória não resulta apenas da recordação individual, mas de processos coletivos de institucionalização, nos quais diferentes organizações assumem a responsabilidade pela preservação simbólica de experiências consideradas fundadoras de uma comunidade.

Sob essa ótica, o *Jornal Nacional* pode ser interpretado como uma instituição de memória. Ao longo de mais de cinco décadas de existência, o telejornal acompanhou acontecimentos políticos, sociais, culturais e esportivos que marcaram profundamente a história brasileira. Seu acervo audiovisual constitui um dos maiores registros da memória recente do país, mas sua importância não reside apenas na preservação documental dessas imagens. Ela decorre, sobretudo, da autoridade simbólica acumulada pela instituição ao longo do tempo, autoridade que lhe permite produzir narrativas amplamente reconhecidas como legítimas pelo público. o *Jornal Nacional* pode **estabilizar, legitimar ou institucionalizar** uma representação de Glória Maria, mas não fixá-la definitivamente ou encerrar todas as possibilidades de interpretação. O sentido não pode nunca ser finalmente fixado” (Hall, 2016, p. 45).

É precisamente nesse ponto que as contribuições de Pierre Bourdieu tornam-se fundamentais. Ao discutir o conceito de **poder simbólico**, o autor demonstra que determinadas instituições possuem capacidade singular de definir classificações socialmente aceitas como naturais. Esse poder não se exerce pela imposição da força física, mas pela

legitimidade cultural acumulada historicamente. A eficácia do discurso institucional depende justamente do reconhecimento social de sua autoridade.

Aplicada ao telejornalismo, essa reflexão permite compreender que a narrativa produzida pelo *Jornal Nacional* não possui relevância apenas em razão de seu conteúdo informativo. Ela adquire força simbólica porque é produzida por uma instituição reconhecida como uma das principais referências do jornalismo brasileiro. Quando o telejornal afirma que determinada personalidade marcou a história do país ou da própria televisão, essa afirmação não circula como opinião individual de seus jornalistas. Ela apresenta-se como uma interpretação institucional dotada de elevada legitimidade social.

No caso de Glória Maria, essa legitimidade assume papel decisivo. O obituário exibido pelo *Jornal Nacional* não representa apenas uma homenagem elaborada por colegas de profissão. Trata-se de uma narrativa produzida pela mesma instituição na qual a jornalista construiu grande parte de sua trajetória profissional. Esse vínculo institucional confere à homenagem um significado adicional. Ao recordar Glória Maria, o telejornal recorda simultaneamente parte de sua própria história. A memória da jornalista torna-se inseparável da memória da instituição.

Essa relação produz um movimento particularmente interessante. Ao homenagear Glória Maria, o *Jornal Nacional* reafirma os valores que deseja associar à própria identidade institucional: excelência profissional, credibilidade, pioneirismo, coragem, curiosidade intelectual e compromisso com o jornalismo. A narrativa da jornalista converte-se, assim, em narrativa da emissora. O reconhecimento atribuído à personagem retorna simbolicamente para a própria instituição que realiza a homenagem, fortalecendo sua identidade perante o público.

Entretanto, essa operação não deve ser compreendida como simples estratégia de autopromoção institucional. Trata-se de um processo muito mais complexo de construção da memória coletiva. Ao selecionar determinadas trajetórias como exemplares, o telejornalismo participa da definição dos referenciais simbólicos que orientarão futuras interpretações sobre a história da profissão. O obituário transforma-se, assim, em um espaço privilegiado de institucionalização da memória.

É justamente essa capacidade institucional que prepara o terreno para a principal hipótese desta pesquisa. Quando uma narrativa produzida por uma instituição de elevada autoridade simbólica reorganiza uma trajetória profissional, atribuindo-lhe reconhecimento

público, permanência histórica e exemplaridade, ela realiza uma operação que ultrapassa a homenagem tradicional. Ela participa da transformação daquela trajetória em patrimônio simbólico do próprio campo jornalístico.

4.4 Do reconhecimento à exemplaridade: quando uma trajetória se torna patrimônio simbólico

Ao longo deste trabalho demonstrou-se que o telejornalismo participa ativamente da produção da memória coletiva por meio da seleção, organização e interpretação de acontecimentos socialmente relevantes. Também se evidenciou que o obituário televisivo constitui um ritual institucional capaz de reorganizar narrativamente trajetórias individuais, atribuindo-lhes reconhecimento público e permanência simbólica. Entretanto, permanece uma questão central: o que faz com que determinadas trajetórias ultrapassem o reconhecimento e passem a ocupar uma posição exemplar na memória coletiva?

Essa pergunta conduz a uma distinção fundamental para esta pesquisa. Reconhecimento e exemplaridade não constituem fenômenos equivalentes. O reconhecimento corresponde ao processo pelo qual uma instituição ou coletividade atribui valor a determinada trajetória, destacando sua relevância em relação a outras experiências semelhantes. A exemplaridade, por sua vez, representa um estágio posterior, no qual essa trajetória deixa de ser percebida apenas como importante para converter-se em referência capaz de orientar a compreensão da história de um campo profissional ou de uma comunidade.

No telejornalismo, essa passagem manifesta-se de maneira particularmente evidente nos obituários dedicados a figuras cuja atuação extrapolou os limites do exercício cotidiano da profissão. Ao organizar a despedida desses sujeitos, a narrativa jornalística não apenas recorda acontecimentos passados. Ela produz uma interpretação segundo a qual aquela vida passa a representar valores considerados constitutivos da identidade do próprio jornalismo. A trajetória individual transforma-se em narrativa exemplar.

Essa transformação pode ser compreendida a partir das contribuições de Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico. Conforme discutido anteriormente, instituições dotadas de elevada legitimidade social possuem capacidade de produzir classificações reconhecidas coletivamente como legítimas. No interior do campo jornalístico, esse poder manifesta-se na

possibilidade de definir quais acontecimentos, personagens e práticas serão incorporados ao patrimônio simbólico da profissão. O reconhecimento institucional, portanto, não apenas valoriza trajetórias; ele participa da construção dos critérios pelos quais futuras gerações compreenderão aquilo que significa ser jornalista.

Essa reflexão aproxima-se igualmente das discussões desenvolvidas por Paul Ricoeur sobre a narrativa e a identidade. Para o autor, narrar significa organizar temporalmente experiências dispersas, conferindo-lhes coerência e inteligibilidade. Quando aplicada ao obituário televisivo, essa perspectiva revela que a homenagem não apenas apresenta episódios marcantes da vida do personagem, mas reorganiza esses episódios de modo a construir uma narrativa orientada por determinados valores. O passado deixa de aparecer como sucessão de acontecimentos isolados para constituir uma história exemplar. Os registros audiovisuais mobilizados pelo obituário podem ser compreendidos como vestígios: marcas presentes que remetem a acontecimentos ausentes. Esses vestígios, contudo, não produzem sentidos de maneira autônoma. Sua incorporação à memória depende das operações de seleção, interpretação e organização narrativa realizadas no presente (Ricoeur, 2003).

Pierre Nora contribui para ampliar essa compreensão ao afirmar que a memória coletiva depende da seleção de referências consideradas dignas de preservação. Toda sociedade estabelece mecanismos pelos quais determinados sujeitos, acontecimentos e lugares passam a representar dimensões fundamentais de sua identidade histórica. O obituário televisivo participa precisamente desse processo. Ao dedicar extensa narrativa à trajetória de uma personalidade pública, o telejornal não apenas informa seu falecimento; ele indica ao público que aquela existência merece ser preservada como parte da memória coletiva.

No caso de Glória Maria, essa operação revela-se particularmente significativa. A narrativa construída pelo *Jornal Nacional* apresenta sua trajetória como expressão de diferentes valores associados à identidade do telejornalismo brasileiro: pioneirismo, coragem, curiosidade intelectual, compromisso com a informação, sensibilidade humana e excelência profissional. Esses atributos aparecem articulados de forma a produzir uma imagem que ultrapassa a dimensão biográfica. Glória Maria deixa de representar apenas sua própria história para simbolizar uma determinada ideia de jornalismo.

É importante observar que essa exemplaridade não elimina as tensões históricas discutidas ao longo desta pesquisa. Ao contrário, ela torna ainda mais evidente a singularidade

de sua trajetória enquanto mulher negra em um espaço historicamente marcado pela predominância da branquitude. A narrativa institucional reconhece seu pioneirismo e sua importância para a televisão brasileira, mas também evidencia, ainda que de forma nem sempre explícita, as transformações ocorridas nas formas de representação racial ao longo das últimas décadas. Assim, sua exemplaridade não se limita à excelência profissional; ela incorpora igualmente o significado histórico de sua presença em um campo tradicionalmente excludente.

Sob essa perspectiva, a exemplaridade produzida pelo obituário possui dupla dimensão. Em primeiro lugar, reconhece uma trajetória individual considerada extraordinária. Em segundo, transforma essa trajetória em parâmetro coletivo, oferecendo-a como referência para a compreensão da história do telejornalismo brasileiro. É precisamente essa passagem — do reconhecimento individual à referência coletiva — que permite compreender a função social desempenhada pelo obituário.

A presente pesquisa sustenta que esse movimento ultrapassa os processos tradicionalmente descritos pelos estudos sobre memória e representação. A análise do corpus indica que o *Jornal Nacional* realiza uma operação narrativa mais ampla, por meio da qual reorganiza simbolicamente a trajetória de Glória Maria, atribuindo-lhe um estatuto de permanência histórica e integrando-a ao patrimônio simbólico da televisão brasileira.

5 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO JORNAL NACIONAL: UMA ANÁLISE DO OBITUÁRIO DE GLÓRIA MARIA

É precisamente essa dimensão simbólica que desperta o interesse desta pesquisa. Embora Glória Maria tenha sido amplamente reconhecida como uma das maiores jornalistas da história da televisão brasileira, a questão central deste trabalho não consiste em reconstruir sua biografia ou reiterar a relevância de sua carreira. O foco desloca-se para um problema distinto e ainda pouco explorado pelos estudos em Jornalismo: compreender de que maneira o telejornalismo produz memória social por meio da construção narrativa dos obituários. Em outras palavras, esta pesquisa não investiga apenas quem foi Glória Maria, mas como sua trajetória foi reinterpretada, reorganizada e simbolicamente institucionalizada pelo *Jornal Nacional* após sua morte. Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (Hall, 2016, p. 31).

Esse deslocamento do olhar representa uma escolha epistemológica fundamental. Durante muito tempo, pesquisas sobre comunicação privilegiaram análises voltadas aos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação ou aos efeitos dessas mensagens sobre seus públicos. Embora essas perspectivas continuem relevantes, elas não são suficientes para explicar como determinados sujeitos passam a ocupar posições permanentes na memória social. Entre o acontecimento e a lembrança existe um processo de mediação narrativa. É nesse processo que o jornalismo exerce uma de suas funções menos discutidas, porém mais relevantes: a de organizar simbolicamente o passado, atribuindo sentidos duradouros a acontecimentos e personagens históricos.

Ao compreender o jornalismo como uma instituição produtora de memória, esta pesquisa aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Stuart Hall (2016), para quem a representação integra o processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Nessa perspectiva, representar não significa reproduzir de maneira transparente uma realidade previamente constituída, mas articular conceitos, signos e linguagens por meio dos quais pessoas e acontecimentos se tornam socialmente inteligíveis. Para Hall, a representação não corresponde a um simples reflexo da realidade, mas a um processo ativo de produção de sentido. Essa leitura corresponde à abordagem construtivista descrita por Hall (2016), segundo a qual o significado não está simplesmente depositado nas

coisas, mas é construído pela linguagem e pelos sistemas de representação. Pessoas, acontecimentos e instituições adquirem significado por meio das formas como são narrados, classificados e inseridos em sistemas culturais de interpretação. Assim, quando o *Jornal Nacional* organiza discursivamente a trajetória de Glória Maria, não apenas descreve fatos ocorridos ao longo de sua carreira, mas participa da construção dos sentidos sociais atribuídos à sua presença na história do telejornalismo brasileiro.

Essa perspectiva torna-se ainda mais consistente quando articulada à Teoria das Representações Sociais, formulada por Serge Moscovici e desenvolvida por Denise Jodelet. No plano coletivo, os fenômenos representacionais correspondem a “visões compartilhadas, comuns a uma formação social, e nelas disseminadas por meio das comunicações” (Jodelet, 2017, p. 24). As representações não pertencem exclusivamente aos indivíduos: circulam socialmente, são apropriadas por diferentes grupos e oferecem referências por meio das quais pessoas, acontecimentos e experiências se tornam coletivamente inteligíveis. Sob esse enfoque, interessa compreender como a narrativa construída pelo *Jornal Nacional* participa da elaboração e da circulação de representações sociais sobre Glória Maria.

Ao mesmo tempo, torna-se necessário reconhecer que essas representações são produzidas em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais e de gênero. Conforme Silvio Almeida (2019), o racismo não constitui uma anormalidade exterior ao funcionamento social, mas um elemento integrado à organização política, econômica e institucional da sociedade. Sob essa perspectiva, a presença reduzida de profissionais negros nos espaços de maior visibilidade do telejornalismo não pode ser atribuída apenas a atos individuais de preconceito ou a escolhas profissionais isoladas. Ela resulta de condições históricas que distribuem de maneira desigual as oportunidades de acesso, permanência, ascensão e reconhecimento. A trajetória de Glória Maria deve ser compreendida, portanto, em permanente tensão com essas estruturas.

Nesse sentido, as contribuições de Silvio Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2017), Kimberlé Crenshaw (2002), Kabengele Munanga (1999)¹⁶ e do pensamento de bell hooks, conforme sistematizado por Bastone (2022), tornam-se fundamentais para compreender que a

¹⁶ Kabengele Munanga é antropólogo e autor de estudos fundamentais sobre mestiçagem, identidade negra, branqueamento e relações raciais no Brasil. Nesta pesquisa, sua contribuição é mobilizada principalmente para examinar o mito da democracia racial e os mecanismos de assimilação que podem ocultar a permanência das desigualdades raciais.

trajetória de mulheres negras em espaços historicamente ocupados por sujeitos brancos não pode ser analisada de maneira dissociada das estruturas sociais responsáveis pela produção do racismo e do sexismo. Munanga (1999) contribui particularmente para compreender como o mito da democracia racial, o ideal do branqueamento e a ideologia da mestiçagem participaram da construção das relações raciais brasileiras. A ascensão de Glória Maria ao principal telejornal do país representa, simultaneamente, uma ruptura simbólica e um indicativo das barreiras historicamente impostas à população negra nos meios de comunicação. Patricia Hill Collins (2019)¹⁷ será mobilizada particularmente para compreender as mulheres negras como produtoras de conhecimento e para examinar a tensão entre as definições construídas pelas instituições dominantes e a possibilidade de autodefinição dos próprios sujeitos representados. Essa perspectiva permitirá analisar Glória Maria não apenas como uma mulher negra que alcançou visibilidade na televisão, mas como uma jornalista que ocupou uma posição institucional de interpretação da realidade e produção do conhecimento jornalístico.

A condição de Glória Maria como mulher negra exige, ainda, que raça e gênero não sejam tratados como dimensões independentes de sua trajetória. Crenshaw (2002) demonstra que as discriminações racial e de gênero não constituem fenômenos mutuamente excludentes, pois sua interação produz formas específicas de subordinação que não são plenamente explicadas quando se considera apenas um desses eixos. Sob essa perspectiva, a trajetória da jornalista será examinada a partir da posição particular ocupada por uma mulher negra em um campo profissional cuja autoridade esteve historicamente associada a referenciais brancos e masculinos.

5.1 A autoridade narrativa do Jornal Nacional: quem pode contar a história de Glória Maria?

A análise apresentada neste capítulo resulta do percurso metodológico detalhado anteriormente. A partir da pré-análise, da exploração e da categorização do corpus, os segmentos do obituário foram organizados segundo suas recorrências temáticas e

¹⁷ Patricia Hill Collins desenvolve uma teoria social crítica centrada nas experiências, nas ideias e na agência das mulheres negras, articulando conhecimento, poder, imagens de controle, autodefinição e empoderamento. Nesta pesquisa, suas contribuições são aplicadas ao contexto brasileiro em diálogo com autores como Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Kimberlé Crenshaw e Kabengele Munanga, evitando a transposição automática das particularidades históricas dos Estados Unidos.

interpretados em diálogo com os eixos teóricos da pesquisa. A exposição dos resultados seguirá a organização narrativa da homenagem, preservando as marcações temporais e a articulação entre linguagem verbal, imagens, sons e performances institucionais.

A análise do obituário também exige que o documento seja relacionado às condições organizacionais de sua produção. Altheide (1987) sustenta que produtos midiáticos devem ser situados em contexto, pois as formas de selecionar, ordenar e apresentar imagens estão vinculadas aos procedimentos e aos interesses das instituições responsáveis por sua elaboração.

O Jornal Nacional não atua apenas como veículo que transmite uma homenagem produzida externamente. A própria emissora conserva os arquivos, seleciona as reportagens, define os depoimentos, estabelece a duração, organiza a montagem e determina a interpretação final da trajetória. Glória Maria foi, além disso, integrante da instituição durante décadas. O documento analisado é simultaneamente uma narrativa sobre a jornalista e uma narrativa da Globo sobre sua própria história.

Toda narrativa pressupõe uma posição de enunciação. Nenhuma história é produzida a partir de um ponto de vista neutro ou desprovido de autoridade simbólica. No campo jornalístico, essa constatação torna-se particularmente relevante, uma vez que diferentes instituições ocupam posições distintas na disputa pela legitimidade de narrar acontecimentos, interpretar experiências e produzir memórias socialmente compartilhadas. Antes mesmo de observar como Glória Maria é representada pelo *Jornal Nacional*, torna-se necessário compreender por que a narrativa produzida por esse telejornal adquire estatuto de referência para milhões de espectadores. A retrospectiva não procura reconstruir integralmente a trajetória da jornalista. Ela opera por recortes, selecionando imagens e acontecimentos dotados de maior força narrativa. Nora descreve essa forma contemporânea de relação com o passado por meio de “iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas” e de uma memória “intensamente retiniana e poderosamente televisual” (1993, p. 20). No obituário, essas tomadas seletivas convertem décadas de atuação profissional em uma sequência condensada de episódios exemplares, por meio dos quais Glória Maria é reconhecida como pioneira, aventureira, profissional excepcional e referência afetiva.

A categoria da excepcionalidade também precisa ser examinada interseccionalmente. As exigências impostas às mulheres negras em espaços de poder não são necessariamente

idênticas às aplicadas aos homens negros ou às mulheres brancas. A valorização da excelência de Glória Maria pode reconhecer legitimamente sua competência, mas também pode revelar um padrão segundo o qual sua permanência dependia de um desempenho extraordinário. A reflexão de Crenshaw (2002, p. 177–179) permite compreender que essas exigências são produzidas pela interação entre hierarquias raciais, profissionais e de gênero.

Além dos sentidos expressamente produzidos, a análise deve considerar as dimensões que permanecem marginalizadas. Crenshaw (2002, p. 174–176) demonstra que as experiências das mulheres racializadas podem tornar-se invisíveis quando são absorvidas por categorias amplas de raça ou de gênero. No obituário, essa invisibilidade poderá ser identificada caso as barreiras enfrentadas por Glória Maria sejam apresentadas como dificuldades genéricas da profissão ou como obstáculos enfrentados por todas as mulheres, sem que se reconheça a interação entre racismo e sexismo.

Ao longo de mais de cinco décadas de existência, o *Jornal Nacional* consolidou-se como uma das principais instituições do jornalismo brasileiro. Sua história confunde-se, em muitos momentos, com a própria história recente da televisão nacional. Grandes acontecimentos políticos, econômicos, culturais e esportivos passaram por sua mediação narrativa, contribuindo para que o telejornal acumulasse um significativo capital simbólico perante a sociedade brasileira. Essa legitimidade institucional não decorre apenas de sua audiência ou longevidade, mas da posição que ocupa no imaginário social como espaço autorizado para interpretar acontecimentos considerados relevantes para a vida nacional.

Sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1989), essa autoridade pode ser compreendida como manifestação do poder simbólico. O discurso institucional produzido pelo *Jornal Nacional* não circula apenas como informação; ele é reconhecido socialmente como uma interpretação legítima da realidade. É justamente esse reconhecimento coletivo que confere especial relevância ao obituário analisado nesta pesquisa. A homenagem dedicada a Glória Maria não representa apenas a manifestação afetiva de colegas de profissão, mas a elaboração de uma narrativa produzida por uma instituição cuja palavra possui elevado grau de legitimidade no campo jornalístico brasileiro.

Essa condição altera profundamente o significado da narrativa analisada. O *Jornal Nacional* não ocupa a posição de observador externo da trajetória de Glória Maria. Ao contrário, a jornalista construiu parte significativa de sua carreira profissional no interior da

própria instituição responsável pela homenagem. A emissora, portanto, não apenas narra uma história; narra uma história da qual ela mesma participou. Essa característica confere ao corpus uma singularidade metodológica importante: trata-se de uma narrativa produzida por uma instituição que, simultaneamente, é testemunha, protagonista e guardiã da memória que constrói. A memória é seletiva e sua organização varia de acordo com os contextos nos quais o passado é retomado. Ricoeur observa que as narrativas intervêm nesse processo, fazendo com que os mesmos acontecimentos possam ser lembrados de maneiras diferentes em distintos períodos. A morte de Glória Maria constitui, portanto, um novo contexto de leitura de sua trajetória, no qual episódios anteriormente dispersos são reorganizados como sinais de pioneirismo, coragem, excelência e legado (Ricoeur, 2003).

Essa posição pode ser examinada também a partir da autodefinição discutida por Collins (2019). O poder do Jornal Nacional não se limita à capacidade de recordar a trajetória de Glória Maria; inclui a possibilidade de selecionar e definir os sentidos pelos quais essa trajetória será reconhecida. A emissora determina quais acontecimentos serão recuperados, quais falas participarão da homenagem, quais atributos serão reiterados e qual interpretação produzirá o encerramento da narrativa.

A questão “quem pode contar a história de Glória Maria?” deve ser acompanhada, portanto, por outra: em que medida Glória Maria permanece capaz de participar da definição de sua própria memória? A presença de sua imagem não responde automaticamente a essa pergunta. É necessário verificar se a montagem preserva falas nas quais ela interpreta a própria carreira, o pioneirismo, o racismo e sua posição como mulher negra no telejornalismo.

A condição do Jornal Nacional como guardião do arquivo e narrador da homenagem também lhe confere controle sobre o olhar dirigido à trajetória de Glória Maria. A instituição seleciona as imagens, organiza os depoimentos, determina a ordem dos acontecimentos e estabelece os atributos que orientarão sua lembrança pública. A análise precisa, portanto, distinguir a presença visual da jornalista da possibilidade de ela participar ativamente da interpretação de sua própria memória.

Essa questão aproxima-se do olhar opositor discutido por bell hooks. Conforme a passagem recuperada por Bastone, “o olhar tem sido e permanece, globalmente, um lugar de resistência para o povo negro colonizado” (hooks, 2019, p. 217 apud Bastone, 2022, p. 6). O olhar, nessa perspectiva, não corresponde somente ao ato de ver, mas à possibilidade de

questionar as imagens dominantes, recusar interpretações impostas e produzir outras formas de compreensão da realidade.

Aplicado ao obituário, esse conceito permite perguntar se Glória Maria permanece como sujeito que olha e interpreta ou se passa a ser exclusivamente olhada e definida pela instituição. Quando a montagem recupera falas, entrevistas e reportagens nas quais a jornalista interpreta sua experiência, sua voz participa da produção da memória. Quando predominam exclusivamente a narração institucional e os depoimentos de terceiros, a emissora assume maior controle sobre os sentidos atribuídos à sua trajetória.

A autoridade institucional do Jornal Nacional, entretanto, não encerra o problema da enunciação. É necessário examinar também como essa autoridade organiza as posições de quem narra e de quem é narrado. A contribuição de Djamila Ribeiro permite deslocar a análise da capacidade abstrata de falar para as condições sociais que determinam quais vozes são ouvidas, registradas e reconhecidas. A autora observa que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 37). Sob esse enfoque, interessa investigar se Glória Maria aparece apenas como objeto da homenagem institucional ou se sua própria voz participa da construção dos sentidos atribuídos à sua trajetória.

A interseccionalidade será utilizada como operador transversal da análise. A partir de Crenshaw (2002), a pesquisa não tratará raça e gênero como variáveis independentes ou características biográficas adicionais de Glória Maria, mas como eixos de poder cuja interação participa da produção de sua posição profissional e de sua representação no obituário. A análise procurará identificar se as categorias construídas pelo Jornal Nacional reconhecem essa interação ou se reduzem a experiência da jornalista a explicações exclusivamente raciais, exclusivamente femininas ou genericamente profissionais.

A aplicação da interseccionalidade também exige uma análise contextual. Crenshaw (2002, p. 182–183) sustenta que as consequências interativas do racismo e do sexismo somente podem ser identificadas quando se investigam as condições concretas nas quais essas formas de subordinação se encontram. Desse modo, as referências à raça, ao gênero, ao pioneirismo e à excelência profissional serão interpretadas em relação ao contexto histórico do telejornalismo, aos padrões de autoridade vigentes e às condições específicas de presença de mulheres negras nesse campo.

O obituário é produzido por uma instituição dotada de poder para selecionar imagens, testemunhos e acontecimentos. Essa posição confere ao *Jornal Nacional* a possibilidade de definir quais aspectos da jornalista serão preservados e quais interpretações adquirirão maior legitimidade. A análise, portanto, deve observar a tensão entre a voz institucional do telejornal e as formas pelas quais Glória Maria se apresenta, narra suas experiências e interpreta sua própria presença no jornalismo brasileiro.

Sob essa perspectiva, o obituário revela um movimento de dupla inscrição narrativa. Enquanto reconstrói a trajetória profissional de Glória Maria, o *Jornal Nacional* reorganiza também fragmentos de sua própria memória institucional. As imagens de arquivo utilizadas ao longo da reportagem, os depoimentos de jornalistas da emissora, as referências às coberturas históricas e a recuperação de momentos marcantes da televisão brasileira não apenas documentam a carreira da homenageada; reafirmam igualmente a identidade histórica do próprio telejornal. A narrativa sobre Glória Maria converte-se, assim, em uma narrativa sobre o lugar ocupado pelo *Jornal Nacional* na história do jornalismo brasileiro.

Esse aspecto torna-se particularmente evidente logo nos primeiros momentos da homenagem. Antes mesmo da apresentação cronológica da trajetória da jornalista, a narrativa estabelece uma atmosfera de excepcionalidade. O ritmo da edição desacelera, a condução vocal dos apresentadores modifica-se sensivelmente, a seleção musical rompe com o padrão cotidiano do noticiário e as imagens escolhidas evocam imediatamente uma dimensão memorial. Tais escolhas não possuem função meramente estética. Elas comunicam ao telespectador que a edição daquele dia ultrapassa a rotina informativa habitual e inaugura um tempo narrativo distinto, orientado não pela urgência da notícia, mas pela elaboração pública da memória.

Essa alteração narrativa aproxima-se da noção de liminaridade desenvolvida por Victor Turner (1974). Embora formulado para compreender rituais sociais, o conceito permite interpretar, por analogia, a forma como o *Jornal Nacional* suspende temporariamente sua lógica cotidiana para instaurar um espaço simbólico de despedida. O telejornal deixa de organizar acontecimentos em sequência cronológica para construir uma narrativa retrospectiva, na qual passado, presente e futuro articulam-se em torno da permanência de uma única personagem. A ruptura do cotidiano jornalístico marca o início do ritual institucional de memória.

Mais do que comunicar um falecimento, a narrativa estabelece as condições de legitimidade necessárias para aquilo que será desenvolvido ao longo da reportagem. O público é convidado a abandonar a expectativa de uma notícia convencional e a participar de uma interpretação institucional acerca da trajetória de Glória Maria. O que se inaugura naquele momento não é apenas uma homenagem, mas um processo de reorganização simbólica destinado a definir como essa trajetória será lembrada no interior da memória coletiva do telejornalismo brasileiro.

É precisamente essa posição institucional que distingue o obituário analisado nesta pesquisa de outras formas de homenagem pública. A autoridade narrativa do *Jornal Nacional* não decorre exclusivamente da qualidade técnica de sua produção audiovisual ou da relevância biográfica da personagem homenageada. Ela resulta da legitimidade historicamente construída pela instituição para produzir interpretações socialmente reconhecidas sobre acontecimentos e personagens que considera fundamentais para a história nacional. A narrativa analisada deve ser compreendida, portanto, como expressão desse poder simbólico.

Dessa forma, a primeira constatação empírica desta pesquisa confirma um dos pressupostos desenvolvidos ao longo do referencial teórico: a memória institucional não é produzida apenas pela recordação dos acontecimentos, mas pela autoridade daquele que os organiza narrativamente. Antes mesmo da representação de Glória Maria, observa-se a construção da legitimidade da própria instituição que conta sua história. Essa legitimidade constitui a condição de possibilidade para todos os processos analíticos que serão examinados nas seções seguintes.

5.2 O primeiro movimento narrativo: a ruptura do cotidiano e a inauguração do tempo da memória

A narrativa construída pelo *Jornal Nacional* inicia-se produzindo um deslocamento perceptível em relação à lógica cotidiana do telejornal. Antes mesmo que a trajetória profissional de Glória Maria seja apresentada, o programa promove uma alteração significativa em sua forma habitual de narrar os acontecimentos. O ritmo da apresentação desacelera, a condução vocal dos apresentadores torna-se mais contida, a montagem privilegia planos mais longos, a trilha sonora assume função emocional e as imagens de arquivo passam

a ocupar posição central na composição narrativa. Esses elementos, observados em conjunto, indicam que o telejornal abandona momentaneamente a temporalidade acelerada da notícia para instaurar um outro regime narrativo: o tempo da memória. A análise dos elementos audiovisuais também dialoga com Jodelet (2017, p. 33), que reconhece o caráter revelador das formas de expressão não linguísticas e a importância da articulação entre música, imagem, som, experiência e transmissão de estados emocionais na constituição dos modos de pensar.

Essa transformação não constitui apenas uma escolha estética. Ela desempenha função estruturante na narrativa do obituário, pois sinaliza ao telespectador que a edição rompe, ainda que provisoriamente, com o fluxo ordinário das notícias para dedicar-se à elaboração pública de uma perda considerada excepcional. O acontecimento deixa de ser tratado apenas como fato informativo e passa a ser construído como um marco simbólico da história do próprio telejornalismo brasileiro.

Sob a perspectiva de Paul Ricoeur (2010), toda narrativa reorganiza temporalmente a experiência humana, atribuindo coerência a acontecimentos que, na vida cotidiana, apresentam-se de forma fragmentada. No obituário analisado, essa reorganização inicia-se exatamente no instante em que o *Jornal Nacional* modifica sua temporalidade narrativa. A morte de Glória Maria não é apresentada apenas como o encerramento biológico de uma existência, mas como o ponto de partida para uma reconstrução narrativa capaz de conferir unidade a mais de cinco décadas de atuação profissional.

Essa operação torna-se ainda mais evidente quando observada à luz das reflexões de Victor Turner (1974) sobre os momentos liminares dos rituais sociais. Embora formulado originalmente para compreender cerimônias de passagem em diferentes culturas, o conceito de liminaridade oferece uma importante chave interpretativa para o fenômeno observado. O obituário cria uma suspensão provisória da rotina jornalística, instaurando um espaço simbólico no qual as categorias habituais do noticiário cedem lugar à elaboração coletiva da memória. Durante esse intervalo narrativo, a lógica da urgência é substituída pela lógica da permanência.

Essa ruptura manifesta-se também na seleção das primeiras imagens exibidas pelo telejornal. Em vez de privilegiar registros do falecimento ou informações factuais sobre as circunstâncias da morte, a narrativa imediatamente recupera imagens históricas da carreira de Glória Maria. A escolha revela que o centro da reportagem não reside no acontecimento

presente, mas na reconstrução do passado. O telejornal convida o espectador a recordar antes mesmo de informar plenamente. Tal inversão evidencia que a função primordial da narrativa não consiste em comunicar um fato novo, mas em organizar socialmente sua interpretação. As imagens de arquivo não possuem memória de maneira autônoma. Elas se tornam suportes memorialísticos quando são investidas de sentidos e mobilizadas por práticas de atualização. Assmann (2016, p. 118–119) observa que objetos, imagens, textos, ritos e arquivos podem desencadear e sustentar processos de memória quando são apropriados por indivíduos, grupos e instituições. No obituário, as imagens da carreira de Glória Maria são retiradas de seu contexto original e reinseridas em uma narrativa que lhes atribui nova função: testemunhar, sintetizar e transmitir sua importância histórica.

Do ponto de vista da Análise de Conteúdo, esse primeiro movimento narrativo revela um processo de **hierarquização simbólica**. Ao deslocar o foco da morte para a trajetória, o *Jornal Nacional* estabelece quais aspectos da experiência de Glória Maria serão considerados relevantes para a memória coletiva. O acontecimento biológico permanece como condição de existência da reportagem, mas deixa de ocupar sua centralidade discursiva. Em seu lugar emerge a narrativa da vida, cuidadosamente organizada para produzir reconhecimento e continuidade.

É importante observar que essa ruptura também produz efeitos sobre a posição ocupada pelo telespectador. O público deixa de ser convocado apenas como receptor de uma notícia e passa a integrar uma comunidade de memória. O compartilhamento simultâneo da homenagem, transmitida em rede nacional, transforma milhões de espectadores em participantes de um mesmo ritual institucional de despedida. Nesse sentido, o *Jornal Nacional* não apenas informa um acontecimento; ele organiza coletivamente a experiência do luto e da recordação.

Essa característica aproxima-se das reflexões de Jan Assmann (2016) acerca da memória cultural. Para o autor, determinadas instituições desempenham papel decisivo na preservação e transmissão de narrativas que ultrapassam a experiência individual, convertendo-se em referências para a coletividade. O telejornal, ao selecionar determinados episódios da carreira de Glória Maria e atribuir-lhes posição privilegiada na narrativa, atua precisamente como agente dessa institucionalização da memória. Não se trata apenas de recordar o passado, mas de definir quais lembranças permanecerão disponíveis para o futuro.

Sob essa perspectiva, o primeiro movimento narrativo do obituário desempenha função decisiva para toda a estrutura analisada nesta pesquisa. Antes de representar Glória Maria, o *Jornal Nacional* estabelece as condições simbólicas que tornam essa representação possível. A ruptura da rotina informativa inaugura um tempo narrativo distinto, orientado pela memória, pelo reconhecimento e pela permanência. É nesse espaço simbólico que os movimentos seguintes da narrativa poderão construir a jornalista como uma figura exemplar da história do telejornalismo brasileiro.

Assim, a análise desse primeiro momento confirma uma das hipóteses centrais deste trabalho: a memória institucional produzida pelo telejornalismo não se inicia na seleção de fatos biográficos, mas na própria transformação do regime narrativo que organiza esses fatos. Antes de contar quem foi Glória Maria, o *Jornal Nacional* modifica a forma de narrar. É essa alteração que inaugura o processo pelo qual uma trajetória individual começa a ser convertida em memória coletiva.

5.3 O segundo movimento narrativo: a reconstrução da trajetória e a produção da representação

Uma vez instaurado o tempo da memória, a narrativa do *Jornal Nacional* inicia um segundo movimento fundamental para a construção do obituário: a reorganização da trajetória profissional de Glória Maria. Esse processo não consiste na simples recuperação cronológica de acontecimentos biográficos, mas na elaboração de uma narrativa coerente capaz de atribuir unidade, sentido e permanência a uma carreira construída ao longo de mais de cinco décadas. O telejornal não procura contar toda a história da jornalista; procura construir uma interpretação sobre quem ela foi e sobre o significado de sua presença na história do telejornalismo brasileiro.

Essa distinção é decisiva para compreender o fenômeno investigado. Nenhuma narrativa consegue abarcar integralmente uma vida. Toda representação depende de escolhas, exclusões, hierarquizações e enquadramentos. O obituário, portanto, não reproduz a trajetória de Glória Maria; ele produz uma determinada leitura dessa trajetória. Sob a perspectiva construtivista de Hall (2016, p. 32–34), o obituário não funciona como reprodução transparente da trajetória de Glória Maria. A narrativa seleciona acontecimentos, imagens e

atributos, organizando-os em um sistema representacional por meio do qual a jornalista se torna culturalmente inteligível como pioneira, corajosa, competente e exemplar. A narrativa reconhece o pioneirismo de Glória Maria, mas é necessário examinar em que medida explicita as estruturas raciais que conferem significado a esse pioneirismo. Quando o racismo aparece apenas como adversidade pessoal vencida pela coragem, pelo talento ou pela perseverança, o problema coletivo tende a ser individualizado. À luz de Almeida (2019), essa operação enfraquece a compreensão estrutural das desigualdades, pois desloca a atenção do funcionamento das instituições para as qualidades extraordinárias do indivíduo que conseguiu sobreviver a elas.

Segundo Hall, representação não corresponde a um espelho da realidade, mas ao processo por meio do qual os significados são produzidos e compartilhados culturalmente. Representar implica selecionar determinados elementos da experiência e organizá-los segundo códigos capazes de produzir sentido para uma coletividade. Sob essa perspectiva, a narrativa construída pelo *Jornal Nacional* não apenas apresenta fatos sobre Glória Maria; ela produz uma imagem pública da jornalista, articulando diferentes acontecimentos em torno de atributos considerados fundamentais para sua identidade profissional.

A análise do corpus evidencia que essa representação é construída a partir de uma lógica de exemplaridade. Os episódios selecionados pelo telejornal privilegiam momentos capazes de sintetizar valores recorrentes ao longo da narrativa: pioneirismo, coragem, curiosidade intelectual, excelência profissional, sensibilidade diante das fontes e disposição para enfrentar desafios inéditos. A sucessão desses episódios produz um efeito narrativo específico: o telespectador deixa de acompanhar uma sequência de acontecimentos para reconhecer uma identidade coerente que parece atravessar toda a trajetória da jornalista.

A perspectiva de Altheide permite observar que essas escolhas são organizadas pelo formato televisivo. A narrativa estabelece uma sequência, distribui o tempo, associa locução e imagem e seleciona episódios capazes de condensar determinados significados. O pioneirismo, a coragem e a excelência não aparecem apenas como informações biográficas; tornam-se ênfases temáticas produzidas pela repetição e pela articulação de diferentes registros audiovisuais.

A análise deverá considerar, em cada segmento, o que é mostrado, quem é mostrado e o que as pessoas exibidas estão realizando. Também será observada a relação entre a

descrição verbal e a imagem: se ambas confirmam o mesmo atributo, se a imagem acrescenta novos sentidos ou se há alguma tensão entre o que a locução afirma e aquilo que o arquivo permite observar.

É importante observar que essa coerência não está dada na realidade empírica. Ela é produzida narrativamente. Conforme argumenta Paul Ricoeur (2010), a identidade narrativa resulta da organização temporal dos acontecimentos, permitindo que experiências dispersas adquiram unidade interpretativa. No obituário analisado, esse movimento torna-se evidente na forma como diferentes momentos históricos são aproximados para construir uma continuidade simbólica. Reportagens realizadas em décadas distintas passam a integrar uma única narrativa sobre coragem, pioneirismo e compromisso com o jornalismo.

Essa organização narrativa revela também um processo de condensação simbólica. Em poucos minutos, o *Jornal Nacional* sintetiza décadas de atuação profissional por meio de episódios considerados paradigmáticos. Coberturas internacionais, entrevistas exclusivas, viagens, desafios enfrentados e conquistas profissionais deixam de funcionar apenas como acontecimentos isolados para representar dimensões mais amplas da identidade construída pela narrativa. Cada imagem passa a significar mais do que registra visualmente; torna-se símbolo de uma característica atribuída à jornalista.

A produção dessa coerência precisa ser observada também à luz da crítica de Collins às imagens externamente definidas. O conceito de imagens de controle não será utilizado para classificar Glória Maria segundo os estereótipos específicos analisados pela autora no contexto estadunidense. Sua contribuição reside em demonstrar que as representações precisam ser examinadas em relação às estruturas de poder que determinam quem pode produzir, estabilizar e legitimar determinada definição sobre as mulheres negras.

A representação construída pelo obituário é predominantemente positiva. Entretanto, Collins (2019, p. digital 225–226) adverte que a simples substituição de imagens negativas por imagens positivas pode ser insuficiente quando a dinâmica de poder envolvida no processo de definição permanece inquestionada. Uma imagem positiva também pode reduzir a complexidade do sujeito quando organiza sua trajetória a partir de poucos atributos considerados exemplares.

No caso analisado, interessa verificar se o pioneirismo, a coragem e a excelência permitem compreender Glória Maria em sua complexidade ou se produzem uma figura

excessivamente harmoniosa, da qual conflitos, vulnerabilidades, enfrentamentos raciais e contradições institucionais são progressivamente retirados. A questão não consiste em contestar os elogios, mas em compreender os efeitos produzidos por sua organização narrativa.

A leitura proposta por Bastone (2022) permite aprofundar essa constatação. As imagens midiáticas não são relevantes apenas por aquilo que mostram, mas pelas posições subjetivas que tornam possíveis. Nesse sentido, a representação construída pelo obituário precisa ser examinada para além da oposição entre imagem positiva e imagem negativa. Pioneirismo, coragem e excelência são atributos positivos, mas sua organização também pode produzir uma imagem excessivamente coerente, na qual conflitos, enfrentamentos e contradições são reduzidos em favor da exemplaridade.

A positividade desses atributos não elimina a necessidade de uma leitura racialmente situada. À luz de Munanga (1999), interessa verificar se a representação reconhece a especificidade histórica da trajetória de uma mulher negra ou se reorganiza Glória Maria como uma figura profissional aparentemente universal, separada das estruturas raciais que condicionaram sua experiência.

A narrativa da excelência pode produzir dois efeitos simultâneos. De um lado, rompe com imagens historicamente inferiorizadas ao reconhecer uma mulher negra como referência de competência e autoridade. De outro, pode individualizar sua conquista e sugerir que o êxito depende prioritariamente da capacidade de superação pessoal. O reconhecimento da excelência deve, portanto, ser articulado à compreensão das condições estruturais que tornaram sua presença excepcional.

A questão central não consiste em negar o caráter positivo da homenagem, mas em verificar se ela reconhece Glória Maria em sua complexidade. Uma representação contra-hegemônica não depende apenas da exaltação de sua competência; exige que a jornalista seja reconhecida como sujeito histórico, cuja experiência profissional foi atravessada por relações raciais, disputas institucionais e formas próprias de interpretar o mundo.

A seleção desses episódios evidencia ainda outro aspecto importante. A narrativa privilegia acontecimentos que reforçam a dimensão pública da carreira de Glória Maria, enquanto aspectos da vida privada aparecem de maneira significativamente mais discreta. Essa escolha não decorre apenas das convenções do gênero jornalístico. Ela participa da construção de uma representação institucional voltada à valorização do legado profissional da homenageada. A jornalista é apresentada, antes de tudo, como personagem da história do telejornalismo brasileiro.

Essa representação dialoga diretamente com o conceito de representações sociais desenvolvido por Serge Moscovici (1978) e aprofundado por Denise Jodelet (2001). Ao organizar determinados atributos de forma recorrente, o obituário contribui para transformar essas características em conhecimentos socialmente compartilhados sobre Glória Maria. O pioneirismo, a coragem e a excelência deixam de constituir apenas descrições presentes na reportagem para converter-se em referências coletivamente reconhecidas acerca de sua identidade profissional.

É justamente nesse processo que se observa uma das operações mais sofisticadas da narrativa analisada. O *Jornal Nacional* não procura convencer explicitamente o público de que Glória Maria foi uma jornalista extraordinária. Em vez disso, organiza imagens, depoimentos, arquivos e acontecimentos de modo que essa conclusão pareça emergir naturalmente da própria trajetória apresentada. Trata-se de um procedimento narrativo de elevada eficácia simbólica, pois transforma interpretações institucionais em percepções aparentemente evidentes para o espectador. A força das classificações mobilizadas pelo obituário não está exclusivamente em seu conteúdo verbal. Bourdieu observa que o poder das palavras depende da crença na legitimidade daquele que as pronuncia e da posição social ocupada pelo agente da enunciação. Uma mesma homenagem produzida por diferentes sujeitos ou instituições não teria necessariamente a mesma eficácia. No caso analisado, o *Jornal Nacional* fala a partir da posição de telejornal no qual Glória Maria construiu parte significativa de sua trajetória e de instituição reconhecida no campo jornalístico brasileiro. Essa posição confere peso particular ao reconhecimento produzido pela narrativa (Bourdieu, 2003, p. 14–15).

Sob essa perspectiva, a representação construída pelo obituário ultrapassa a função descritiva tradicionalmente atribuída ao jornalismo. Ela produz uma identidade pública destinada à permanência. A narrativa seleciona aquilo que será lembrado, organiza esses

elementos em torno de valores específicos e oferece ao público uma interpretação legitimada da trajetória de Glória Maria. A jornalista deixa de aparecer apenas como protagonista de sua própria história para converter-se em personagem exemplar da história do telejornalismo brasileiro.

Entretanto, essa representação ainda não constitui, por si só, memória institucional. Para que essa transformação ocorra, torna-se necessário outro movimento narrativo: a atribuição de legitimidade por parte da própria instituição responsável pela homenagem. É precisamente essa operação que será examinada na próxima seção, dedicada ao reconhecimento institucional produzido pelo *Jornal Nacional*.

A reconstrução narrativa também deve ser examinada a partir da distribuição das vozes no obituário. Quando a própria Glória Maria aparece em entrevistas, reportagens ou depoimentos recuperados do arquivo, a narrativa abre espaço para formas de autodefinição. Quando sua trajetória é explicada exclusivamente por apresentadores, colegas ou pela voz institucional do telejornal, ela é predominantemente constituída como objeto da homenagem. Essa distinção dialoga com Ribeiro (2017), para quem a disputa por lugar de fala envolve justamente a possibilidade de grupos historicamente desautorizados serem reconhecidos como sujeitos de suas experiências e de seus conhecimentos.

5.4 O terceiro movimento narrativo: o reconhecimento institucional e a legitimação da memória

Se o primeiro movimento narrativo do obituário consiste na ruptura da temporalidade cotidiana e o segundo organiza simbolicamente a trajetória de Glória Maria por meio da representação, o terceiro movimento aprofunda essa construção ao conferir legitimidade institucional à narrativa produzida. Não basta representar uma trajetória; é necessário fazê-la reconhecer socialmente como exemplar. Nesse sentido, o *Jornal Nacional* mobiliza diferentes recursos discursivos e audiovisuais para transformar uma representação em uma memória legitimada.

Esse processo manifesta-se na escolha das vozes autorizadas que participam da homenagem. Depoimentos de colegas, jornalistas, apresentadores e profissionais que

compartilharam momentos da carreira de Glória Maria cumprem uma função que ultrapassa o testemunho afetivo. Eles atuam como mecanismos de autenticação da narrativa.

A escolha dessas vozes deve ser confrontada com a participação da própria voz de Glória Maria. A partir de Collins (2019), importa distinguir a existência de testemunhos sobre a jornalista da presença de enunciados nos quais ela própria interpreta sua trajetória. Colegas podem autenticar sua relevância profissional, mas a autodefinição depende da preservação de momentos nos quais Glória formula sentidos sobre sua experiência.

A montagem continuará sob controle institucional mesmo quando utiliza declarações da jornalista. Ainda assim, a inclusão de sua voz produz uma diferença analítica importante: Glória deixa de aparecer exclusivamente como objeto da memória construída por terceiros e permanece, ainda que parcialmente, como sujeito discursivo de sua própria história.

A seleção dessas vozes precisa ser confrontada com a presença da própria voz de Glória Maria. Bastone (2022) destaca que, no pensamento de bell hooks, a luta pela representação envolve a transformação de pessoas negras em agentes de suas próprias histórias. Assim, interessa verificar se os depoimentos e a narração institucional apenas definem a jornalista ou se as imagens de arquivo preservam momentos em que ela própria interpreta sua carreira, sua identidade racial e sua experiência no telejornalismo.

A presença de sua voz não elimina o controle institucional da montagem, mas introduz uma tensão importante. Glória deixa de aparecer somente como objeto da lembrança produzida por terceiros e permanece, ainda que parcialmente, como sujeito discursivo de sua memória. Cada fala reforça a interpretação construída pelo telejornal, produzindo um efeito de consenso em torno da relevância histórica da jornalista. A interpretação não se restringe ao comentário verbal dos apresentadores. Ela atravessa toda a construção do obituário: está presente na seleção dos arquivos, no recorte temporal, na escolha dos depoimentos, na montagem das imagens e na hierarquia dos acontecimentos. Como observa Ricoeur, a interpretação opera em todos os níveis de reconstrução do passado (Ricoeur, 2003).

As recordações são, por assim dizer, narrativas e as narrativas são necessariamente seletivas. Se somos incapazes de nos lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar; a ideia de narrativa exaustiva é uma perfeita insensatez. (Ricoeur, 2003, p. 2).

Pierre Bourdieu (1989) demonstra que o poder simbólico depende da capacidade de determinados agentes ou instituições fazerem com que suas interpretações sejam reconhecidas como legítimas. Essa legitimidade não deriva exclusivamente do conteúdo do discurso, mas da posição ocupada por quem o enuncia. No obituário analisado, essa lógica torna-se evidente. As vozes selecionadas não aparecem apenas porque conviveram com Glória Maria; aparecem porque representam instituições, trajetórias e lugares de prestígio no campo jornalístico brasileiro. A autoridade de seus testemunhos reforça a autoridade da própria narrativa. Os depoimentos incorporados ao obituário exercem uma função testemunhal. Para Ricoeur, o testemunho prolonga a memória por meio da narrativa e se sustenta em uma relação de confiança entre aquele que afirma ter presenciado algo e aquele que recebe sua palavra. No obituário, colegas, familiares e profissionais funcionam como testemunhas da trajetória de Glória Maria, conferindo credibilidade afetiva e institucional aos atributos selecionados pela narrativa (Ricoeur, 2003).

A ênfase na dimensão afetiva da jornalista também deve ser examinada em relação às expectativas de gênero. É necessário verificar se os atributos de cuidado, sensibilidade, maternidade e proximidade emocional são mobilizados de maneira distinta daquela utilizada para homenagear profissionais homens. A abordagem interseccional não pressupõe antecipadamente que a afetividade seja uma forma de subordinação, mas permite perguntar como raça e gênero participam da escolha e da organização desses atributos.

É importante observar que esse reconhecimento não ocorre apenas por meio da linguagem verbal. A montagem audiovisual exerce papel igualmente decisivo. Imagens históricas da jornalista em grandes coberturas internacionais, entrevistas exclusivas, reportagens marcantes e momentos emblemáticos de sua carreira são organizadas em uma sequência que evidencia continuidade e excepcionalidade. O efeito produzido não é apenas informativo. A edição constrói uma memória visual que reafirma permanentemente a relevância da personagem homenageada. A narrativa televisiva torna a trajetória legível ao organizar décadas de atuação em uma sequência coerente de acontecimentos e atributos. Essa legibilidade, contudo, não é neutra. Ricoeur adverte que a configuração narrativa pode conferir visibilidade aos acontecimentos em detrimento da complexidade e da opacidade do passado. Assim, a coerência produzida pelo obituário também deve ser examinada a partir das

tensões, ambiguidades e experiências que ela simplifica ou deixa fora de cena (Ricoeur, 2003).

Sob a perspectiva de Stuart Hall (2016), essa operação corresponde à estabilização dos significados. A representação inicialmente construída pela narrativa passa a adquirir aparência de evidência socialmente compartilhada. O espectador não é conduzido apenas a conhecer determinados episódios da carreira de Glória Maria, mas a reconhecê-los como provas de sua importância histórica. A narrativa transforma interpretações em referências aparentemente incontestáveis.

Essa dinâmica aproxima-se igualmente das contribuições de Denise Jodelet (2001) acerca das representações sociais. Segundo a autora, determinados conhecimentos tornam-se socialmente compartilhados quando circulam de maneira reiterada por instituições capazes de conferir-lhes legitimidade. No caso analisado, o *Jornal Nacional* atua precisamente como uma dessas instituições. A repetição de atributos como pioneirismo, coragem, competência e inovação favorece sua incorporação ao repertório coletivo por meio do qual a jornalista passa a ser lembrada.

Entretanto, a análise do corpus revela um aspecto ainda mais significativo. O reconhecimento produzido pelo telejornal não se limita à valorização da trajetória individual de Glória Maria. Ele opera simultaneamente em duas direções. Ao reconhecer a jornalista como figura fundamental da história da televisão brasileira, o *Jornal Nacional* reafirma também sua própria posição como espaço de excelência do jornalismo nacional. A homenagem produz um movimento de legitimação recíproca: a trajetória de Glória Maria fortalece simbolicamente a identidade institucional do telejornal, enquanto a autoridade histórica do *Jornal Nacional* amplia o reconhecimento atribuído à jornalista.

Essa relação pode ser observada na recorrente associação entre momentos decisivos da carreira de Glória Maria e acontecimentos marcantes da história da própria emissora. A narrativa estabelece uma sobreposição entre memória individual e memória institucional, fazendo com que ambas se reforcem mutuamente. A jornalista aparece como protagonista de reportagens históricas; o telejornal apresenta-se como cenário privilegiado dessas realizações. Assim, recordar Glória Maria significa, simultaneamente, recordar uma determinada ideia de jornalismo construída pelo próprio *Jornal Nacional*.

Essa dupla legitimação constitui um dos principais achados desta pesquisa. A narrativa não apenas homenageia uma jornalista extraordinária; ela reafirma publicamente os valores que a instituição deseja associar à sua própria identidade: credibilidade, compromisso com a informação, excelência técnica, coragem diante dos acontecimentos e capacidade de produzir jornalismo de alcance internacional. A memória da personagem converte-se, portanto, em um recurso de reafirmação da memória institucional.

É justamente nesse ponto que a categoria analítica proposta por esta pesquisa começa a ganhar consistência empírica. O reconhecimento institucional observado no corpus não representa um fim em si mesmo. Ele constitui uma etapa intermediária de um processo narrativo mais amplo, orientado para transformar uma trajetória profissional em referência permanente da história do telejornalismo brasileiro. A legitimidade conferida pela instituição prepara as condições simbólicas para que a memória produzida deixe de ser apenas lembrança e passe a integrar o patrimônio compartilhado da profissão.

Dessa forma, a análise demonstra que o reconhecimento institucional constitui um mecanismo indispensável para a produção da memória no telejornalismo. Não basta selecionar acontecimentos ou construir representações coerentes. É necessário que essas representações sejam legitimadas por uma instituição cuja autoridade seja reconhecida socialmente. O *Jornal Nacional* realiza exatamente essa operação, transformando a homenagem a Glória Maria em um ato público de validação histórica de sua trajetória.

A etapa seguinte desse percurso narrativo consistirá em compreender como essa legitimidade ultrapassa o reconhecimento imediato para produzir permanência histórica. Em outras palavras, será necessário investigar como a narrativa transforma a jornalista em patrimônio simbólico do telejornalismo brasileiro, consolidando o processo que esta pesquisa interpreta como um movimento de institucionalização da memória.

5.5 O quarto movimento narrativo: da memória à patrimonialização da trajetória

Até este ponto da análise demonstrou-se que o *Jornal Nacional* organiza simbolicamente a trajetória de Glória Maria por meio de sucessivos movimentos narrativos que envolvem a ruptura da temporalidade cotidiana, a construção de uma representação coerente e a legitimação institucional dessa representação. Entretanto, a memória produzida

pelo telejornal ainda não se encontra plenamente consolidada. O reconhecimento público de uma trajetória, por si só, não garante sua permanência histórica. Para que isso ocorra, torna-se necessário um processo adicional, capaz de transformar uma experiência individual em um bem simbólico compartilhado por toda uma coletividade. É justamente essa transformação que esta pesquisa compreende como patrimonialização da memória.

O termo patrimonialização é utilizado, neste trabalho, para designar o processo por meio do qual determinados sujeitos, acontecimentos ou narrativas deixam de ser percebidos apenas como experiências individuais e passam a integrar um repertório simbólico considerado fundamental para a identidade de um grupo, de uma instituição ou de um campo profissional. Trata-se, portanto, de uma operação social de atribuição de valor, na qual a memória deixa de pertencer exclusivamente ao sujeito homenageado para tornar-se patrimônio coletivo.

A patrimonialização observada no obituário aproxima-se da lógica dos lugares de memória formulada por Nora. Para o autor, esses lugares apresentam, simultaneamente e em graus distintos, dimensões materiais, simbólicas e funcionais (Nora, 1993, p. 21–22). No caso analisado, a dimensão material encontra-se nos arquivos audiovisuais, nas imagens preservadas e na própria edição televisiva; a dimensão simbólica manifesta-se nos aplausos, no silêncio, nos elogios e na apresentação de Glória Maria como figura exemplar; a dimensão funcional corresponde à capacidade da narrativa de conservar, atualizar e transmitir sua trajetória como referência para a memória institucional do telejornalismo brasileiro. A edição também revela aquilo que Nora denomina “vontade de memória” (1993, p. 22). O *Jornal Nacional* não apenas dispõe de registros históricos da jornalista: seleciona-os, reorganiza-os e os apresenta por meio de uma homenagem deliberadamente voltada à preservação. É essa intenção memorial que permite interpretar o obituário como um dispositivo institucional de patrimonialização.

No caso analisado, o *Jornal Nacional* realiza precisamente esse movimento. A narrativa não apenas relembra reportagens produzidas por Glória Maria ou episódios marcantes de sua carreira. Ela reorganiza esses acontecimentos de maneira a demonstrar que sua trajetória ultrapassa os limites da experiência individual e passa a representar uma parte constitutiva da própria história do telejornalismo brasileiro. A jornalista deixa de ser apresentada apenas como protagonista de grandes coberturas para converter-se em uma referência permanente da profissão.

Jan Assmann (2016) contribui para aprofundar essa interpretação ao distinguir a memória comunicativa da memória cultural. A primeira permanece vinculada às interações cotidianas, às experiências compartilhadas e aos relatos das gerações que mantêm contato direto com determinado passado. A segunda encontra-se exteriorizada e objetivada em formas simbólicas relativamente estáveis, cuja preservação e transmissão dependem de instituições. Nesse sentido, “a memória cultural é um tipo de instituição” (Assmann, 2016, p. 118).

O obituário realiza uma transição entre essas duas formas de memória. Os depoimentos dos colegas, as lembranças afetivas e as experiências de convivência pertencem inicialmente ao domínio da memória comunicativa. Entretanto, ao serem selecionados, editados e integrados a uma narrativa audiovisual formalizada, esses conteúdos deixam de circular apenas entre aqueles que conviveram com Glória Maria. Passam a constituir um registro institucional, preservado no arquivo da emissora e transmissível a públicos futuros.

A análise das vozes presentes precisa ser acompanhada pela observação das vozes ausentes. Ribeiro (2017, p. 36–37) demonstra que a exclusão de grupos subalternizados dos meios de comunicação produz não apenas invisibilidade física, mas também a ausência de seus saberes e perspectivas nos espaços de legitimação pública. No obituário, torna-se necessário verificar se a experiência racial de Glória Maria é narrada por ela mesma, interpretada por terceiros ou reduzida a uma referência genérica ao pioneirismo.

Essa passagem é decisiva para a patrimonialização da trajetória. O Jornal Nacional não apenas reúne lembranças já existentes, mas as reorganiza, seleciona e incorpora a uma estrutura simbólica destinada à permanência. O arquivo audiovisual, os depoimentos, os marcos profissionais e o ritual dos aplausos formam um conjunto por meio do qual a experiência individual de Glória Maria é transformada em referência para a memória cultural do telejornalismo brasileiro. Os aplausos também exercem uma função identitária. Assmann afirma que lembrar constitui uma realização de pertencimento e sintetiza essa relação ao declarar que “uma pessoa tem que lembrar para pertencer” (2016, p. 122). Ao participarem coletivamente do ritual, os profissionais do Jornal Nacional afirmam Glória Maria como integrante de sua comunidade e reconhecem sua trajetória como parte da história compartilhada da instituição.

Assmann (2016, p. 126) identifica precisamente a possibilidade de transição entre a memória autobiográfica e comunicativa e a memória cultural, bem como o cruzamento entre

formas corporificadas e formas midiaticizadas de memória. No corpus analisado, esse cruzamento ocorre quando as lembranças vividas por colegas e familiares são incorporadas a uma narrativa televisiva institucional, formalmente organizada e preservada para além do momento da morte.

Sob essa perspectiva, o *Jornal Nacional* atua como uma dessas instituições. Seu obituário não apenas comunica uma perda recente, mas produz um registro destinado a permanecer como referência futura sobre quem foi Glória Maria. A reportagem converte-se em um documento institucional que organiza uma versão legitimada de sua trajetória para as gerações presentes e futuras. O telejornal deixa de apenas informar a morte; passa a administrar simbolicamente o legado.

Essa administração do legado torna-se visível na própria estrutura narrativa da homenagem. As escolhas editoriais privilegiam episódios capazes de sintetizar valores considerados permanentes: pioneirismo, coragem, competência, sensibilidade e compromisso ético com o jornalismo. Tais características não aparecem apenas como qualidades individuais. Elas são apresentadas como elementos constitutivos de uma determinada ideia de excelência profissional. O legado de Glória Maria passa, assim, a funcionar como parâmetro para compreender o que significa exercer o telejornalismo em seu mais alto nível.

É importante observar que esse processo ultrapassa a valorização biográfica da jornalista. Ao patrimonializar sua trajetória, o *Jornal Nacional* reafirma também quais valores considera dignos de preservação na memória institucional da profissão. O patrimônio construído não pertence apenas à personagem homenageada. Ele integra igualmente a identidade simbólica da própria instituição. A memória de Glória Maria transforma-se em um dos elementos por meio dos quais o telejornal reafirma sua história, seus princípios e sua posição no campo jornalístico.

Essa relação revela uma característica particularmente relevante para os estudos da memória institucional. O patrimônio produzido pela narrativa não é um objeto estático. Ele resulta de um processo permanente de seleção, organização e legitimação realizado por instituições socialmente reconhecidas. O obituário constitui um dos momentos em que esse processo se torna mais visível, pois explicita os critérios pelos quais determinadas trajetórias são incorporadas ao repertório simbólico da profissão.

Do ponto de vista desta pesquisa, esse movimento representa um estágio decisivo da produção da memória institucional. A representação organiza sentidos; o reconhecimento atribui legitimidade; a patrimonialização assegura permanência. É somente a partir dessa sequência que uma trajetória individual pode ultrapassar sua dimensão biográfica e tornar-se parte da história coletiva do telejornalismo brasileiro.

Entretanto, a análise do corpus indica que a narrativa do *Jornal Nacional* realiza ainda uma operação simbólica adicional. A jornalista não apenas passa a integrar esse patrimônio institucional; ela é apresentada como uma figura cuja trajetória adquire caráter paradigmático para o próprio campo jornalístico. Sua história deixa de funcionar apenas como memória preservada e transforma-se em modelo de excelência profissional. É justamente essa passagem — da patrimonialização para a exemplaridade — que conduz à última etapa do percurso interpretativo desenvolvido nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscou-se compreender como o *Jornal Nacional* construiu a narrativa de despedida de Glória Maria e quais processos comunicacionais estavam implicados nessa construção. A investigação partiu da percepção de que o obituário televisivo constitui um objeto privilegiado para os estudos do telejornalismo, por reunir, em um mesmo acontecimento narrativo, elementos relacionados à memória, à representação, ao reconhecimento institucional e à produção de sentidos socialmente compartilhados. Mais do que comunicar a morte de uma personalidade pública, o obituário reorganiza simbolicamente uma trajetória profissional, atribuindo-lhe permanência histórica diante da coletividade.

A questão central que orientou esta pesquisa consistiu em compreender de que maneira o telejornalismo transforma trajetórias individuais em referências da memória institucional. Para responder a essa pergunta, adotou-se como estudo de caso o obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em homenagem à jornalista Glória Maria, figura cuja trajetória reúne elementos particularmente significativos para a história da televisão brasileira, para a representação da população negra nos meios de comunicação e para a própria constituição do telejornalismo contemporâneo.

A análise realizada permitiu demonstrar que a narrativa construída pelo *Jornal Nacional* ultrapassa a função tradicionalmente atribuída aos obituários. O telejornal não apenas comunica um falecimento nem apenas homenageia uma profissional reconhecida. Ele seleciona acontecimentos, reorganiza temporalmente uma trajetória, atribui significados específicos a essa trajetória, legitima tais significados por meio de sua autoridade institucional e os apresenta como parte da memória coletiva do jornalismo brasileiro. O objeto empírico revelou, portanto, que o obituário constitui um dispositivo de institucionalização da memória, capaz de transformar uma experiência individual em patrimônio simbólico da profissão.

Esse resultado confirma a hipótese inicialmente formulada pela pesquisa. Ao longo da análise observou-se que a memória produzida pelo telejornalismo não decorre naturalmente da importância histórica dos sujeitos retratados. Ela resulta de um processo narrativo cuidadosamente organizado por instituições dotadas de elevada legitimidade social. Nesse processo, a seleção dos acontecimentos, a organização da narrativa, a escolha das imagens, a participação de vozes autorizadas e a construção audiovisual da homenagem atuam conjuntamente para produzir uma interpretação institucional acerca do significado daquela

trajetória para a história do campo jornalístico. Na concepção ampliada utilizada por Hall, a linguagem não se limita às palavras escritas ou faladas. Sons, imagens, gestos, expressões corporais, objetos e recursos televisivos podem funcionar como sistemas representacionais quando são utilizados para produzir e comunicar sentidos (Hall, 2016, p. 23–24).

A investigação evidenciou ainda que a autoridade narrativa do *Jornal Nacional* desempenha papel decisivo nessa operação. O reconhecimento social acumulado pelo telejornal ao longo de décadas confere legitimidade às interpretações que produz sobre personagens considerados fundamentais para a história da televisão brasileira. Assim, a narrativa analisada não representa apenas uma lembrança afetiva da jornalista, mas um ato institucional de reconhecimento, por meio do qual a própria profissão reafirma determinados valores considerados constitutivos de sua identidade histórica.

Nesse sentido, verificou-se que a trajetória de Glória Maria deixa de ser apresentada apenas como uma sucessão de acontecimentos biográficos para assumir a condição de referência exemplar do telejornalismo brasileiro. A jornalista passa a simbolizar atributos como pioneirismo, coragem, excelência profissional, curiosidade intelectual e compromisso com a informação. Esses valores são reiteradamente articulados ao longo da narrativa, produzindo uma imagem pública destinada à permanência e à transmissão para as gerações futuras. A perspectiva interseccional demonstrou que a relevância histórica de Glória Maria não pode ser explicada pela análise isolada da raça ou do gênero. Sua posição no telejornalismo foi produzida pela interação entre diferentes estruturas de poder, que condicionaram simultaneamente sua visibilidade, sua autoridade profissional e as exigências impostas à sua permanência. A análise do obituário mostrou ainda a necessidade de observar se a homenagem reconhece essa experiência específica ou se a reorganiza por meio de categorias universais que reduzem a complexidade de sua trajetória como mulher negra.

A contribuição de Kabengele Munanga permitiu situar esse reconhecimento no contexto particular das relações raciais brasileiras. O mito da democracia racial e o ideal do branqueamento contribuíram historicamente para suavizar os conflitos, transformar desigualdades em aparentes diferenças individuais e apresentar a ascensão de determinados sujeitos negros como evidência de integração social.

A trajetória de Glória Maria contraria as imagens historicamente associadas à inferiorização da população negra e amplia as possibilidades de reconhecimento de mulheres

negras no espaço público. Entretanto, sua conquista individual não pode ser transformada em prova de que as barreiras raciais tenham desaparecido. Sua excepcionalidade revela simultaneamente uma ruptura e a estrutura que tornou essa ruptura necessária.

A canonização midiática produzida pelo Jornal Nacional manifesta essa ambivalência. Ao incorporar Glória Maria ao patrimônio simbólico do telejornalismo, a instituição reconhece oficialmente a importância histórica de uma mulher negra. Ao mesmo tempo, administra os sentidos dessa incorporação e pode reorganizar sua identidade segundo uma narrativa universal de excelência profissional. A memória construída situa-se, portanto, entre reconhecimento, assimilação institucional e permanência das desigualdades raciais.

A síntese interpretativa também precisa considerar a disputa racial pelas imagens e pela memória. A partir do pensamento de bell hooks, Bastone (2022) relaciona o olhar crítico das mulheres negras à produção de uma contramemória, por meio da qual experiências historicamente marginalizadas são recuperadas para interpretar o presente e produzir novas possibilidades de futuro. A contramemória não representa simplesmente uma negação da memória institucional, mas uma leitura que evidencia aquilo que as narrativas dominantes omitiram, subordinaram ou naturalizaram.

Sob essa perspectiva, a canonização midiática de Glória Maria pode ser compreendida em uma tensão entre memória institucional e contramemória negra. O Jornal Nacional incorpora a jornalista à história oficial do telejornalismo brasileiro, conferindo-lhe reconhecimento e permanência. Entretanto, uma leitura crítica deve verificar se essa incorporação preserva o significado racial de sua trajetória ou se transforma sua presença em exemplo universal de excelência, afastado das estruturas que tornaram seu pioneirismo necessário.

A análise da representação, orientada pelo pensamento de bell hooks e pela leitura desenvolvida por Bastone (2022), demonstrou ainda que visibilidade e autonomia representacional não constituem fenômenos equivalentes. O obituário coloca Glória Maria no centro da narrativa, mas os sentidos atribuídos à sua trajetória permanecem organizados pela autoridade institucional do Jornal Nacional. Por essa razão, tornou-se necessário observar não apenas a quantidade ou o caráter positivo das imagens utilizadas, mas as posições de fala, de olhar e de interpretação possibilitadas por elas.

Ao recuperar imagens nas quais Glória Maria narra acontecimentos, entrevista sujeitos e interpreta experiências, o obituário preserva parcialmente sua posição como produtora do conhecimento jornalístico. Ao mesmo tempo, a seleção, a montagem e a legitimação final dessas imagens permanecem sob controle da instituição. A análise demonstrou, portanto, que o *Jornal Nacional* não apenas preserva a memória de Glória Maria. Ao narrar sua trajetória, o telejornal participa ativamente da construção da memória institucional do próprio jornalismo brasileiro, reafirmando publicamente quais personagens, acontecimentos e valores considera dignos de permanecer na história da profissão. Na abordagem discursiva, a análise não se limita à forma como a linguagem produz sentidos. Interessa também compreender como os discursos se relacionam com o poder, produzem conhecimentos, regulam práticas e participam da construção de identidades e subjetividades (Hall, 2016, p. 26–27).

Para além da análise do caso específico de Glória Maria, esta pesquisa buscou contribuir para a compreensão de um fenômeno mais amplo: a atuação do telejornalismo como agente de institucionalização da memória. Ao investigar a narrativa construída pelo *Jornal Nacional*, tornou-se possível observar que o obituário televisivo não se limita à comunicação do falecimento de figuras públicas, mas desempenha uma função simbólica de elevada relevância para o próprio campo jornalístico. A homenagem transforma-se em um espaço de reorganização narrativa, no qual trajetórias individuais passam a integrar a memória institucional da profissão.

A principal contribuição deste trabalho consiste em evidenciar que esse processo pode ser compreendido como uma sucessão articulada de operações narrativas. A análise permitiu identificar que a narrativa do obituário organiza-se por meio da seleção de acontecimentos, da construção de representações, da produção de reconhecimento institucional, da legitimação simbólica dessas representações e de sua posterior patrimonialização. Essas operações não aparecem de forma isolada; articulam-se continuamente na produção de uma memória institucional compartilhada. A patrimonialização da trajetória depende de uma operação de legitimação. Não basta que os acontecimentos sejam recordados; é necessário que sejam reconhecidos como significativos por agentes dotados de autoridade no campo. Ao selecionar imagens, recuperar marcos profissionais e apresentá-los como constitutivos da história da televisão, o *Jornal Nacional* utiliza seu poder simbólico para integrar Glória Maria ao repertório legítimo de referências do telejornalismo brasileiro.

Nesse sentido, a pesquisa propõe um **modelo interpretativo** para compreender como narrativas de despedida produzidas pelo telejornalismo institucionalizam determinadas memórias profissionais. O modelo não pretende substituir categorias consolidadas da literatura nem estabelecer uma teoria geral sobre os meios de comunicação. Seu objetivo é organizar, para fins analíticos, diferentes contribuições já presentes nos estudos sobre representação, memória, narrativa, poder simbólico e patrimônio cultural, demonstrando como elas podem ser articuladas na interpretação de um mesmo fenômeno comunicacional. A análise confirmou a perspectiva construtivista de Hall (2016), segundo a qual a representação não reproduz passivamente os sujeitos, mas participa da produção dos sentidos pelos quais eles passam a ser socialmente reconhecidos.

Ao longo da investigação verificou-se que Stuart Hall oferece instrumentos para compreender a produção dos significados atribuídos à trajetória de Glória Maria; Denise Jodelet e Serge Moscovici permitem interpretar a circulação social desses significados; Pierre Bourdieu explica como determinadas instituições adquirem legitimidade para produzir interpretações reconhecidas coletivamente; Paul Ricoeur evidencia o papel da narrativa na organização temporal das experiências; Pierre Nora permite compreender a necessidade de suportes, rituais e práticas deliberadas de preservação quando a memória já não circula de maneira espontânea; Jan Assmann, por sua vez, esclarece os processos institucionais por meio dos quais determinados conteúdos são incorporados e transmitidos como memória cultural. A contribuição desta pesquisa não reside na substituição dessas perspectivas, mas na articulação entre elas para interpretar um objeto ainda pouco explorado pelos estudos do telejornalismo.

A utilização dessa categoria mostrou-se particularmente adequada ao caso de Glória Maria. A narrativa construída pelo *Jornal Nacional* evidencia um movimento no qual a jornalista deixa de ocupar apenas o lugar de personagem homenageada para assumir a condição de referência histórica do telejornalismo brasileiro. Sua trajetória passa a simbolizar valores que a instituição considera constitutivos de sua própria identidade, como pioneirismo, compromisso ético, excelência profissional, coragem e curiosidade diante do mundo. A homenagem transforma-se, assim, em um processo de reafirmação simultânea da memória da jornalista e da memória da própria instituição que a homenageia.

Pierre Nora permitiu compreender a necessidade de suportes, rituais e práticas deliberadas de preservação quando a memória já não circula espontaneamente. Jan Assmann, por sua vez, forneceu instrumentos para interpretar a passagem entre as lembranças

comunicativas das gerações vivas e uma memória cultural exteriorizada, institucionalmente preservada e transmissível ao longo do tempo.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à articulação entre memória e relações raciais. A análise permitiu demonstrar que o reconhecimento institucional atribuído a Glória Maria não pode ser compreendido apenas sob a perspectiva da excelência profissional. Sua presença histórica em um espaço tradicionalmente marcado pela baixa representatividade de profissionais negros confere à narrativa um significado adicional. A memória construída pelo telejornal incorpora, ainda que de forma nem sempre explicitada, a dimensão histórica de sua trajetória enquanto mulher negra que rompeu barreiras estruturais no jornalismo televisivo brasileiro. Essa constatação amplia o diálogo da pesquisa com os estudos sobre representação racial e diversidade na mídia.

As contribuições de Patricia Hill Collins permitiram demonstrar que visibilidade, reconhecimento e autodefinição não são fenômenos equivalentes. O obituário coloca Glória Maria no centro da homenagem, mas os sentidos de sua trajetória permanecem organizados pela autoridade narrativa do Jornal Nacional. A presença de falas e imagens nas quais a jornalista interpreta sua própria experiência preserva parcialmente sua posição como sujeito do conhecimento; ao mesmo tempo, a seleção e a montagem dessas falas continuam sob controle institucional.

Collins também possibilitou problematizar os limites da excepcionalidade. A importância coletiva de Glória Maria não significa que sua experiência possa representar integralmente a pluralidade das mulheres negras brasileiras. A memória construída pelo telejornal situa-se, portanto, em uma tensão entre reconhecimento institucional e autodefinição, singularidade e representatividade, ruptura individual e permanência estrutural. Essa tensão não reduz a relevância da homenagem; torna mais complexa a compreensão dos processos pelos quais uma instituição jornalística incorpora uma mulher negra ao seu patrimônio simbólico.

Ao propor essa leitura, o presente trabalho busca contribuir para os estudos em Telejornalismo, Memória e Representação, demonstrando que o obituário televisivo constitui um objeto de investigação capaz de revelar importantes mecanismos de construção da memória institucional. A pesquisa sugere que narrativas de despedida não devem ser compreendidas apenas como relatos retrospectivos sobre a vida de personagens públicos, mas

como práticas discursivas que participam da definição da história que o próprio jornalismo produz sobre si mesmo.

A contribuição de Aníbal Quijano permitiu historicizar essas barreiras, demonstrando que a distribuição desigual dos lugares de autoridade e produção do conhecimento está relacionada às classificações raciais constituídas pela modernidade colonial. Ao ocupar uma posição pública de interpretação da realidade, Glória Maria tensionou uma hierarquia que vinculou historicamente a racionalidade, a credibilidade e o reconhecimento à branquitude.

A análise também demonstrou que a ruptura individual não significa o desaparecimento da colonialidade do poder. O reconhecimento póstumo da jornalista possui relevância histórica, mas precisa ser compreendido em relação às estruturas que continuaram limitando o acesso de outras mulheres negras às mesmas posições. Mais do que responder a uma questão específica sobre o obituário de Glória Maria, esta investigação procura oferecer um caminho metodológico para futuras pesquisas interessadas em compreender as relações entre narrativa, memória e legitimidade institucional nos meios de comunicação. Sua principal contribuição consiste, portanto, em demonstrar que o telejornalismo não apenas registra acontecimentos históricos, mas participa ativamente da institucionalização das memórias que permanecerão como referências para a identidade da profissão. O obituário transforma depoimentos, lembranças pessoais e afetos em um registro audiovisual formalizado. Essa passagem da memória comunicativa para a memória cultural demonstra que a permanência de Glória Maria não depende somente daqueles que conviveram com ela, mas também das instituições responsáveis por preservar e atualizar publicamente sua trajetória.

Como toda investigação científica, este estudo apresenta delimitações que precisam ser explicitadas. Longe de constituírem fragilidades, essas delimitações correspondem às escolhas metodológicas realizadas para garantir profundidade analítica ao objeto investigado.

A primeira delimitação refere-se ao corpus da pesquisa. A investigação concentrou-se na análise do obituário exibido pelo *Jornal Nacional* em homenagem à jornalista Glória Maria. Essa escolha permitiu realizar uma leitura aprofundada de um caso singular, marcado pela relevância histórica da personagem e pela posição institucional ocupada pelo telejornal no cenário da comunicação brasileira. Em contrapartida, os resultados aqui apresentados não pretendem ser automaticamente generalizados para todos os obituários televisivos ou para outras instituições jornalísticas.

A segunda delimitação diz respeito ao recorte institucional adotado. O estudo privilegiou uma narrativa produzida por uma emissora que possui elevado capital simbólico e ocupa posição central no campo do telejornalismo brasileiro. Esse contexto influencia diretamente os processos de legitimação observados ao longo da análise. Narrativas produzidas por emissoras regionais, canais públicos, veículos independentes ou plataformas digitais poderão apresentar dinâmicas distintas de construção da memória institucional, exigindo novas investigações.

Também é importante reconhecer que esta pesquisa privilegiou a dimensão narrativa do obituário. Embora aspectos relacionados à recepção do público constituam uma questão relevante para compreender a circulação social da memória produzida pelo telejornalismo, essa dimensão não integrou os objetivos deste trabalho. A investigação concentrou-se na análise da narrativa institucional produzida pela emissora, não buscando verificar como diferentes grupos sociais interpretaram ou ressignificaram essa homenagem.

Por fim, esta investigação concentrou-se na dimensão institucional da memória produzida pelo telejornalismo. Questões relacionadas às disputas de recepção, às apropriações realizadas pelo público, às narrativas construídas em ambientes digitais ou às diferenças entre distintos formatos de homenagem televisiva ultrapassam os limites estabelecidos para esta pesquisa, permanecendo como possibilidades relevantes para investigações futuras.

Ao reconhecer essas delimitações, o presente estudo reafirma seu compromisso com o rigor metodológico. As escolhas realizadas não reduziram a complexidade do objeto, mas permitiram desenvolver uma análise aprofundada do fenômeno investigado, contribuindo para compreender a atuação do telejornalismo como agente de institucionalização da memória.

As reflexões desenvolvidas ao longo desta investigação indicam que o obituário televisivo constitui um objeto de pesquisa ainda pouco explorado pelos estudos em Comunicação. A análise do caso de Glória Maria demonstra que essas narrativas oferecem importantes possibilidades para compreender as relações entre telejornalismo, memória, representação, identidade profissional e poder simbólico.

Uma primeira possibilidade de aprofundamento consiste na ampliação do corpus investigado. Estudos comparativos envolvendo obituários de outras personalidades do jornalismo, da política, da cultura e do esporte poderão verificar se os processos observados nesta pesquisa também se manifestam em diferentes contextos narrativos. A comparação entre

homenagens dedicadas a figuras como Pelé, Gal Costa, Jô Soares, Silvio Santos ou Cid Moreira, por exemplo, permitirá avaliar em que medida os mecanismos de institucionalização da memória identificados neste trabalho apresentam características recorrentes ou específicas.

Outra perspectiva relevante consiste na realização de análises comparativas entre diferentes instituições jornalísticas. A investigação concentrou-se na narrativa produzida pelo *Jornal Nacional*, mas futuras pesquisas poderão examinar como emissoras públicas, televisões regionais, canais internacionais ou plataformas digitais constroem narrativas de despedida e produzem memórias institucionais. Tais estudos contribuirão para compreender como diferentes contextos institucionais influenciam a produção de reconhecimento e legitimidade.

A dimensão da recepção também representa um campo promissor para novas investigações. Enquanto este trabalho privilegiou a narrativa produzida pelo telejornal, pesquisas futuras poderão analisar como diferentes públicos interpretam essas homenagens, quais significados atribuem às trajetórias apresentadas e de que maneira tais narrativas influenciam a memória coletiva sobre personagens históricos.

Além disso, a articulação entre memória institucional, representação racial e telejornalismo constitui um campo particularmente relevante para futuras pesquisas. A trajetória de Glória Maria evidencia que a institucionalização da memória não ocorre em um contexto social neutro, mas é atravessada por relações históricas de poder, desigualdade e reconhecimento. Investigações que ampliem esse diálogo poderão contribuir significativamente para os estudos sobre diversidade, representatividade e memória nos meios de comunicação brasileiros.

Por fim, espera-se que esta pesquisa incentive novas reflexões sobre o papel desempenhado pelo telejornalismo na construção da história da própria profissão. Ao selecionar determinadas trajetórias como exemplares e transformá-las em referências institucionais, o jornalismo produz narrativas que influenciam não apenas a memória do passado, mas também as formas pelas quais futuras gerações compreenderão sua identidade profissional. À luz de Nora (1993), o obituário analisado evidencia uma vontade institucional de memória. Ao reunir arquivo, seleção narrativa, ritual e transmissão pública, o *Jornal Nacional* produz um suporte por meio do qual a trajetória de Glória Maria é retirada do domínio exclusivamente biográfico e incorporada à memória institucional do telejornalismo.

Os aplausos finais podem ser compreendidos como um ato institucional de reconhecimento. Eles não apenas expressam emoção individual dos profissionais presentes, mas tornam pública a adesão coletiva da instituição à narrativa construída. Sob a perspectiva de Bourdieu, o ritual reforça a crença na legitimidade da consagração: aqueles que possuem autoridade no campo jornalístico reconhecem Glória Maria diante do público e confirmam simbolicamente sua posição como referência da profissão.

A trajetória de Glória Maria constitui uma das mais importantes histórias do telejornalismo brasileiro. Entretanto, ao longo desta pesquisa, tornou-se evidente que o verdadeiro objeto de investigação nunca foi apenas sua biografia ou a homenagem produzida pelo *Jornal Nacional*. O que se buscou compreender foi um fenômeno comunicacional mais amplo: a capacidade do telejornalismo de produzir narrativas que institucionalizam determinadas memórias e as transformam em referências permanentes para a história da profissão. As contribuições de Djamila Ribeiro permitiram compreender que a importância histórica de Glória Maria não se limita à visibilidade alcançada por uma mulher negra diante das câmeras. Sua trajetória representa também a ocupação de uma posição legitimada de fala, escuta e produção de conhecimento jornalístico. Em um campo no qual as vozes negras foram historicamente desautorizadas ou mantidas à margem, Glória Maria passou a narrar acontecimentos, entrevistar autoridades e participar da construção pública da realidade brasileira. A análise do obituário revelou, contudo, que a preservação de sua memória permanece atravessada pela autoridade da instituição que seleciona e organiza as vozes pelas quais sua trajetória será lembrada.

A análise desenvolvida permitiu demonstrar que o obituário televisivo ultrapassa sua função informativa tradicional. Longe de representar apenas um gênero jornalístico destinado à comunicação da morte, ele constitui um espaço privilegiado de reorganização simbólica da experiência humana. Ao selecionar acontecimentos, atribuir significados, organizar temporalmente uma trajetória, legitimar interpretações e preservar determinados valores, o telejornalismo participa ativamente da construção da memória institucional do próprio campo jornalístico.

Nesse processo, a morte deixa de representar apenas o encerramento biológico de uma vida para tornar-se o ponto de partida de uma nova narrativa. O obituário reorganiza o passado, redefine a permanência do sujeito na memória coletiva e produz uma interpretação pública acerca do lugar que essa trajetória ocupará na história. O telejornalismo não apenas

recorda personagens importantes; ele participa da definição daqueles que permanecerão como referências para futuras gerações. As contribuições de Bourdieu permitiram compreender que a permanência simbólica de Glória Maria não resulta apenas da circulação de sua lembrança. Ela depende também da autoridade da instituição que seleciona, nomeia e legitima publicamente os sentidos atribuídos à sua trajetória. O *Jornal Nacional*, ao mobilizar seu poder simbólico, transforma uma homenagem circunstancial em reconhecimento institucional e contribui para consolidar a jornalista como referência histórica do telejornalismo brasileiro.

O caso de Glória Maria revela com especial intensidade essa dinâmica. Sua trajetória, marcada pelo pioneirismo, pela excelência profissional e pela ruptura de barreiras historicamente impostas às mulheres negras no jornalismo brasileiro, oferece um caso singular para compreender como memória, representação e reconhecimento institucional articulam-se na construção de uma narrativa exemplar. O *Jornal Nacional*, ao homenageá-la, não apenas preserva sua história. Ao mesmo tempo, reafirma uma determinada compreensão sobre a própria identidade do telejornalismo brasileiro, seus valores, seus referenciais profissionais e sua memória institucional.

É justamente nessa articulação que reside a principal contribuição desta pesquisa. Ao analisar o obituário como um dispositivo de institucionalização da memória, o estudo procurou demonstrar que a narrativa jornalística não se limita à representação dos acontecimentos. Ela participa da produção de permanências simbólicas. A história que o jornalismo conta sobre determinados sujeitos torna-se parte da história que o próprio jornalismo contará sobre si mesmo.

Essa constatação convida a uma reflexão mais ampla sobre o papel social desempenhado pelos meios de comunicação. Em sociedades marcadas pela circulação acelerada de informações, pela efemeridade das notícias e pela multiplicação dos espaços de fala, as instituições jornalísticas continuam exercendo significativa influência na definição das memórias que permanecerão socialmente disponíveis. Ao selecionar determinadas trajetórias como exemplares, o telejornalismo não apenas preserva o passado; participa da construção dos referenciais simbólicos por meio dos quais a sociedade interpreta sua própria história.

A análise do obituário de Glória Maria demonstra que memória, reconhecimento e representação não constituem processos espontâneos. São construções narrativas produzidas por instituições dotadas de legitimidade social, atravessadas por disputas simbólicas e por

escolhas editoriais que determinam quais experiências serão valorizadas, quais vozes permanecerão audíveis e quais personagens ocuparão lugar de destaque na memória coletiva. Compreender esses processos significa compreender também uma dimensão fundamental do funcionamento do próprio jornalismo.

Por essa razão, esta pesquisa não se encerra na trajetória de Glória Maria. O estudo de caso permitiu iluminar um fenômeno que ultrapassa a experiência individual da jornalista e alcança uma questão central para os estudos da Comunicação: a relação entre narrativa, poder simbólico e memória institucional. Espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas possam contribuir para ampliar o debate sobre o papel do telejornalismo na construção das referências históricas que orientam a identidade da profissão e, ao mesmo tempo, incentivar novas investigações sobre os modos pelos quais diferentes instituições midiáticas produzem, preservam e legitimam suas próprias memórias.

Ao final deste percurso, permanece uma compreensão que atravessa toda a investigação: o telejornalismo não apenas informa sobre a história. Ele participa da escrita dessa história. Ao narrar determinadas trajetórias como exemplares, organiza simbolicamente aquilo que merece permanecer, contribuindo para que a memória deixe de ser apenas lembrança e se converta em patrimônio compartilhado.

Nesse sentido, compreender o obituário televisivo significa compreender um dos momentos em que o jornalismo olha para o seu passado, interpreta o seu presente e projeta aquilo que deseja legar ao futuro. E talvez seja justamente essa a sua função mais profunda: não apenas contar quem fomos, mas participar da construção daquilo que continuaremos sendo enquanto comunidade profissional e enquanto sociedade.

A trajetória de Glória Maria deve ser lembrada tanto por sua excelência quanto pelas condições históricas que exigiram dela um grau de excepcionalidade que não era igualmente cobrado de todos os profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).
- ALTHEIDE, David L. Reflections: ethnographic content analysis. **Qualitative Sociology**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 65–77, mar. 1987. DOI: 10.1007/BF00988269.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. **História Oral**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115–128, jan./jun. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASTONE, Petra. Raça e representação no pensamento de bell hooks. **Kalágatos**, [S. l.], v. 19, n. 1, eK22012, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. 495 p. E-book.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan./jun. 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011.
- GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Tradução de Mariano Ferreira. Apresentação de Roberto DaMatta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu; tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016. 260 p.
- HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17–44.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Edição de Nikos Kalampalikis; tradução de Lilian Ulup. Paris: Éditions des Archives Contemporaines; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPress, 2017. 544 p.

JORNAL NACIONAL. **Colegas encerram o Jornal Nacional com homenagem ao ícone Glória Maria**. Rio de Janeiro: TV Globo, 2 fev. 2023. 1 vídeo. Publicado pelo canal g1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q5ESHRB4fsA>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000300007.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida em Budapeste, em 8 mar. 2003, no âmbito da Conferência Internacional *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 22 jul. 2026.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. 245 p. (Antropologia, 7).

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman, 2015.